



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

GUILHERME MARGARIDO ORTEGA

**ECONOMIA E MIGRAÇÃO NA METRÓPOLE CAMPINEIRA:
TRANSFORMAÇÕES APÓS OS ANOS 1990**

**CAMPINAS
2018**



GUILHERME MARGARIDO ORTEGA

ECONOMIA E MIGRAÇÃO NA METRÓPOLE CAMPINEIRA:
TRANSFORMAÇÕES APÓS OS ANOS 1990

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em Demografia.

Orientador: JOSÉ MARCOS PINTO DA CUNHA

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE A
VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
PELO ALUNO GUILHERME MARGARIDO
ORTEGA E ORIENTADA PELO PROF. DR.
JOSÉ MARCOS PINTO DA CUNHA.

CAMPINAS

2018

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): FAPESP, 2014/04923-9
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0339-0051>

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

Orça Ortega, Guilherme Margarido, 1989-
Economia e migração na metrópole campineira : transformações após os
anos 1990 / Guilherme Margarido Ortega. – Campinas, SP : [s.n.], 2018.

Orientador: José Marcos Pinto da Cunha.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Migração interna - Campinas, Região Metropolitana de (SP). 2.
Metrópole. 3. Campinas, Região Metropolitana (SP) - Indústria. I. Cunha, José
Marcos Pinto da, 1959-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Economy and migration in Campinas Metropolitan Area :
transformations after de 1990's

Palavras-chave em inglês:

Internal migration - Campinas, Metropolitan Area
Metropolis

Campinas, Metropolitan Area - Industry

Área de concentração: Demografia

Titulação: Doutor em Demografia

Banca examinadora:

José Marcos Pinto da Cunha [Orientador]

Rosana Aparecida Baeninger

Humberto Miranda do Nascimento

Ednelson Mariano Dota

Roberta Guimarães Peres

Data de defesa: 12-11-2018

Programa de Pós-Graduação: Demografia



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A comissão julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 12 de Novembro de 2018, considerou o candidato Guilherme Margarido Ortega aprovado.

Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha

Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger

Prof. Dr. Humberto Miranda do Nascimento

Prof. Dr. Ednelson Mariano Dota

Profa. Dra. Roberta Guimarães Peres

A ata de defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Tese e na Secretaria de Pós-Graduação em Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

À meus avós,
que pelos passos de seus pais foram criados pela cafeicultura,
e que por seus próprios passos chegaram à cidade.

AGRADECIMENTOS

Gostaria inicialmente de agradecer todo o apoio recebido pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), que através do CEM (Centro de Estudo da Metrópole) financiou esta pesquisa¹, além do projeto financiado pelo Governo do Estado de São Paulo: “Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Campinas” (PDUI-RMC) que participei ao final desta tese e que também contribuiu para que eu pudesse finalizá-la. Agradeço também ao IFCH (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) aonde esta tese foi realizada. Este estudo não seria possível sem todo o apoio e estrutura oferecidas pelo NEPO (Núcleo de Estudo de População “Elza Berquó”), agradeço a todos os professores e especialmente aos funcionários que mantêm este núcleo, de tanta relevância no cenário científico nacional, funcionando.

Agradeço ao Prof. Mathias Czaika e a Universidade de Oxford, que me receberam tão bem, que me proporcionaram uma experiência que ajudou a me construir como profissional e como ser humano.

A todos os colegas de estudo e de trabalho, muito obrigado pelo conhecimento, pelas trocas de experiência, especialmente àqueles que entraram junto comigo no mestrado e ao Luiz Antônio, sempre paciente e disposto a ajudar. E um agradecimento especial às colegas que se transformaram em amigas, Késia e Dafne, que dividiram comigo inúmeros momentos, que sempre buscamos reviver e que sempre iremos replicar.

Agradeço ao Prof. José Marcos que orientou esta tese, a minha dissertação e outras duas iniciações científicas. Obrigado pela paciência, pela preocupação, pelo conhecimento transmitido, mas principalmente pela generosidade com que você trata não só a mim, mas a todos os seus orientados. Tantas coincidências fariam com que nos conhecêssemos de alguma maneira, mas agradeço que tenha sido através do trabalho, assim pude aprender tanto.

Não seria possível percorrer este longo caminho, de quase 5 anos, sem o apoio de todos aqueles que estão próximos. À meu pai agradeço o entusiasmo e os conselhos, à minha irmã agradeço o companheirismo e paciência e à minha mãe agradeço a tudo, obrigado por estar ao meu lado, ouvindo minhas reclamações, minhas angústias, sempre me empurrando para frente. Vocês sempre tiveram a certeza de que eu era capaz de abraçar o mundo, mas eu só consigo alcançá-lo por causa de vocês. À minha família, a minha gratidão eterna.

Obrigado aos amigos que a vida me deu: João, Fábio, Lucas, Murilo, Thiago e

¹ Processo FAPESP n. 2014/04923-9

Hugo, vocês sempre estiveram tão presentes neste tempo dedicado aos estudos que é impossível não agradecer àqueles que, perto ou distante, vão estar sempre ao meu lado. Vocês me ajudaram a ver a vida mais leve, mais feliz, mais verdadeira.

Agradeço ao Gustavo, que apesar da aparente timidez e ingenuidade, não veio ao mundo para passar despercebido. A sua alegria e a sua visão de mundo mudaram a minha vida. Muito obrigado por me mostrar a realidade e o lado bom das coisas.

Neste ano de 2018 completo 10 anos que entrei na Unicamp no curso de Graduação em Ciências Sociais. Logo me encantei com todas as possibilidades que esta universidade tinha para me oferecer, todas as pessoas de todos os lugares que pude conhecer, toda a liberdade que este lugar me deu para descobrir a vida. A Unicamp me deu amigos, experiências, conhecimento, um futuro – que começou a ser construído quando conheci o Prof. José Marcos em uma disciplina logo no segundo ano. Da Graduação ao Doutorado, esta universidade me fez crescer como sei que não seria capaz em nenhum outro lugar. Portanto, agradeço por fim à Universidade Estadual de Campinas, desejando que mais e mais alunos possam viver da liberdade de seu campus.

RESUMO

O objetivo desta tese é compreender o papel da Região Metropolitana de Campinas na dinâmica migratória estadual e nacional, assim como a modificação das características dos fluxos e do perfil de seus migrantes após os anos 1990. Tais processos foram analisados à luz da reestruturação produtiva industrial, e da inserção da região na rede urbana do Estado de São Paulo. Para isso, buscou-se compreender como se desenvolveu o processo industrial na metrópole campineira, de maneira endógena – a partir, por exemplo, dos investimentos do capital da cafeicultura, muito forte na região – e externa, a partir do espraiamento industrial da Região Metropolitana de São Paulo em direção ao interior, facilitado por políticas do Estado Brasileiro. Além disso, cabe uma discussão à respeito do processo de metropolização e do papel da Região Metropolitana de Campinas na rede de cidades do Estado. Assim, a partir das mudanças das características dos migrantes e dos fluxos migratórios da região, buscou-se compreender como o investimento do capital e o desenvolvimento econômico industrial modificaram as características dos migrantes, bem como o papel da região de Campinas na mobilidade estadual e nacional. Portanto, observou-se, através dos dados do Censo Demográfico IBGE para os anos de 1991, 2000 e 2010, que houve uma transformação dos fluxos migratórios, com aumento da participação da dinâmica intrametropolitana e com as demais regiões da Macrometropole Paulista, o que evidencia a integração da região Metropolitana de Campinas na rede urbana no Estado de São Paulo. Em relação às características dos migrantes, observou-se um aumento da escolarização destes, além de um aumento de sua inserção em atividades que requerem alta qualificação, influenciado principalmente pelas transformações e reestruturação produtiva da economia campineira.

Palavras-chave: Migração interna - Campinas, Região Metropolitana de (SP); Metrópole; Campinas, Região Metropolitana de (SP) - Indústria.

ABSTRACT

The aim of this thesis is to comprehend the role of the Campinas Metropolitan Area at the state and national migratory dynamics, and how the characteristics of the migratory flows and migrants' profile changed after the 1990's. Such process was analyzed considering the industrial restructuring production, and the insertion of the region on the São Paulo state urban network. For that it is necessary to understand how the industrial process developed itself on the Campinas Metropolitan Area, on an endogenous way – through the coffee industry investments, very important in the region – and external, through the industrial sprawl from the São Paulo Metropolitan Area towards the state's countryside, facilitated for Brazilian government's policies. Besides that, it is important to discuss the metropolization process and the role of the Campinas Metropolitan Area on the state's city network. Then, considering the changes on the migrants' characteristics and the migratory flows on the region, it will be analyzed how the capital's investments and the industrial economic development changed the migrants characteristics, such as the role of the Campinas' region on the state and national mobility. Therefore, it was observed, through the IBGE Demographic Census data for the years 1991, 2000 and 2010, that there was a transformation of the migratory flows, with the increase of the participation of the intrametropolitan flows, and with the other regions of the São Paulo Macrometropolis, which evidences the integration of the Campinas Metropolitan Area into the urban network in the State of São Paulo. Regarding the characteristics of the migrants, there was an increase in schooling, in addition to an increase in their participation in high-level activities, influenced by the transformations and restructuring production of the Campinas Metropolitan Area economy.

Keywords: Internal migration - Campinas, Metropolitan Area of (SP); Metropolis; Campinas, Metropolitan Area of (SP) – Industry.

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – A Região Metropolitana de Campinas e seus municípios.....	68
---	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – População em Idade Ativa (PIA) que realiza deslocamento pendular para trabalho ou estudo e sua participação relativa na PIA total (%) segundo municípios. RMC – 2000 e 2010.....	71
TABELA 2 – População residente total e participação relativa da população residente na população total (%) segundo município. RMC – 1991, 2000 e 2010	76
TABELA 3 – Crescimento populacional absoluto e taxa média anual de crescimento segundo municípios. RMC – 1991/2000 e 2000/2010.....	79
TABELA 4 – Crescimento migratório absoluto e taxa média anual de migração líquida segundo municípios. RMC – 1991/2000 e 2000/2010.....	80
TABELA 5 – Participação relativa (%) do crescimento migratório e vegetativo no crescimento total da população segundo municípios. RMC – 1991/2000 e 2000/2010.....	82
TABELA 6 – Volume de imigrantes e emigrantes “data fixa” e saldo migratório segundo municípios RMC – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010	85
TABELA 7 – Participação relativa dos municípios (%) no total de imigrantes e emigrantes “data fixa”. RMC – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010	87
TABELA 8 – Participação relativa (%) dos imigrantes “data fixa” por modalidade migratória e segundo municípios. RMC – 1986/1991	91
TABELA 9 – Participação relativa (%) dos imigrantes “data fixa” por modalidade migratória e segundo municípios. RMC – 1995/2000	92
TABELA 10 – Participação relativa (%) dos imigrantes “data fixa” por modalidade migratória e segundo municípios. RMC – 2005/2010	93
TABELA 11 – Participação relativa (%) (*) dos imigrantes e emigrantes “data fixa” segundo grande região e estados selecionados. RMC – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010	95
TABELA 12 – Participação relativa (%) dos imigrantes “data fixa” segundo grande região. RMC e RMSP – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010.....	98
TABELA 13 – Participação relativa (%) dos emigrantes “data fixa” segundo grande região. RMC e RMSP – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010.....	98
TABELA 14 – Participação relativa (%) dos imigrantes “data fixa” segundo modalidade migratória RMC e RMSP – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010	99
TABELA 15 – Participação relativa (%) dos emigrantes “data fixa” segundo modalidade migratória RMC e RMSP – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010	99
TABELA 16 – Participação relativa (%) dos imigrantes e emigrantes “data fixa” segundo região da MMP. RMC – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010	100
TABELA 17 – Participação relativa (%) dos responsáveis pelo domicílio imigrantes e emigrantes “data fixa” segundo modalidade migratória e distribuição etária (%). RMC – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010	102
TABELA 18 – Participação relativa (%) dos responsáveis pelo domicílio imigrantes e emigrantes “data fixa” segundo grande região e nível de escolaridade. RMC – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 ...	107
TABELA 19 – Participação relativa (%) dos responsáveis pelo domicílio imigrantes e emigrantes “data fixa” segundo região ou estados selecionados e nível de escolaridade. RMC – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010	109
TABELA 20 – Participação relativa (%) dos responsáveis pelo domicílio imigrantes e emigrantes “data fixa” e setor de atividade econômica. RMC – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010	113

TABELA 21 – Participação relativa (%) dos responsáveis pelo domicílio imigrantes e emigrantes “data fixa” segundo grande região e setor de atividade econômica. RMC – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010	115
TABELA 22 – Participação relativa (%) dos responsáveis pelo domicílio imigrantes e emigrantes “data fixa” segundo região ou estados selecionados e setor de atividade econômica. RMC – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010.....	116
TABELA 23 – Participação relativa (%) dos responsáveis pelo domicílio imigrantes e emigrantes “data fixa” segundo modalidade migratória e ocupação. RMC – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010	117
TABELA 24 – Participação relativa (%) dos responsáveis pelo domicílio imigrantes e emigrantes “data fixa” segundo grande região e ocupação. RMC – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010.....	119
TABELA 25 – Participação relativa (%) dos responsáveis pelo domicílio imigrantes e emigrantes “data fixa” segundo região ou estados selecionados e ocupação. RMC – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010	120

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Distribuição da população total segundo idade e sexo. RMC –1991.....	77
GRÁFICO 2 – Distribuição da população total segundo idade e sexo. RMC – 2000.....	77
GRÁFICO 3 – Distribuição da população total segundo idade e sexo. RMC – 2010.....	78
GRÁFICO 4 – Participação relativa dos imigrantes e emigrantes “data fixa” (%) segundo modalidade migratória. RMC – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010	90
GRÁFICO 5 – Participação relativa (%) dos imigrantes e emigrantes “data fixa” segundo grande região. RMC – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010	94
GRÁFICO 6 – Participação relativa (%) dos responsáveis pelo domicílio imigrantes e emigrantes “data fixa” e nível de escolaridade. RMC – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010.....	105

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – A MIGRAÇÃO VINCULADA ÀS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS, À METRÓPOLE E À REDE URBANA.....	21
1.1 A migração interna e sua compreensão	21
1.2 Desenvolvimento econômico e migração	28
1.2.1 A nova fronteira do desenvolvimento econômico e dos fluxos migratórios: a reestruturação produtiva	30
1.2.2 As metrópoles e a reestruturação produtiva do espaço urbano.....	36
1.3 Aglomerações urbanas, metropolização e rede urbana.....	39
1.3.1 A rede urbana do Estado de São Paulo	46
CAPÍTULO 2 – FORMAÇÃO, EXPANSÃO E DINÂMICA DEMOGRÁFICA E ECONÔMICA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS: O PAPEL E AS CARACTERÍSTICAS DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS	49
2.1 A formação das metrópoles brasileiras	49
2.2 A formação da Região Metropolitana de Campinas: ciclos econômicos e fluxos migratórios	51
2.2.1 Parênteses sobre o processo de espraiamento da indústria paulista após 1970 e o aumento dos movimentos populacionais no interior	58
2.2.2 Campinas metropolitana: um novo ciclo de desenvolvimento econômico e de atração migratória.....	63
2.2.3 A inserção da RMC na Macrometrópole Paulista.....	72
2.3 O perfil demográfico da RMC após 1990: crescimento vegetativo e migratório	75
CAPÍTULO 3 – O IMPACTO DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E NA REDE URBANA PAULISTA NO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS MIGRANTES DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS.....	84
3.1 A relação da RMC com o Estado de São Paulo e com o Brasil	84
3.1.1 A reorientação dos fluxos migratórios interestaduais	94
3.2 O perfil socioeconômico dos migrantes da RMC	100
3.2.1 A escolarização dos migrantes.....	103
3.2.2 As características dos trabalhadores migrantes	111
CONCLUSÕES.....	122
REFERÊNCIAS.....	127
APÊNDICE METODOLÓGICO.....	137
ANEXO.....	141

INTRODUÇÃO

Pretende-se nesta tese entender como o processo migratório se modificou nas décadas de 1990, 2000 e 2010 na Região Metropolitana de Campinas (RMC) através das mudanças, ao longo do tempo, das características dos migrantes da região em relação ao seu perfil socioeconômico. Para isso levou-se em consideração o posicionamento da metrópole Campineira no contexto migratório, econômico e metropolitano estadual e nacional.

Considerando a distribuição da população no espaço, o aumento da produção – proporcionada por mudanças tecnológicas da indústria no campo e na cidade – foi responsável pela modificação de comportamentos e tendências demográficas da população. Isto deu-se através da redistribuição da população no espaço e com seu aumento, através da queda da mortalidade – possibilitada sobretudo pelas transformações higienistas nos centros urbanos. Novas cidades nasceram com essa redistribuição populacional, graças ao desenvolvimento técnico de máquinas e dos meios de transporte e de comunicação. Nos anos 1930, por exemplo, o surto industrial de São Paulo fez surgir ferrovias importantes na região, como a Santos-Jundiaí – responsável por escoar internacionalmente pelo litoral o café produzido no interior. Esse mesmo processo acaba por levar o desenvolvimento tanto para cidades ao redor da capital, que mais tarde se aglutinariam na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), como também para o interior, para a área que hoje é a Região Metropolitana de Campinas.

Para compreender o desenvolvimento industrial e urbano da região da cidade de Campinas e suas consequências sobre a modificação das características de seus migrantes e fluxos migratórios, há que se observar que, tanto o interior do Estado de São Paulo como o Brasil, desde o início de sua colonização, tiveram no rural a base de sua economia e de sua formação urbana. Para alguns pensadores sociais foram as características do desenvolvimento da sociedade brasileira no campo que contribuíram para a construção das cidades.

Para Buarque de Holanda (1995), por exemplo, a civilização brasileira possui, justamente, raízes rurais, e as cidades são dependências dessa sociedade “rústica” que não se modificou até pelo menos a supressão do tráfico negreiro, que para o autor representou “[...] o primeiro passo para a abolição de barreiras ao triunfo decisivo dos mercadores e especuladores urbanos [...]” (BUARQUE DE HOLANDA, 1995, p. 78). Neste sentido, Cano (2011) enfatiza que o período entre os anos de 1886 e 1918 da história de São Paulo há uma transição de um sistema escravista/rural para um sistema urbano/industrial, sendo que o complexo cafeeiro foi fundamental nessa transição. O fim da escravidão possibilitou, portanto, a criação de um

mercado de trabalho rural – com mão de obra remunerada majoritariamente de imigrantes europeus – e alterou a estrutura do consumo de massa graças, justamente, ao aumento das exportações de café. Há, entretanto, outras visões que consideram que o urbano brasileiro sempre existiu, mesmo que atrelado à produção agrícola, Oliveira (1982), por exemplo, mostra que as cidades litorâneas brasileiras surgiram como entrepostos comerciais fundamentais para a produção nacional, portanto o urbano no país não teria surgido necessariamente apenas após o processo de industrialização.

Há que se admitir, entretanto, que a acumulação de capital provindo do café foi quem possibilitou o investimento em infraestrutura e na indústria, primeiramente voltada ao consumo da produção cafeeira. Além disso, o desenvolvimento das comunicações e dos transportes beneficiou a ligação entre o campo e os centros comerciais, contribuindo para o crescimento destes. É este transbordamento do capital agrário para a indústria, juntamente com o poder dos coronéis, que vai constituir o capital bancário e industrial paulista (CANO, 1998) contribuindo assim para o processo de transição rural-urbana.

Neste sentido, sociologicamente pensando, “É um fato decisivo que a vida na cidade transformou a luta com a natureza pela vida em uma luta entre os homens pelo lucro, que aqui não é conferido pela natureza, mas pelos outros homens” (SIMMEL, 1973, p. 22). Entretanto, a vida social carrega sempre a marca da sociedade anterior, no sentido de que não é possível eliminar totalmente os modos de vida pregressos (WIRTH, 1973). A sociedade urbana possui, portanto, relações com o modo de vida rural, e este elemento influenciou a estruturação social de cidades que tiveram sua fundação fortemente associadas à produção rural, como por exemplo Campinas. É necessário, portanto, compreender a importância destes processos para o desenvolvimento da região. Entretanto, esta tese irá ater-se às discussões do crescimento econômico urbano-industrial pós 1970, e principalmente pós 1990, quando ocorrem os principais e mais importantes elementos para os fins a que se propõe este trabalho.

Retomando o processo de transição rural-urbana, esta realizou uma forte pressão demográfica exercida sobre os espaços urbanos, contribuindo para o aumento populacional nas cidades. Esse aumento deveu-se a, além da queda na taxa de mortalidade, no âmbito do que a demografia compreende como o primeiro passo para a Transição Demográfica (o que ocasiona em um aumento da população, já que a taxa de fecundidade permanece a mesma), mas também pelo processo de migração interna. A diminuição desta “pressão demográfica” nas cidades só foi possível pela posterior diminuição da taxa de fecundidade e a queda das migrações internas de longa distância, transformando a dinâmica migratória de do Estado de São Paulo e do país.

O crescimento econômico e as modificações dos processos de produção da indústria acabaram por proporcionar novas ocupações no espaço urbano através do crescimento das cidades, da conurbação de grandes áreas urbanas e do surgimento de aglomerados metropolitanos. Neste sentido, “[...] a *densidade* e a expansão do tecido urbano desempenham o papel, como demonstrado pela literatura marxista, de verdadeira força produtiva social” (BRANDÃO, 2012, p. 194). O capital² nessas grandes áreas ocupa o espaço central das cidades e a população é expulsa para a periferia, como as classes trabalhadoras na Inglaterra do século XVIII alocadas em bairros de operários afastados das elites (ENGELS, 2008).

Esta expansão do tecido urbano proporcionou, no caso do Estado de São Paulo, a intensificação da migração no interior após os anos 1970, acompanhando a expansão da indústria. Entretanto, essa expansão para outras áreas impulsionada pelo desenvolvimento industrial, não significa a inexistência de indústrias no local: “Essa presença no Interior é de longa data e, sobretudo, nessa região alcançada pela expansão da metrópole³, sempre se concentrou indústria do Interior paulista” (LENCIONI, 1998, p. 39). A cidade de Campinas, por exemplo, ainda no começo do século XX, aproveitou a acumulação cafeeira e ampliou e reestruturou a ocupação do solo urbano, modernizou seus equipamentos e serviços e, “[...] em consequência, mudando o estilo de vida da maioria de seus moradores, atraindo novos habitantes e forasteiros” (LAPA, 2008, p. 20). Assim, passa já a atrair nessa época, à luz da modernidade, além desses novos habitantes e forasteiros, caixeiros viajantes e comerciantes (LAPA, 2008). Entende-se portanto a importância endógena do desenvolvimento da RMC⁴.

Entretanto, elementos distintos levaram ao desenvolvimento econômico para a região de Campinas. Mais recentemente, a partir dos anos 1990 destaca-se a importância do setor de tecnologia da informação – no contexto da reestruturação produtiva⁵ após o período de domínio da produção em estilo fordista – na tentativa de flexibilizar cada vez mais a produção. Portanto, cidades como Campinas, que abrigam importantes polos de ensino e

² O capital “[...] não é um conceito imutável: ele reflete o estado de desenvolvimento e as relações sociais que regem uma sociedade” (PIKETTY, 2013, p. 52), portanto, ele é aqui entendido não só como “[...] conjunto de ativos não humanos que podem ser adquiridos, vendidos e comprados em algum mercado” (PIKETTY, 2013, p. 51), mas como elemento do sistema de exploração capitalista.

³ No caso, São Paulo.

⁴ Porém, há que se esclarecer que em muitos momentos a região não somente se beneficiou, mas fez parte da dinâmica industrial e das trocas migratórias, não só com a região da capital, mas também com a Macrometrópole Paulista, que será mais bem trabalhado no decorrer desta tese.

⁵ Reestruturação produtiva entendida como: “[...] um processo de adaptação e transformação dos aspectos do fordismo para um novo paradigma industrial que comporá o modelo de desenvolvimento emergente” (SANTOS, 2015, p. 203). Cabe ressaltar que “[...] como muitas pesquisas realizadas na geografia, sociologia e economia já comprovaram, a reestruturação produtiva é uma realidade que precisa ser analisada considerando a nossa formação social, e os impactos que as transformações mundiais repercutem na escala nacional” (SANTOS, 2015, p. 203).

pesquisa acabam também por tornarem-se regiões com mais atrativos para a indústria. Além disso, aos olhos da indústria, é mais fácil consolidar-se em uma região já preparada do que investir em infraestrutura em outra localização, o que causou essa desconcentração rumo ao interior, porém mantendo a centralização em uma única grande área do país (PACHECO, 1998). Neste sentido, entende-se que o capital migra para regiões que já possuem estrutura suficiente para comportar seu desenvolvimento.

A transferência, ou melhor dizendo, a expansão espacial do capital e das indústrias, acabou por intensificar a migração no interior⁶. Os dados dos últimos Censos Demográficos, por exemplo, mostram que de todas as regiões do estado, a RMC é a que possui o maior saldo migratório⁷, fato que se deve ao grande volume de imigrantes na região e reduzida emigração em comparação com as outras áreas do Estado. Essa baixa emigração se reflete de maneira positiva em outras variáveis (SEMEGHINI, 1991).

Cabe elucidar que, assim como no caso do estudo de Baeninger (1996), não podemos estabelecer uma relação mecânica entre os movimentos migratórios e as etapas econômicas pela qual passou a região de Campinas, porém, “[...] observou-se simultaneidade nesses processos; no limite, essas dinâmicas articulam-se num mesmo processo” (BAENINGER, 1996, p. 11), e não podemos deixar de considerar a importância deste fenômeno para o aumento da população e para as novas configurações de redistribuição espacial populacional. Neste sentido, a importância da presença da região de Campinas em uma rede de cidades, articuladas a partir da capital do Estado, o município de São Paulo, também contribui para a intensificação dos movimentos migratórios na região.

Em sendo assim, esta tese buscará conectar os processos da Região Metropolitana de Campinas, alinhados ao seu desenvolvimento econômico e a distribuição da população no espaço, considerando em primeiro lugar seu papel estratégico estadual e nacional – em termos de localização e na disponibilidade de recursos naturais e tecnológicos –, e em segundo lugar, às características e funções da metrópole e da articulação da RMC com a rede de cidades a qual ela se insere.

O primeiro capítulo desta tese tem como objetivo fazer uma análise teórica e mais geral da migração interna e do desenvolvimento econômico como elemento explicativo dos movimentos populacionais. Analisa também a mudança nas características dos ciclos

⁶ O que será defendido nesta tese a respeito deste tema é que a desconcentração espacial, principalmente das metrópoles paulistas tem como fator importante um caráter concentrador, portanto trata-se de uma desconcentração concentrada.

⁷ Baseado nas análises do Censo Demográfico de 2000 e 2010, referente aos migrantes com menos de 5 anos de residências, portanto dos períodos 1995-2000 e 2005-2010.

econômicos, principalmente a reestruturação produtiva e como esta interfere no espaço urbano. Por fim, analisa também, como se deu o processo de metropolização no Brasil e a construção de uma rede urbana no Estado de São Paulo. Todos estes elementos são importantes porque interferem na migração, seja nos fluxos ou nas características dos migrantes, considerando que o espaço metropolitano permite o desenvolvimento de certas atividades, oriundas principalmente dos processos de transformação econômica, modificando o mercado de trabalho, e assim os movimentos e os perfis dos migrantes.

O Capítulo 2 tem como objetivo inicial caracterizar a região de estudo, além de trazer mais elementos para a discussão teórica e uma análise sobre a institucionalização da formação das metrópoles no Brasil. O capítulo faz uma discussão histórica sobre a formação da Região Metropolitana de Campinas e dos ciclos econômicos pelo qual ela passou, sempre analisando e trazendo dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, no sentido de compreender como estes processos influenciaram a migração na região, além do perfil demográfico da população.

O Capítulo 3 traz os principais dados encontrados na tese também baseados na utilização dos Censos supracitados. O principal objetivo é compreender a relação dos fluxos migratórios da Região Metropolitana de Campinas com os demais estados do país, no âmbito da integração e importância da RMC nacionalmente; e com as demais regiões do Estado – especificamente com a Macrometrópole Paulista (MMP) –, no âmbito da sua integração na rede urbana paulista. Por fim, os migrantes serão caracterizados, considerando sua escolarização, área de atuação econômica e ocupação. A perspectiva da reestruturação produtiva será abarcada tanto na importância macro da região, através das mudanças dos fluxos migratórios, como nas transformações das características dos migrantes, atraindo ou expulsando determinado perfil populacional.

Finalmente, cabe observar que se optou por não colocar os dados descritos por municípios na maioria das tabelas e gráficos ao longo do texto, e sim o total da região. Esta escolha se deve por dois motivos: primeiro com o propósito de facilitar a leitura; segundo, que a análise proposta nesta tese compreende a Região Metropolitana como um todo, e como um todo o objetivo aqui é analisar o papel da metrópole em sua unidade. Evidentemente muitos exemplos e análises são levantadas considerando a escala municipal, e são sim importantes do ponto de vista explicativo, assim os dados segundo municípios, que são relevantes encontram-se no Anexo, onde também estão os dados totais das porcentagens utilizados nas tabelas. Além disso, a metodologia aplicada no tratamento dos dados dos Censos de 1991, 2000 e 2010 aqui

utilizados, bem como as fórmulas para os cálculos das taxas, encontram-se no Anexo Metodológico.

CAPÍTULO 1 – A MIGRAÇÃO VINCULADA ÀS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS, À METRÓPOLE E À REDE URBANA

Entendendo esta tese como um estudo de migração que leva em consideração a importância do desenvolvimento econômico nos processos migratórios, é fundamental dialogar com outras perspectivas de estudo e lançar mão de bibliografias de diversas ciências e áreas do conhecimento. Portanto, esta tese aborda diversos aspectos teóricos provenientes da Sociologia, da Economia, da Geografia e, como não poderia deixar de ser, da Demografia⁸. Estas perspectivas teóricas compreendem o desenvolvimento econômico como um importante processo que leva à migração, porém, há que se entender que, para além das diferenças regionais, seja em termos socioeconômicos e da dinâmica demográfica, é fundamental também compreender as características destes migrantes. Para isso é necessário levar em consideração variáveis como idade, educação, trabalho, estado civil, assim também como a composição familiar dos migrantes (BILLSBORROW, 2011). Além disso, compreende-se que, “Migration is often a collective action, arising out of social economic and political change and affecting the whole society in both sending and receiving areas”⁹ (CASTELS; DE HAAS; MILLER, 2014, p. 25). A lógica dos estudos de migração, e a vertente teórica que esta tese aborda serão trabalhados neste capítulo.

1.1 A migração interna e sua compreensão

Uma grande onda de migração interna teve início com o desenvolvimento da industrialização e conseqüentemente com o desenvolvimento dos centros urbanos no contexto da primeira Revolução Industrial inglesa. Estes centros urbanos tornaram-se, portanto, lugares de recrutamento de trabalhadores da indústria, criando um movimento massivo rural-urbano (HERNANDEZ-LÉON, 2008). Podemos observar este processo acontecendo também no Brasil, nos anos 1960: “The striking recent growth of the Latin American capitals attests to their magnetic attraction for internal migrants”¹⁰ (HERRICK, 1965, p. 29). Entretanto, a hipótese de que os países latino-americanos estariam repetindo o processo já desenvolvido nos países ricos

⁸ Ressalta-se que inclusive que “A interdisciplinaridade está presente [...] na constituição da demografia: ela não construiu seu objeto senão antes de passar pelo crivo de múltiplas determinações que estavam sendo examinadas em outros campos científicos. Essa interdisciplinaridade vai conviver intensa e dialeticamente com os requisitos de autonomia, de circunscrição rigorosa, que qualquer campo científico requer” (OLIVEIRA, 1985, p. 4-5).

⁹ Tradução livre: “Migração é sempre uma ação conjunta, que surge de mudanças socioeconômicas e políticas que afetam toda a sociedade, tanto nas áreas que enviam quanto nas que recebem migrantes”.

¹⁰ Tradução livre: “O recente e impressionante aumento das capitais latino-americanas, atenta à sua atração magnética para migrantes internos”.

cairia por terra se levarmos em consideração a relação da cidade e do campo e a dinâmica rural-urbana nas diferentes épocas em que estes processos de migração ocorreram em países mais e menos desenvolvidos. Entretanto, há que se considerar que as cidades são grandes atrativos simbólicos e materiais (VIGNOLI, 2011).

Os estudos sobre migração sempre abarcaram diversas tendências e possibilidades de análise no que diz respeito ao arcabouço teórico, e muito embora a migração interna seja uma questão importante e certamente um fenômeno com maior volume e intensidade na maioria dos países – “The importance of internal migration and urbanization in the process of socio economic development can hardly be exaggerated, as both are inherent elements of development itself”¹¹ (BILSBORROW, 1998, p. 2) – a perspectiva da migração internacional tem sido muito mais estudada, portanto ambas as teorias se confundem na análise dos movimentos migratórios. Entretanto, Billsborrow (1998) chama atenção para o fato de que os países em desenvolvimento têm tornado pública a importância da migração interna, já que para os países mais desenvolvidos os temas da Demografia, como a fecundidade e o crescimento populacional, tem sido mais relevantes.

De Haas (2008) faz justamente em seu texto uma revisão e uma crítica sobre as diversas vertentes teóricas nos estudos de migração, começando pela perspectiva neoclássica iniciada com os primeiros estudos de Ravenstein (1885) – que observava que os migrantes tinham como destino as áreas economicamente demandantes de mão de obra e que estes tomavam suas decisões individualmente e racionalmente –, passando pela perspectiva histórico-estrutural marxista – que defende que o poder econômico e político é distribuído de maneira desigual – e pela ideia de *push-pull* – que observa que a decisão em migrar é influenciada por diversos fatores: ambientais, econômicos e demográficos; entretanto esta última ideia seria um modelo mais descritivo dos diferentes fatores que influenciam as decisões, não uma teoria, já que também não compreende a migração como um processo social.

De Haas (2008) também analisa as teorias voltadas à ideia de redes, tão utilizada nos estudos da migração internacional, que leva em consideração o capital social do migrante: a migração facilitaria a troca de informações e possibilitaria a chegada de novos migrantes, sendo que os primeiros funcionariam como facilitadores e como suporte para os novos – essa ideia de *network* substituiria a ideia de “migração em cadeia”.

Também observando e analisando os estudos teóricos e empíricos sobre migração, Zelinsky (1983) cita nove estratégias teóricas, entre elas: a abordagem econômica, que tem

¹¹ Tradução livre: “A importância da migração interna e da urbanização no processo de desenvolvimento socioeconômico é dificilmente exagerado, ambos são elementos inerentes do desenvolvimento em si”.

dominado os estudos de migração, que se baseia em uma escolha racional do indivíduo inserido no mercado levando em conta os custos e benefícios de migrar; uma abordagem mais espacial da migração, levando em conta a geografia e a economia; uma abordagem histórica, mais próxima de uma abordagem demográfica geral, levando em conta questões como a transição demográfica; e uma abordagem mais sistemática voltada à interação de diversas áreas. Portanto, não há um consenso ou abordagem universal para responder quem é migrante e o que se quer dizer com migração. Segundo Zelinsky (1983), a complexidade dos fenômenos migratórios requer a combinação de diversas teorias.

Deve-se considerar que a migração pode ser analisada entre diferentes níveis de análise (macro, micro), diferentes contextos (regional, nacional), em diferentes pontos no tempo e diferentes grupos sociais (DE HAAS, 2014a). Para De Haas (2014a), a migração não pode ser explicada, portanto apenas pela ideia de *push-pull*, por exemplo, nem pelo sistema capitalista, já que a migração sempre existiu independentemente da existência e do poder do capital. Neste sentido:

Rather than asking ‘why people migrate’ the more relevant question is therefore how processes such as imperialism, nation state formation, the industrial revolution, capitalist development, urbanization and globalization change migration patterns and migrants’ experiences¹² (DE HAAS, 2014a, p. 1).

De Haas (2014b) defende, portanto, que a migração deve ser analisada através de uma fusão entre a capacidade dos indivíduos e as aspirações em migrar, levando em consideração as oportunidades estruturais, já que: “[...] structural conditions shape migration aspirations and capabilities”¹³ (DE HAAS, 2014b, p. 4). O autor acredita que a mobilidade humana tem que considerar a capacidade de escolha do indivíduo entre migrar e não migrar, portanto menos previsível que a teoria *push-pull*. Seria irreal, segundo ele, compreender todos os migrantes como vítimas passivas do processo capitalista, ignorando-os como atores racionais capazes de calcular os custos e benefícios de suas escolhas. Assim, nem a teoria funcionalista e nem a histórico-estruturalista isoladas proveriam uma ideia real sobre a agência migratória, e sobre a importância de se considerar a questão estrutural.

A migração então não seria causa ou consequência de mudanças sociais, mas faria parte da mudança, e neste processo é importante considerar também a capacidade das pessoas

¹² Tradução livre: “Ao invés de perguntar o porquê das pessoas migrarem, uma questão mais relevante seria questionar se processos como o Imperialismo, a formação dos Estados-nação, a Revolução Industrial, o desenvolvimento capitalista, a urbanização e a Globalização, podem modificar os padrões e as experiências migratórias”.

¹³ Tradução livre: “[...] as condições estruturais definem as capacidades e aspirações migratórias”.

de ficar onde estão: “[...]I define human mobility as *people’s capability to choose where to live – including the option to stay*”¹⁴ (DE HASS, 2014b, p. 33). Assim, a mudança e a decisão em ficar são manifestações complementares.

Retomando às diversas teorias possíveis para explicar os movimentos migratórios, Zelinsky (1983) indica um ponto em comum em todos os estudos sobre migração: o de que os seres humanos tendem a se movimentar de lugar em lugar em busca de vantagens, levando em conta a qualidade, quantidade de informação e barreiras sociais, políticas e culturais. Há a relevância, portanto de outros fatores, como explicita Domenach (2011) sobre a importância mais recente da análise dos fatores micro sociais da migração. Segundo ele as estatísticas oficiais possibilitam uma análise restrita da migração, pois a captam baseada apenas na mudança de residência:

[...] la intensificación de las dinámicas de movilidad y de migración modificó considerablemente las formas de producción y, en consecuencia, las sociedades y las culturas; el proceso es interactivo puesto que las consecuencias se transforman en las causas de cada nueva fase y recíprocamente¹⁵ (DOMENACH, 2011, p. 35).

Nesse sentido faz-se necessário investigar também, além das características dos migrantes e dos ‘não migrantes’ no local de destino, também as características destes grupos no local de origem¹⁶ (BILLSBORROW, 2011). Porém, além destes fatores micro sociais, não podemos ignorar os elementos macro, como por exemplo, o intenso crescimento das cidades e a emergência dos processos de metropolização, que interferem decisivamente nos processos migratórios.

Apesar dos estudos sobre a migração levarem em conta questões mais locais, é impossível, segundo Zelinsky (1983), não levar em consideração semelhanças e regularidades em diversas e diferentes comunidades. Para ele a migração é uma mudança simultânea e perceptível na perspectiva espacial e social. Nesse sentido, a mobilidade cresce em sociedades modernas, mas a grande mudança não está na maior capacidade de viagem, e sim na mente: “Perception and thought are no longer tethered to the living memory and to the here and now but have been stretched to virtual infinity”¹⁷ (ZELINSKY, 1983, p. 225). A mobilidade

¹⁴ Tradução livre: “[...] eu defino a mobilidade humana como *a capacidade das pessoas de escolher aonde querem viver – incluindo a opção de ficar onde estão*”.

¹⁵ Tradução livre: “A intensificação das dinâmicas de mobilidade e de migração modificaram consideravelmente as formas de produção, e, como consequência, as sociedades e as culturas; o processo é interativo, já que as consequências se transformam nas causas de cada nova fase, e reciprocamente”.

¹⁶ Apesar de este não ser o objetivo nesta tese.

¹⁷ Tradução livre: “A percepção e o pensamento não estão mais ligados à memória viva e ao aqui e agora, mas têm sido esticados até o infinito virtual”

territorial substituiria, assim, a mudança física e social, e poderia ser mais bem compreendida na utilização do termo “circulação”, que denota uma diversidade de movimentos de pouco tempo, cíclica, de não permanência em longo prazo, de não residência. Neste sentido, é difícil saber se o movimento será definitivo ou não, assim segundo Billsborrow (1998):

[...] as the field of migration advances, albeit slowly, it has become clear that there are many kinds of migration besides the usual so-called ‘permanent’ or ‘long-term’ migration involving an unambiguous change of usual residence. In fact, the use of the term permanent should be avoided, as neither the migration is permanent [...] nor is the residence; indeed, the lack of permanence is inherent in the definition of migration itself¹⁸ (BILLSBORROW, 1998, p. 5).

Retomando as ideias de Zelinsky (1971) e De Haas (2008) as classifica juntamente com as teorias que ele chama de Teorias da Transição da Mobilidade, que combina as fases de transição demográfica às modalidades de mobilidade, porém a critica por considerá-la muito universalista: a relação entre essas transições para De Haas (2008) é mais indireta do que direta, já que pessoas não mudam por causa do crescimento populacional, por exemplo.

Entretanto, as ideias de Zelinsky (1971) nos ajudam a pensar na ligação entre a mobilidade e o desenvolvimento econômico, que aqui consideramos fundamental para discutir o processo migratório. Segundo o autor uma das fases históricas do processo de migração envolveria uma mobilidade complexa pensando na troca de trabalhadores de alta e baixa renda, entre setores da economia, em escala nacional, destacando os movimentos metropolitanos. Considerando as observações deste autor e levando em consideração as teorias marxistas – apesar das críticas importantes aqui já explicitadas segundo De Haas (2014b) – é interessante considerar que o trabalho operaria como produtor de riquezas e as migrações internas como distribuição territorial dos produtores de riqueza, ambos pressupostos gerais da “divisão territorial do trabalho”, e “[...] manifestações específicas da mobilidade da força de trabalho” (PELIANO, 1990, p. 113). Portanto, as migrações poderiam ser caracterizadas como “[...] desdobramentos espaciais do processo social do trabalho” (PELIANO, 1990, p. 114) e a mobilidade da força de trabalho, funcionaria como condição da sua mercantilização (GAUDEMAR, 1977). Da mesma maneira,

¹⁸ Tradução livre: “[...] com o desenvolvimento do campo da migração, mesmo que devagar, tem se tornado claro que há muitos tipos de migração, além do que usualmente se chama de ‘permanente’ ou de ‘longo tempo’ envolvendo uma mudança ambígua na residência usual. De fato, o uso do termo ‘permanente’ deve ser evitado, já que nem a migração nem a residência são permanentes; na realidade, a falta de permanência é inerente a definição de migração em si”.

A especialização dos indivíduos [...] acentuaria a divisão do trabalho, promovendo um grau extremo de interdependência e um equilíbrio instável da vida urbana, que seria amplificada pela tendência das cidades em se especializar em determinadas funções (ANTUNES, 2014, p. 8).

interferindo e possibilitando uma maior mobilidade dos indivíduos. Nesse sentido, Wirth (1973) acreditava que “[...] podemos esperar que os fatores predominantes da cena urbano-social variem de acordo com o tamanho, densidade e diferenças no tipo funcional das cidades” (WIRTH, 1973, p. 95).

Nesta mesma linha, Singer (1980), pensando a migração no contexto do processo de industrialização brasileira nos anos 1970, considerava que a migração interna seria historicamente definida e condicionada pela industrialização. O processo de industrialização consiste, além de mudanças técnicas¹⁹ e de produtos, em uma alteração da divisão social do trabalho. Na intenção de reduzir custos com transportes empresas tendem a se localizar próximas umas das outras, criando a cidade industrial, tendendo a atrair populações de áreas próximas, aumentando a importância da cidade na criação de bens de serviços e consumo, atraindo mais atividades produtivas, e conseqüentemente mais pessoas. As migrações internas para Singer (1980) “[...] não parecem ser mais que um mero mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta, em última análise, ao rearranjo espacial das atividades econômicas” (SINGER, 1980, p. 219). Os mecanismos de mercado, portanto, exprimiriam “[...] a racionalidade macro-econômica, do processo técnico que constituiria a essência da industrialização” (SINGER, 1980, p. 219)²⁰.

As ideias de Singer (1980) servem bem para pensar o processo migratório no contexto dos anos 1970, nesse sentido, a migração não seria mera transferência de pessoas em áreas rurais ou urbanas não capitalistas para áreas capitalistas, mas mecanismos de transferência do excedente da mão de obra que garantiria a sobrevivência desta. Portanto, “O mais provável é que a migração seja um processo social, cuja unidade não é o indivíduo, mas o grupo” (SINGER, 1980, p. 236).

Cabe enfatizar aqui que a ideia de tratar a migração como um condicionante estrutural do sistema econômico não desconsidera toda a discussão aqui já realizada que enfatiza também as ações individuais e as decisões pessoais dos migrantes, já que as análises

¹⁹ “O processo técnico e a concentração do capital são duas tendências que se alimentam mutuamente” (SINGER, 1980, p. 220).

²⁰ Cabe ressaltar que a industrialização capitalista não é um processo espontâneo. A “[...] concentração do capital e a concentração espacial das atividades possuem, no capitalismo, um nexos causal comum” (SINGER, 1980, p. 221). Nesse sentido, o processo de transferência de atividades do campo à cidade no processo capitalista tende a beneficiar poucas áreas, esvaziando outras, pela escolha de onde há mais urbanização.

realizadas nesse sentido orientam-se através dos contextos em que elas ocorreram, com o *boom* industrial brasileiro dos anos 1970, por exemplo. Como já explicitado, a complexidade do fenômeno migratório pede uma fusão de teorias e de disciplinas. Inclusive para o próprio De Haas (2014a), que reivindica a importância das razões individuais da migração, de fato o desenvolvimento econômico regional leva à migração, mas para além deste determinismo, na ponta do processo, estão as decisões individuais. Admitindo-se isso, entende-se, por um lado, que a migração teria causas estruturais que determinariam grupos a se mover e, por outro lado, teria motivos que definiriam certas características dos indivíduos, bem como aqueles mais propensos a migrar. Assim, além do “desejo”, “motivação” ou “constrangimento” dos indivíduos para migrar, as áreas de origem ensejariam fatores de expulsão – segundo Singer (1980), condicionados por mudanças ou simplesmente estagnação econômica –, assim como os destinos apresentariam fatores de atração que contribuiriam para o direcionamento dos fluxos migratórios²¹ (SINGER, 1980).

Historicamente no Brasil, esta situação poderia ser percebida, por um lado, pelas condições precárias existentes no semiárido brasileiro e, por outro lado, pelo desenvolvimento urbano-industrial e a abertura das fronteiras agrícolas (CUNHA, 2015b). Mais recentemente, questões como a reestruturação produtiva e as novas tecnológicas seriam fundamentais para a compreensão do desenvolvimento de áreas de atração migratória em um contexto urbano e metropolitano.

Para Vignolli (2011), para além destas questões, as políticas públicas também foram importantes no sentido de revalorização e reposicionamento das cidades, contribuindo para as políticas de desconcentração e desenvolvimento regional:

Por cierto, si atributos demográficos como la cantidad, la densidad, la estructura, y el crecimiento de la población de la ciudad se vinculan sistemáticamente con la calidad de vida, cabe esperar una relación entre en perfil demográfico de la ciudad y su atractivo migratorio²² (VIGNOLI, 2011, p. 63).

Este tema é interessante e ajuda a desenvolver e ir um pouco mais além da visão economicista da migração. As políticas públicas, o desenvolvimento de uma rede de serviços – em geral possibilitado pelo poder público – também podem interferir no processo migratório. Há outro elemento que é a relação entre migração e mercado de trabalho, cada vez menos direta. Este é

²¹ Apesar da crítica já realizada pela ideia do *push-pull*, assim como também já explicitado, é importante considerá-la, mesmo que como um modelo descritivo.

²² Tradução livre: “Se atributos demográficos, como a quantidade, a densidade, a estrutura e o crescimento da população se vinculam sistematicamente com a qualidade de vida, é possível considerar uma relação entre o perfil demográfico da cidade e seu atrativo migratório”.

um elemento importante, sobretudo em tempos de reestruturação produtiva e com a crise do emprego: a renda existente em determinada região, fruto da diversidade de atividades e da concentração de riquezas, também pode ser considerada um atrativo à migração, independentemente da geração direta de postos de trabalho.

Encontra-se no olhar sociológico de Simmel (1973) outro elemento em comum na maioria das teorias migratórias. Considerando a ideia e o desenvolvimento das metrópoles, para ele a migração na metrópole fez com que o indivíduo se tornasse:

[...] um mero elo em uma enorme organização de coisas e poderes que arrancam de suas mãos todo o progresso, espiritualidades e valores, para transformá-los de sua forma subjetiva na forma de uma vida puramente objetiva. Não é preciso mais do que apontar que a metrópole é o genuíno cenário dessa cultura que extravasa de toda vida pessoal (SIMMEL, 1973, p. 23).

Assim, os processos migratórios no contexto de desenvolvimento metropolitano requerem atenção especial dos estudos sobre mobilidade.

Por fim, cabe ressaltar que, para além desta lógica desenvolvimentista em que se entende que a economia e a industrialização estimulam a migração, colocando esta em um local de dependência daquela, compreende-se que a migração não é somente determinada pelo desenvolvimento econômico-industrial, se não que este também é beneficiado pelos movimentos populacionais. Mesmo compreendendo que há outros elementos importantes para a explicação do fenômeno, é necessário salientar a importância que há na migração para o desenvolvimento econômico. Portanto, para compreender os processos migratórios é necessário analisar a lógica do desenvolvimento econômico-industrial regional.

1.2 Desenvolvimento econômico e migração

Como trabalhado no tópico anterior, o desenvolvimento econômico industrial é de fundamental importância para os processos migratórios. Os ciclos econômicos e a reestruturação dos processos de produção que se modificam interferem não só na cadeia produtiva industrial, mas também nas características dos migrantes, considerando a qualificação da mão de obra, por exemplo.

Os processos de reestruturação econômica são geralmente impulsionados pelas crises do Capitalismo, crises estas que são intrínsecas a este sistema, já que em um momento de crescimento o capital encontra barreiras para se expandir, criando a necessidade de se reestruturar. Entretanto, cabe ressaltar que reestruturação não significa ruptura total com o

sistema de produção anterior, “[...] mas sim de um movimento que envolve continuidade e mudança. Alguns elementos são mantidos, ainda que com conteúdos novos ou renovados” (AJONAS, 2015, p. 53). Em sendo assim, estes novos processos de produção influenciam fenômenos sociais, vinculados, principalmente, ao emprego e, conseqüentemente, aos movimentos migratórios.

Antes de analisar o processo de reestruturação produtiva dos anos 1990 (no caso do Brasil), fundamental para a discussão desta tese, há que se observar o processo produtivo vigente até então. O fordismo nos países subdesenvolvidos é considerado por Lipietz (1989) como incompleto e teve início após os anos 1950, devido à estratégia de substituição de importação. Este processo é considerado incompleto por 3 razões: 1) a produtividade do fordismo só seria alcançada com o desenvolvimento ou transferência de tecnologia, entretanto é necessário também “construir as correspondentes relações sociais do trabalho” (LIPIETZ, 1989, p. 309) dos países fordistas, o que não ocorreu; 2) em relação à expansão do mercado, os operários não alcançaram o poder de compra almejado e necessário ao sistema; 3) por fim, com relação às trocas externas:

[...] a complementação em termos dos ramos produtivos [...] implicava um crescimento muito rápido do **volume** de investimentos [...] que não podia ser compensado pelo crescimento das exportações de matérias-primas (LIPIETZ, 1989, p. 310).

A industrialização chega com mais força aos países subdesenvolvidos nos anos 1960 e 1970, assim Lipietz (1989) denomina estes como “novos países industrializados”. Esta industrialização foi possibilitada e financiada considerando a transferência de crédito e tecnologia dos países do “fordismo central” (LIPIETZ, 1989), assim o fordismo nos países subdesenvolvidos é chamado de “fordismo periférico”. Este acompanhou o que o autor chama de “explosão urbana”²³. O fordismo periférico:

Trata-se de um autêntico fordismo, com uma verdadeira mecanização e uma associação da acumulação intensiva e do crescimento de mercados em termos de bens de consumo e duráveis.

Contudo ele continua sendo periférico, antes de mais nada no sentido de que, nos circuitos mundiais dos ramos produtivos, os postos de trabalho e a produção correspondendo aos níveis de fabricação qualificada e, sobretudo, de engenharia permanecem largamente exteriores a esses países (LIPIETZ, 1989, p. 317).

²³ O autor evidencia aqui uma ideia alarmista da expansão metropolitana, que esta tese não compartilha. Neste mesmo texto citado, Lipietz (1989) sugere políticas econômicas e sociais para “bloquear a expansão metropolitana”.

Ainda assim, há o aumento do acesso dos operários a produtos manufaturados de baixo custo, bem como a exportação destes à outros países.

O fordismo se estruturou no trabalho parcelado e fragmentado “[...] na decomposição de tarefas, que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades cuja somatória resultava no trabalho coletivo do produtor [...]” (ANTUNES, 1999, p. 37). Nos anos 1960, este processo de produção mantido pela indústria entra em crise nos países desenvolvidos. A rigidez dos investimentos de capital fixo em produção de larga escala impedia a flexibilização dessa produção e dos contratos com os trabalhadores, o que gerou diversas crises ocasionadas pela alta do dólar e o excesso de mercadoria produzida sem compradores. Fazia-se necessário, portanto, na visão dos produtores, desde aquela época, flexibilizar a utilização do capital e do trabalho. É portanto, como já salientado, momento de o Capitalismo se reinventar, e da produção se reestruturar.

1.2.1 A nova fronteira do desenvolvimento econômico e dos fluxos migratórios: a reestruturação produtiva

A partir dos anos 1970, com o choque do petróleo – mais precisamente em 1973 – e o ímpeto de expansão, iniciado após a Segunda Guerra Mundial, acabaram por gerar mudanças na produção industrial dos países desenvolvidos. “As economias de escala buscadas na produção fordista de massa foram substituídas por uma crescente capacidade de manufatura de uma variedade de bens e preços baixos em pequenos lotes” (HARVEY, 1993, p. 148). O desenvolvimento da microeletrônica, de novos materiais e novas fontes de energia, proporcionou novos processos de produção através de equipamentos informatizados²⁴. A flexibilização subcontratou produtos e serviços, e possibilitou a dispersão geográfica da produção e a flexibilização das relações de trabalho – que marcaram os anos 1970 e 1980 nas economias do Norte do globo – reestruturando a economia e reajustando as relações sociais e políticas. Assim, a chamada *acumulação flexível*, “[...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo” (HARVEY, 1993, p. 140).

A capacidade de programação das máquinas de acordo com o mercado, priorizando a produção por encomenda, transforma radicalmente a produção, que passa a ser gerida pelo sistema chamado de *just-in-time*. As plantas das fábricas passam a constituir-se por ilhas de

²⁴ Para Harvey (2013), o capitalismo é por necessidade, tecnologicamente dinâmico. As mudanças da produtividade física são um meio para aumentar a produtividade do valor do trabalho, aumentando assim a acumulação do capital. Assim, as crises do sistema funcionariam como uma maneira de “[...] reestruturação forçada do processo de trabalho de modo a levar todo o sistema para trás, para algo que mais ou menos corresponda às condições da acumulação equilibrado” (HARVEY, 2013, p. 201).

produção onde apenas um trabalhador, chamado de polivalente, opera todo o processo daquela ilha. Esse novo trabalhador necessita ser, portanto, mais escolarizado, e participativo, assim, a educação, propiciando a formação de uma força de trabalho técnica mais qualificada, torna-se uma necessidade econômica²⁵.

Essa reestruturação produtiva modificou não só a produção e o emprego, mas também, o consumo, associado ao Modelo Toyotista.

A flexibilidade do novo modelo se expressa no processo produtivo através da busca por inovações, da incorporação de tecnologia e da redução do tamanho das plantas industriais, além das formas de organizá-lo [...] (AJONAS, 2015, p. 56).

O ciclo de vida dos produtos foi reduzido, possibilitando um aumento da substituição mais frequente de produtos que antes eram considerados bens duráveis.

A ideologia neoliberal da flexibilização possibilitou também um aumento das atividades relacionadas à serviços, já que o tempo de giro deste é instantâneo, portanto mais dinâmico. Segundo Gois (2017), “[...] é no interior das contradições desenvolvidas no capitalismo contemporâneo que o setor de serviços é expandido [...]” (GOIS, 2017, p. 7). O setor terciário no Brasil expande-se justamente, após a década de 1970²⁶, influenciado por essa terciarização mundial. O atraso da agricultura²⁷, e a dificuldade das economias regionais de manter o emprego dos trabalhadores fez com que a migração para São Paulo duplicasse no período. Nos anos 1980 a estagnação da indústria e o desenvolvimento tecnológico do campo também mantiveram esse fluxo, mesmo que com menor intensidade.

As demissões em massa nas indústrias do ABCD paulista ²⁸ na Região Metropolitana de São Paulo, nos anos 1980 e 1990, são exemplo não só da crise econômica, mas também do sistema de produção fordista sendo superado. Segundo Maricato (2014), a indústria mecânica, símbolo na região, chegou a perder 60% de seus funcionários nesse período,

²⁵ “Para evitar o aumento da desigualdade, o sistema educacional deve fornecer formações e qualificações igualmente rápido. E, para reduzir a desigualdade, a oferta de qualificações deve progredir ainda mais depressa, sobretudo para os grupos com menos formação” (PIKETTY, 2013, p. 297-298).

²⁶ Apesar desse aumento de emprego no Terceiro Setor, há, no período de transformação do sistema produtivo, o aumento do desemprego estrutural, que por sua vez enfraquece o poder sindical: “As formas de organização da classe trabalhadora (como os sindicatos) [...] dependiam bastante do acúmulo de trabalhadores na fábrica para serem viáveis” (HARVEY, 1993, p. 145), sendo assim, a flexibilização das relações de trabalho, se torna inevitável.

²⁷ A agricultura brasileira passou por um processo de modernização conservadora, em que se intensifica o processo produtivo sem que se altere a estrutura fundiária com intensificação da mecanização das atividades produtivas e, conseqüente, redução do emprego do trabalho manual (MARTINE, 1987; GRAZIANO DA SILVA, 1981). O processo de industrialização da agricultura demanda menos força de trabalho, e é a raiz do êxodo rural brasileiro (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

²⁸ Região que engloba as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano e Diadema.

e a metalúrgica 45%. Empregos que, segundo a autora, não puderam ser compensados pelo setor terciário, seja pela menor oferta de empregos deste, seja pela necessidade de maior capacitação em determinadas áreas. Ainda segundo Maricato (2014), conglomerados transnacionais associados ao capital financeiro, que detinham o poder de decisão, influenciaram a desconcentração da produção, – ainda que mantida em áreas ao redor da principal região industrial do país, São Paulo – configurando não só uma manobra de gestão produtiva, mas uma tentativa de desorganizar os sindicatos, chegando a reajustar os movimentos migratórios em direção não somente à capital, mas também ao interior do Estado.

Se a década de 1970 foi marcada pelo espraiamento da indústria (que será melhor trabalhado no Capítulo 2 deste tese) a década de 1980 foi marcada pelo espraiamento também dos serviços. Há inclusive, segundo Lencioni (1998), aumento do emprego no interior e diminuição na capital nos anos 1990, mesmo que com o aumento de emprego no setor terciário na capital, já que este aumento é também acompanhado no interior.

Portanto, o espraiamento das indústrias da capital do Estado para o interior, pode ser apreendido como parte desse processo de reestruturação produtiva, configurando um fenômeno econômico com consequências espaciais²⁹. Nesse sentido, o desenvolvimento de regiões como a do interior do Estado de São Paulo estaria ligado a fatores de localização de empresas de alta tecnologia, viabilizado pela: 1) capacidade de atrair e de conservar a força de trabalho, isso inclui executivos, cientistas e trabalhadores de baixo custo; 2) proximidade com universidades e institutos de pesquisa; 3) locais com ambientes modernos, limpos, com dispositivos de cultura e lazer; e 4) infraestrutura de transportes, acesso fácil tanto do transporte de cargas como de executivos (BENKO, 2002), e adiciona-se a isto o fácil acesso ao grande centro financeiro e de serviços do país, a cidade de São Paulo.

Cano (2011) observa que boa parte deste crescimento do setor terciário no período, se dá devido ao setor financeiro. Este crescimento acontece principalmente pela intensificação especulativa e não necessariamente pelo aumento da produção. A relação com o capital,

²⁹ Cabe enfatizar que, como já especificado, o processo de reestruturação produtiva não significa, principalmente no Brasil, a superação do sistema Fordista em diversos ramos da indústria, “O capitalismo monopolista, [...], não desapareceu, assim como sua afirmação como regime predominante de acumulação não apagou seu antecessor. O que se desenvolveu foi uma outra ‘camada’, um regime reorganizado de acumulação, articulado com seus antecedentes residuais e apto a coordenar a recuperação da mais profunda depressão da história/geografia capitalista” (SOJA, 1993, p. 202), esse novo período seria o capitalismo tardio. Entretanto, compreende-se que os ideais de flexibilização, apostando também em investimentos tecnológicos e em conhecimento, já influenciavam a produção industrial, além disso, o processo de reestruturação produtiva pós-fordista só chega ao Brasil efetivamente nos anos 1990.

portanto, se modifica com o fortalecimento do setor financeiro³⁰. Já nos anos 1970, os novos sistemas deste setor:

[...] mudaram o equilíbrio de forças em ação do capitalismo global, dando muito mais autonomia ao sistema bancário e financeiro em comparação com o financiamento corporativo, estatal, e pessoal (HARVEY, 1993, p. 155).

Assistimos aqui o início da financeirização da economia³¹ dos países desenvolvidos, que irá influenciar a economia global, como parte de um processo que possibilitou não só a flexibilização geográfica da produção – que privilegiou países subdesenvolvidos onde as leis trabalhistas e ambientais são mais flexíveis – mas acabou por permear todas as áreas da economia.

Surgem, assim, as teorias pós-industrialização. Para Kumar (2006), o industrialismo clássico, “[...] o tipo de sociedade analisada por Marx, Weber e Durkeim, o tipo de sociedade habitada pela maioria dos ocidentais no último século e meio não existia mais” (KUMAR, 2006, p. 14). Surgiria, dessa maneira, a sociedade da informação, liberal e “progressivista”. Há que se pontuar, entretanto, que a ideia de “pós-industrialização” não pode ser aplicada mundialmente, principalmente em países como o Brasil, onde há a concomitância de diversos processos de produção, porém, compreende-se a importância destas transformações tecnológicas no contexto econômico de reestruturação da produção. Sendo assim, para Harvey (1993), pensando em uma sociedade em que o processo produtivo se modifica e com ele toda a sociedade, “[...] o movimento mais flexível do capital acentua o novo, o fugidio, o efêmero, o fugaz e o contingente da vida moderna, em vez dos valores mais sólidos implantados na vigência do fordismo” (HARVEY, 1993, p. 161).

Todo este processo, considerando a mudança de paradigmas e da tecnologia, e consequentemente com o advento do computador, criou as condições para essa nova sociedade flexível, baseada na informação, onde o conhecimento, não mais o trabalho, se torna a origem do valor da mão de obra. Neste sentido cabe esclarecer o “[...] por que [...] nos deparamos com a afirmação tão corrente de que hoje em dia vivemos numa sociedade do conhecimento se o

³⁰ O predomínio crescente do capital de aplicação financeira a partir dos anos 1970, “No contexto de esgotamento do regime de acumulação fordista-keynesiano, [...] teria coincidido com mudanças estruturais no alcance e no conteúdo da mundialização do capitalismo” (RIBEIRO; DINIZ, 2017, p. 359).

³¹ Regime de acumulação de dominância financeira (CHESNAIS, 1996; HARVEY, 2011). “[...] a financeirização deve ser compreendida como o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo [...] como um processo geral de transformação do capitalismo que se torna estrutural, cria novas formas institucionais, marca as estratégias de todos os agentes privados relevantes, altera a operação das finanças e dos gastos públicos e, de alguma maneira, diferencia-se dos modos de manifestação do capital enquanto expressão do valor-trabalho” (RIBEIRO; DINIZ, 2017, p. 353).

conhecimento é implícito ao desenvolvimento da humanidade?” (LENCIONI, 2015b, p.13). Segundo Lencioni (2015b), justamente porque agora o conhecimento “[...] se constitui na principal força de produção dessa sociedade” (LENCIONI, 2015b, p. 14), tornando-se uma força produtiva.

Em sendo assim, “A tecnologia flexível dá origem à especialização flexível. Novas ideias podem ser de imediato transformadas em novos produtos, ideias mais novas em produtos ainda mais novos” (KUMAR, 2006, p. 83). A informação torna-se mercadoria, e o conhecimento uma necessidade e forma de desenvolvimento (HARVEY, 1993). Neste momento os empregos voltados à ciência ganham valor. Entretanto, cabe ressaltar que:

Ontologicamente prisioneira do solo material estruturado pelo capital, a ciência não poderia tornar-se a sua principal *força produtiva*. Ela *interage* com o trabalho, na necessidade preponderante de participar do processo de valorização do capital. *Não se sobrepõe ao valor, mas é parte intrínseca de seu mecanismo* [...]. O saber científico e o saber laborativo mesclam-se mais diretamente no mundo produtivo contemporâneo *sem que o primeiro ‘faça cair por terra’ o segundo* (ANTUNES, 1999, p. 123).

Segundo Piketty (2013), há no período recente um aumento da participação do trabalho na produção, que gera a ilusão de que o capital teria sido substituído pelo capital humano e pelo mérito, ocasionado, principalmente pelo desenvolvimento tecnológico. Entretanto, “[...] a tecnologia, assim como a mercadoria, não tem limite ou moral” (PIKETTY, 2013, p. 229), assim a racionalidade econômica e tecnológica não implica na racionalidade democrática ou meritocracia. A evolução tecnológica aumenta a necessidade de mais qualificação humana, porém também aumenta a necessidade de mais edifícios, equipamentos, patentes, ou seja, de mais mercadoria, de mais capital não humano (PIKETTY, 2013).

Todo este crescimento “[...] fundado no crescimento da produtividade e na difusão do conhecimento permitiu evitar o apocalipse marxista e equilibrar o processo de acumulação do capital” (PIKETTY, 2013, p. 229), demonstrando o poder de adaptação do sistema capitalista, entretanto, ele não modificou as estruturas profundas do capital. Nesse sentido, a qualificação profissional e a educação, principalmente em seu nível técnico – acompanhando a ideia de reestruturação produtiva, desenvolvimento tecnológico e supervalorização do setor terciário, como resultado do aumento da escolarização bem como da precarização das relações de trabalho – ofuscam o que ainda é uma estrutura econômica baseada na indústria e na contratação de mão de obra menos qualificada e, portanto, barata. Assim, apesar da intensificação da instalação de indústrias modernas, de informática, telecomunicações e serviços sofisticados, o predomínio ainda é das indústrias caracterizadas por baixa intensidade

tecnológica (CAIADO; PIRES, 2006), refutando mais uma vez a utilização do termo “pós-industrialização”.

É claro, que essa nova agenda econômica não seria possível sem políticos comprometidos com o modelo neoliberal:

[...] as políticas econômicas de corte neoliberal ampliaram o processo de reestruturação produtiva voltada para a obtenção da maior flexibilização do uso do capital e do trabalho, tendo por meta a máxima redução dos custos, da ociosidade dos fatores produtivos e dos riscos ampliados da instabilidade dos mercados (BUSNELLO, 2000, p. 11).

Neste sentido, a intervenção do Estado “[...] regulando logo as relações capital-trabalho, é o aspecto [...] mais crucial da relação entre o Estado e o urbano no Brasil nesse período” (OLIVEIRA, 1982, p. 45), criando assim um mercado da força de trabalho. Assim o Estado contribui para que o capitalista saiba quando deve pagar pela força de trabalho, pergunta sempre retomada com as inovações e transformações tecnológicas da produção industrial.

No Brasil especificamente, o processo de flexibilização produtiva teve no governo Collor, no início dos anos 1990, seu principal incentivador, inserindo o país no projeto neoliberal, e encontrou seu ápice no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, como forma de inserção do Brasil no processo de globalização. Mais recentemente, o governo de Michel Temer, voltou a ratificar o projeto neoliberal para o país, propondo medidas de transformação e flexibilização da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

Além do processo político, outros elementos favoreceram a intensificação da reestruturação produtiva neoliberal no Brasil: características demográficas importantes possibilitaram a industrialização na América Latina, como alto crescimento populacional, migração rural-urbana e conseqüente aumento da população urbana. Sendo assim, o crescimento urbano foi, em muitos sentidos, uma exigência para a industrialização (CEPAL, 1973), considerando a importância de se manter um exército de reserva de mão de obra, que mantém os salários baixos, de fundamental importância para o sucesso da flexibilização da produção³².

³² Como exemplo, temos a política de salário mínimo baixa dos governos brasileiros nos anos 1990.

1.2.2 As metrópoles e a reestruturação produtiva do espaço urbano

Nesse período de mudanças e no contexto de reestruturação a questão do espaço também ganha novos contornos. O surgimento de setores como o de serviços, gera uma nova fase de crescimento metropolitano devido a melhores e mais rápidos sistemas de comunicação, localização dos setores industriais, oferta de serviços especializados de ponta, concentrando assim áreas em processo de terciarização. Essa concentração propicia a criação de infraestrutura para atividades conexas, como capacitação empresarial e outros serviços de alto padrão. Em sendo assim, “[...] o período contemporâneo de reestruturação tem sido acompanhado por uma visibilidade e uma consciencialização acentuadas da espacialidade e da espacialização, da regionalização e do regionalismo” (SOJA, 1993, p. 209).

Nesta lógica, a região de Campinas é um exemplo de região que faz parte do que Becker (1997) vai chamar de um circuito que engloba 3 vertentes: 1) de consumo básico, que corresponde a rede rodoviária, circulação de mercadorias e a distribuição da população; 2) de negócios, considerando o número de passageiros e voos que se vinculam às atividades realizadas por atores do campo dos negócios; e 3) de poder, com o fortalecimento de atores nacionais e internacionais detentores da informação.

Cabe um parêntese sobre a desigualdade de desenvolvimento das regiões no país: há que se pontuar que para Balán (1980) as desigualdades espaciais não se relacionam com alguns setores econômicos ou algumas regiões mais dinâmicas que outras. Para o autor, o desenvolvimento de algumas áreas pode ser explicado pela estagnação de outras, no sentido de que há por parte do Estado e do capital a escolha de locais de maior investimentos e incentivos. Neste contexto, quanto maior a abertura externa de um país, maior a tendência à concentração demográfica em poucas cidades, que centralizarão a comunicação entre o sistema nacional e o exterior.

Mattos (2000), pensando o caso da cidade de Santiago do Chile, entende que o processo de recuperação econômica possibilita a reconcentração econômica em uma cidade:

[...] a base econômica metropolitana que se foi formando sob os efeitos da reestruturação e da globalização conferiu novo impulso do crescimento da AMS (Área Metropolitana de Santiago) [...] ao mesmo tempo, funcionou como foco de atração para a localização de atividades no país [...] (MATTOS, 2000, p. 131).

Esse processo gera novos aspectos na metrópole: tendência a suburbanização; estrutura urbana segregada e polarizada; novos artefatos urbanos no sentido de reestruturação

do espaço; e transformação do perfil dos migrantes e dos fluxos migratórios na metrópole (MATTOS, 2000). Deste modo não só no Brasil, como em toda a América Latina, observa-se um período de desenvolvimento econômico acelerado, estimulando a industrialização e, conseqüentemente, a urbanização concentrada, e que acompanha o progresso mundial de aumento do Terceiro Setor.

A estruturação e organização das metrópoles brasileiras tem se modificado em relação ao seu aspecto urbano, e a reestruturação econômica tem sido a principal razão apontada para estas modificações.

Ainda que alguns indicativos de algumas mudanças já pudessem ser identificados em períodos anteriores, na última década intensificaram-se as tendências de reestruturação econômica produtiva, sendo visível a reestruturação do mercado de trabalho, e a dispersão espacial das atividades produtivas e da população. Paralelamente à dispersão das atividades produtivas, ocorre a concentração dos serviços mais modernos e de desenvolvimento tecnológico, redefinindo os papéis de comando e de centralidade na organização funcional das metrópoles (CAIADO; PIRES, 2006, p. 276).

Entretanto, como já explicitado em relação às transformações produtivas da indústria, há uma concomitância de novos e antigos processos no espaço urbano, o que, no mínimo, põe em cheque a ideia de reestruturação deste. Nestes termos, poder-se-ia pensar que não existiria alteração significativa do processo espoliativo característico do Brasil. Assim, a metrópole brasileira abarcaria dois circuitos paralelos e distintos: um moderno e conectado à reestruturação produtiva e o outro que ainda remete a formação original industrial da metrópole. Neste sentido, cabe aqui colocar as ideias de Santos (2011) de que existem lugares “luminosos”, que são nas palavras de Santos & Silveria “[...] aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo de capital, tecnologia e organização” (SANTOS; SILVEIRA, 2005, p. 264), e lugares “opacos”, que são, “Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes [...]” (SANTOS; SILVEIRA, 2005, p. 264).

Mesmo com as transformações no setor produtivo e sua competitividade, as indústrias metropolitanas paulistas mantiveram-se como um fator dinâmico da indústria do estado, portanto, “[...] a reestruturação produtiva [...] reafirmou a tradicional área industrial do interior paulista, metamorfoseando-a como território metropolitano” (MOURA, 2009, p. 126). As mudanças econômicas pelo qual passaram as cidades e os espaços urbanos desde sua emergência até a realidade metropolitana atual tiveram efeitos nas diversas esferas da vida cotidiana de seus habitantes, afetando assim, os processos de redistribuição da população.

Neste contexto de transformação econômica global, a queda do crescimento demográfico nos anos 1990, atrelado ao baixo dinamismo no crescimento econômico brasileiro entre os anos 1980 e 1994, com baixo crescimento do PIB (Produto Interno Bruto, que corresponde a soma de tudo aquilo que é produzido no país) (PACHECO, 1998), transformou o padrão de urbanização, proporcionando maior crescimento das cidades de porte médio³³, justamente oriundas do processo de expansão metropolitana e reestruturação produtiva (DINIZ, 2000). As aglomerações urbanas funcionariam, portanto, como principal elo na divisão social do trabalho, e os arranjos urbano-regionais contribuindo ainda mais para a economia dos estados, refletindo um padrão concentrador do modo de produção, extrapolando a cidade como forma física. Vale notar que esta forma de expansão urbana já era observada por pensadores no começo do século passado, como Wirth, que já em 1938 pensava o urbanismo e a vida urbana para além dos limites da cidade:

Enquanto identificarmos o urbanismo com a identidade física da cidade, encarando-o meramente como rigidamente delimitado no espaço, e procedermos como se as características urbanas cessassem abruptamente de se manifestarem além da linha fronteiriça arbitrária, provavelmente não chegaremos a nenhum conceito adequado de urbanismo como um modo de vida. Os desenvolvimentos tecnológicos no transporte e na comunicação, virtualmente assinalam uma nova época na história humana, acentuaram o papel das cidades como elementos dominantes na nossa civilização e estenderam enormemente o modo de vida urbano para além dos limites da própria cidade (WIRTH, 1973, p. 93).

Neste sentido, o processo recente de reestruturação produtiva vincula-se aos espaços das metrópoles, que se associa no Brasil ao processo de industrialização e à migração (MOURA, 2009).

O desenvolvimento econômico pós anos 1990 no Brasil, segundo Pacheco (1998) teria, portanto, uma natureza fragmentada e espacialmente heterogênea, assim,

[...] o emperramento dos mecanismos e das políticas, implícitas ou explícitas, de desenvolvimento regional do período foi predominantemente determinado pela crise das finanças públicas e do Estado. Este foi um componente decisivo das (im)possibilidades abertas ao desenvolvimento regional do país (PACHECO, 1998, p. 20).

³³ Cabe ressaltar que há que se tomar cuidado com a ideia de “cidades médias” que vem sido debatido nos estudos urbanos. Em estudo de Silva et al. (2017) observa-se que o crescimento das “cidades médias” de fato é um evento tímido, já que o processo de crescimento de cidades que possuem o porte médio está atrelado, em geral, ao crescimento das regiões metropolitanas da qual fazem parte, e que ainda possuem um peso muito grande da população. Portanto, quando se falar em cidades de porte médio nesta tese refere-se ao tamanho das cidades que estão inseridas na Região Metropolitana de Campinas, tendo o seu crescimento e desenvolvimento atrelados ao dessa região, e não como receptores de desconcentração populacional independentes.

cabe ressaltar que as regiões são distintas do que são as cidades e as nações. A conceptualização de região deve levar em consideração a dinâmica regional interna e o ambiente internacional, além de reconhecer a relação da região com demais regiões e demais espaços. Uma região se define portanto como:

[...] an historically evolved, contiguous territorial society that process a physical environment, a socioeconomic, political, and cultural milieu, and a spatial structure distinct from other regions and from the other major territorial units, city and nation³⁴ (MARKUSEN, 1984, p. 16-17).

É neste contexto de desenvolvimento econômico metropolitano e regional, que se torna importante dar um passo atrás na lógica cronológica de argumentação teórica desta tese para compreender o processo que levou à formação de aglomerados e redes urbanas, bem como ao processo de metropolização do estado de São Paulo.

1.3 Aglomerações urbanas, metropolização e rede urbana

É preciso, inicialmente, compreender que há uma mudança recente no papel da metrópole: “[...] como elementos centrais da vida material e como base da reprodução geral da ordem capitalista [...]. De parcialmente desmercantilizadas, as cidades passaram a ser tratadas como mercadorias e entraram nos circuitos da valorização financeirizada” (RIBEIRO; DINIZ, 2017, p. 367). Considerando ainda o processo de reestruturação produtiva, a cidade pode ser vista, portanto, como uma grande empresa, como um negócio que proporciona a produção de bens e serviços³⁵. A cidade não é só um negócio, mas um negócio líquido e rentável (RIBEIRO; DINIZ, 2017). Nesse sentido, as aglomerações urbanas acabam por facilitar as transações econômicas. O fornecimento e a distribuição de produtos são facilitados pela proximidade com o mercado consumidor e com a mão de obra excedente – o que garante o preço baixo para contratar funcionários. Assim, “[...] os fatores econômicos são atraídos para as cidades e, simultaneamente, as cidades condicionam o crescimento econômico” (MATOS, 1995, p. 36).

³⁴Tradução livre: “A região é uma sociedade territorial contínua e envolvida historicamente, que processa um ambiente físico, um meio socioeconômico, político e cultural, em um espaço estrutural distinto de outras regiões e de outras grandes unidades territoriais, cidades e nações”.

³⁵ Simmel (1973) já dizia que a metrópole é a bolsa de dinheiro de um país, de uma região, “Somente a economia do dinheiro chegou a encher os dias de tantas pessoas com pesar, calcular, com determinações numéricas, com uma redução de valores qualitativos a quantitativos” (SIMMEL, 1973, p. 14).

No contexto histórico da formação das cidades industriais, os antigos centros de comércio e de prestação de serviço deram espaço ao comércio internacional, que por sua vez foi ofuscado pelos fluxos financeiros internacionais³⁶, aumentando assim o nível de complexidade das transações, propiciadas, além de estimuladas, pela infraestrutura e o avanço nas tecnologias de telecomunicação,

A dinâmica interna do processo de acumulação no capitalismo industrial, em face das tendências de maximização dos lucros, concorrência e concentração de capitais, *vis-à-vis* os efeitos do progresso tecnológico, favorece a ampliação dos mercados e da escala de produção. O aumento do tamanho das empresas e a conquista de novos mercados exigem a retificação e expansão da rede de transportes e circulação, de modo a adequá-la aos propósitos de eficiência, na distribuição de mercadorias, alterando, assim, as estruturas internas das cidades e regiões (MATOS, 1995, p. 38).

cabe aqui um parêntese a respeito do processo de urbanização brasileiro. Segundo Oliveira (1982), foi nas cidades litorâneas que a produção agroexportadora do Brasil encontrou sua conexão com o mercado internacional, portanto o autor ressalta a importância do urbano na economia nacional. A urbanização brasileira não se deflagraria apenas após a industrialização do país – apesar de esta redefinir o papel das cidades que passam a ser a sede do sistema produtivo, e não mais apenas sede do capital comercial. Essa mudança de produção irá gerar também uma transformação na divisão social do trabalho, antes baseado na escravidão, e faz com que grandes centros industriais, como São Paulo, adquiram relevância do ponto de vista urbano:

[...] quando a industrialização começa a ser o motor de expansão capitalista no Brasil, ela tem que ser simultaneamente urbana, e tem que ser fundamentalmente urbana porque não pode apoiar-se em nenhuma pretérita divisão social do trabalho no interior das unidades agrícolas (OLIVEIRA, 1982, p. 42).

Por isso no Brasil as taxas de urbanização chegaram a ser mais altas que o crescimento da própria força de trabalho da indústria.

Feita esta ressalva, observa-se que, para Sassen (1998), as instituições fundamentais para as transações mais complexas do urbano e da metrópole “[...] são os mercados financeiros, as grandes empresas de prestação de serviços, os bancos e as matrizes das corporações multinacionais” (SASSEN, 1998, p. 23). Assim, parte do papel cumprido pelas cidades pode

³⁶ As atividades financeiras são extremamente concentradas, mais até do que a população. O modelo e exemplo do Chile mostram que as políticas governamentais de desenvolvimento econômico beneficiaram as principais cidades do país, principalmente a capital, como em diversos outros países latino-americanos (AROCA; ATIENZA, 2016).

ser creditada às transações internacionais, sendo que essas transações são facilitadas e intensificadas no contexto de integração da rede urbana.

Antigamente os fluxos internacionais eram determinados pela localização de matéria-prima ou pela produção de mercadorias primárias, enfatizando assim a importância de países produtores destas, como o Brasil. O papel de determinadas cidades se fortalece quando os serviços especializados e as finanças “[...] tornaram-se o componente dominante das transações internacionais, no início da década de 1980 [...]” (SASSEN, 1998, p.25), limitando o número de cidades com papel central nos fluxos. Entretanto:

Não podemos nos fiar na economia mundial e presumir que ela existe simplesmente porque as transações internacionais também existem. [...] as atividades econômicas globais que ocorrem na atualidade representam uma simples mudança quantitativa ou [...] implicam uma mudança no regime internacional que governa a economia mundial (SASSEN, 1998, p. 32).

É importante ressaltar que o momento pós-fordista ³⁷ gerou uma maior competitividade entre estados e cidades, na tentativa de atrair mais investimentos (JONAS; McCANN; THOMAS, 2015), assim, “Economic activities rarely occur in predetermined places, but they are generally subject to locational choice [...]”³⁸ (BECKMAN, 1968, p. 8). Dito isso, compreende-se que a urbanização regional não é necessariamente uma expressão da economia global mediada pela política, mas representa uma união entre o nacionalismo e o transnacionalismo (JONAS; McCANN; THOMAS, 2015). Sendo assim, as cidades de hoje enfrentam desafios em determinar seu papel na economia global (CARTER, 2016) e a sua inserção na rede urbana faz toda a diferença no papel que ela exerce na economia regional, nacional e, no caso de algumas cidades, global. Neste sentido, “[...] é a maneira como a região se estrutura e se reestrutura ao longo do tempo que define sua importância no contexto de outras escalas” (AJONAS, 2015, p. 95).

Há que se considerar neste contexto o papel das metrópoles no processo de internacionalização e de reestruturação produtiva. Segundo Lencioni (2008) houve uma mutação da metrópole do século XIX para cá: de compacta para diversa, de coesa para fragmentada (LENCIONI, 2008). A autora também compreende que, apesar de espraiada, a metrópole é concentrada, já que faz parte da lógica capitalista concentrar as pessoas, renda,

³⁷ Cabe ressaltar que quando utilizar-se nesta tese o termo “pós-fordismo”, este compreende ao período histórico pós anos 1990 no caso do Brasil. Entretanto compreende-se, como já tratado anteriormente, a heterogeneidade dos sistemas de produção no período tratado, inclusive com a não superação e manutenção da produção em estilo Fordista em diversos locais em países subdesenvolvidos, inclusive no Brasil.

³⁸ Tradução livre: “Atividades econômicas raramente ocorrem em espaços predeterminados, porém estão geralmente sujeitas a escolhas de local”.

indústrias de alta tecnologia e trabalho qualificado. Ainda segundo a autora, a aglomeração difusa das cidades esconde a fragmentação destas, por isso Lencioni (2008) fala em um arquipélago de ilhas urbanas que se formariam em conjunto em um território espalhado através de subpolos regionais. Compreende-se assim que estes subpolos teriam maior destaque na rede urbana.

As transformações à que a economia e principalmente a produção industrial se submeteram desde o início do processo de metropolização, influenciaram não só o desenvolvimento da metrópole como um todo, mas também sua importância sob o ponto de vista migratório já que “A importância e as características das atividades desenvolvidas por determinado centro são essenciais na configuração da extensão de sua área de influência” (AJONAS, 2015, p. 103).

Portanto, a metropolização “[...] é ao mesmo tempo um processo que acentua a homogeneização do espaço, intensifica sua fragmentação e altera a hierarquização entre os lugares” (LENCIONI, 2013, p. 30), e assim como o trabalho no capitalismo, é homogênea, hierarquizada e fragmentada. Além disso, “A metropolização submete as grandes cidades aos fenômenos de dilatação, de aumento e diversificação das mobilidades, as lógicas da residência” (LENCIONI 2015a, p. 7). Dentre estas lógicas de residência reafirma-se que o espaço tem papel importante no processo migratório. Segundo Carlos (2015) a reprodução do espaço é um elemento fundamental para compreendermos a realidade metropolitana e o processo de produção da economia, e para isso é necessário compreender também que o capital financeiro produz esse espaço como mercadoria.

O problema nas grandes metrópoles, para Silva (2013), deixa de ser portanto, mover-se para áreas urbanas – já que a maioria da população já se encontra vivendo nessas áreas – e passa a ser como fazer para “[...] apropriar-se da cidade e das possibilidades que este espaço pode oferecer” (SILVA, 2013, p. 124). Além disso, como será analisado mais adiante, a diminuição dos fluxos migratórios externos em direção à metrópole de Campinas dão mais visibilidades aos fluxos internos e às mudanças residenciais intrametropolitanas. O espaço, portanto, ganha novos contornos, as áreas urbanas de limites precisos e nítidos cede lugar a uma metrópole de estrutura policêntrica e fronteiras difusas e dispersas³⁹ (MATOS, 1995).

³⁹ Por exemplo, segundo Marques e Requena (2015), em 1980 caiu o número absoluto de moradores das áreas centrais de São Paulo, espalhando a população a uma área mais ampla na capital em 1990. Nesse sentido, “[...] desde os anos 1980 as baixas taxas médias de crescimento escondiam o esvaziamento demográfico das regiões mais centrais e a manutenção de taxas de crescimento muito expressivas em áreas periféricas” (MARQUES; REQUENA, 2015, p. 148), levando em consideração os municípios centrais e periféricos. Porém, os municípios periféricos durante todo este período continuaram crescendo muito, seguindo um padrão de periferização iniciado nos anos 1970.

Nesse sentido Simmel (1973) já observava que “A característica mais significativa da metrópole é essa extensão funcional para além de suas fronteiras físicas” (SIMMEL, 1973, p. 21).

Entretanto, disperso não significa sem fim, mesmo que essa dispersão rompa elementos, “[...] a dispersão urbana tem como contraposto a ideia de unidade, precisamente de uma unidade historicamente constituída, uma vez que o urbano se constitui como feito humano, como produção social” (LENCIONI, 2015a, p. 9). Assim, a unidade da metrópole se dá através da fragmentação do espaço, e os pontos isolados são só aparentes, já que fazem parte de um todo, e sua integração se dá na continuidade dos elementos espaciais e pela homogeneidade de fenômenos.

Diferentes redes, com diferentes sentidos e movimentos, integram uma unidade, que se apresenta em âmbito regional por meio das diferenças espaciais geradas no contexto da divisão territorial do trabalho. Por meio desta, de sua acentuação, novas regiões se esboçam formadas através de uma unidade que lhes é imposta pelos interesses mercantis do capital. São esses interesses, os conflitos, e dinâmicas a eles associados, que reafirmam ou redefinem as regiões, aprofundando as diferenças entre elas, hierarquizando-as (AJONAS, 2015, p. 98).

Assim cria-se uma hierarquia de poderes através da hierarquia da rede urbana. Em sendo assim, estas redes são um produto da regionalização do Estado nacional, diferenciada geograficamente e “[...] que é tão provisória, ambivalente e criativamente destrutiva quanto qualquer outro componente da matriz espacial do desenvolvimento capitalista” (SOJA, 1993, p. 198).

Assim, todo este contexto metropolitano pode, e deve ser compreendido levando em consideração a inserção das cidades que compõe a metrópole, e a metrópole em si, como unidade territorial, articulando-se em uma rede urbana, já que:

No bojo do processo de urbanização a rede urbana passou a ser o meio através do qual produção, circulação e consumo se realizam efetivamente. Via rede urbana e a crescente rede de comunicações a ela vinculada, distantes regiões puderam ser articuladas, estabelecendo-se uma economia mundial (CORRÊA, 1994, p. 5).

Entretanto, há que se pontuar que não há uma concordância sobre o que seria a rede urbana, que foi estudada de diferentes maneiras, principalmente pela Geografia, como a “[...] diferenciação entre cidades em termos de suas funções, dimensões e desenvolvimento, hierarquia urbana, e relações entre cidade e região” (CORRÊA, 1994, p. 10). Uma abordagem importante é a ideia de que há uma diferenciação entre as funções das cidades, compreendendo assim a importância da divisão territorial do trabalho. Não cabe, entretanto, criar uma

categorização para as cidades nesta tese, mas compreender que, de certa maneira, cada uma das regiões, ou cidades que compõe uma rede, realizam um papel de maior ou menor relevância na produção econômica, na circulação e na divisão territorial do trabalho.

Nos anos 1950 a ideia de desenvolvimento nos estudos geográficos é associada à de primazia urbana, assim forças econômicas influenciariam a concentração, afetando um centro único que atrairia a riqueza do país, assim a rede urbana seria desequilibrada. O problema desse pensamento é que ele nos leva a uma ideia de evolucionismo, pela qual os países subdesenvolvidos avançariam até que chegassem a um maior equilíbrio e integração da rede urbana, como nos países desenvolvidos (CORRÊA, 1994). Assim, surge a ideia, principalmente nos anos 1970 no Brasil, de desconcentração ou de polos de desenvolvimento.

Os estudos sobre hierarquia urbana “[...] derivam de questionamentos sobre o número, tamanho e distribuição das cidades e, implicitamente, sobre natureza de diferenciação entre elas” (CORRÊA, 1994, p. 20). Portanto, a hierarquia das cidades surge com a distribuição espacial desigual da oferta de produtos industriais e de serviços⁴⁰. A natureza da hierarquia urbana “[...] deriva diretamente da hierarquia das funções centrais” (CORRÊA, 1994, p. 23), assim quanto:

[...] maior o nível hierárquico de uma localidade central, maior o número de funções centrais, sua população urbana, sua região e o total da população servida. Inversamente, maior o nível hierárquico, menor o número de centros do mesmo nível e mais distanciados estão entre si (CORRÊA, 1994, p. 29-30).

Outra abordagem dos estudos geográficos é a de cidade-região, dividindo-se entre aqueles que compreendem a ideia de cidade-campo e a de um *continuum* rural-urbano. “A ideia da cidade como centro difusor do desenvolvimento regional está (...) presente entre os geógrafos que trabalham a temática cidade-região” (CORRÊA, 1994, p. 45).

Entretanto, para Corrêa (1994) as teorias tratadas até então não dão conta da rede urbana, que, para ele, é um reflexo e uma condição para a divisão territorial do trabalho. “Reflexo” no sentido de que se apropria das aptidões e vocações locais, considerando a produção histórica do local ou mesmo a presença de matéria prima ou condições geográficas e ambientais favoráveis à determinada atividade econômica; “condição” no sentido das funções articuladas, das atividades desenvolvidas nas cidades. Para o autor, a divisão territorial do trabalho aparece condicionada à rede urbana devido às grandes metrópoles:

⁴⁰ Há que se reconhecer que no sentido de oferta de produtos talvez a hierarquia de cidade não faça mais tanto sentido.

A rede urbana é um reflexo, em realidade, dos efeitos acumulados da prática de diferentes agentes sociais, sobretudo as grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas que, efetivamente, introduzem – tanto na cidade como no campo – atividades que geram diferenciações entre os centros urbanos (CORRÊA, 1994, p. 50).

E são nesses centros urbanos que o capitalismo cria, se apropria e circula o valor excedente da produção, assim a divisão territorial das cidades deve dar conta do papel de cada uma na criação, apropriação e circulação desse excedente.

Neste sentido, para Corrêa (1994) existe rede urbana quando certas condições são satisfeitas: 1) “[...] haver uma economia de mercado com uma produção que é negociada por outras que não é produzida local ou regionalmente” (CORRÊA, 1994, p. 7); 2) a existência de um local no território aonde os negócios da primeira condição são realizados, concentrando demais atividades vinculadas a estes negócios; e 3) articulação entre os núcleos urbanos envolvidos. Assim, o autor considera a existência de redes urbanas também em países subdesenvolvidos, já que a rede urbana, para ele “[...] reflete e reforça as características sociais e econômicas do território, sendo uma dimensão sócio-espacial da sociedade” (CORRÊA, 1994, p. 8). Portanto, as diferenças entre as redes de países desenvolvidos e subdesenvolvidos não implicam na existência ou não desta em um ou outro, mas sim a expressão da realidade de cada território.

A rede urbana foi transformada na principal base logística da acelerada modernização. De um lado assegura a intensificação da mobilidade do capital e da força de trabalho, de outro sustenta a constituição das redes técnicas de circulação de mercadorias e informações e, por final, acentua o controle estatal sobre o território (EGLER, 1993, p. 169).

Sobre o uso da expressão cidade-região: “[...] trata-se da grande cidade, um centro metropolitano, criação do próprio capitalismo, e de áreas agrícolas diversas e numerosos centros urbanos menores, todos subordinados à metrópole” (CORRÊA, 1994, p. 54). Não se trata mais da vitória da cidade sobre o campo, como diriam Marx e Engels, mas da cidade-região sobre uma ampla região. “A metrópole constitui-se no destino de parcela ponderável dos excedentes demográficos, produtos rurais e lucros comerciais, e renda fundiária” (CORRÊA, 1994, p. 63), sendo este o primeiro ciclo de exploração. O segundo ciclo começa:

[...] com o investimento de capitais no campo e nas pequenas cidades a partir dos grandes centros de acumulação que são as grandes cidades onde tendem a se localizar as grandes empresas, algumas das quais constituindo segmentos de corporações multifacetadas e com múltiplas localizações (CORRÊA, 1994, p. 64).

No contexto brasileiro, há que se considerar, entretanto a heterogeneidade dos processos espaciais:

As redes de localidades centrais que se estabeleceram no Brasil fornecem um rico e variado conjunto de padrões espaciais e modelos funcionais de distribuição de bens e serviços. Padrões e modelos onde coexistem as formas mais modernas de distribuição ao lado das mais tradicionais [...] (CORRÊA, 1994, p. 67).

Portanto, para compreender a rede urbana é necessário considerar categoriais da realidade social como a estrutura, o processo, a função e a forma. A complexidade da produção, da circulação, do consumo e do desenvolvimento da hinterlândia de uma região torna a rede mais complexa, e “Pressupõe [...] o aparecimento de uma divisão intra-regional do trabalho capaz de romper o caráter unidirecional dos fluxos vinculados à produção regional” (CORRÊA, 1994, p. 75).

Há diversos padrões de localização de uma rede urbana, entre eles em torno de centros metropolitanos, “[...] originando, através do mecanismo de economias de aglomeração, uma concentração urbano-industrial” (CORRÊA, 1994, p. 75). Portanto, entende-se por rede urbana “[...] o conjunto funcionalmente articulado de centros, que se constitui na estrutura territorial onde se verifica a criação, apropriação e circulação do valor excedente” (CORRÊA, 1994, p. 87).

É impossível pensar, portanto o desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas, objeto deste estudo, sem contextualizar a importância da sua inserção na rede urbana do Estado de São Paulo, principalmente da sua interligação com a Região Metropolitana de São Paulo. Portanto é necessário determinar e contextualizar a rede urbana do Estado, que será realizado no próximo tópico.

1.3.1 A rede urbana do Estado de São Paulo

A utilização da ideia de rede urbana para esta tese se dá pensando na importância da inserção da Região Metropolitana de Campinas em um contexto urbano e produtivo maior do que aquele que envolve as delimitações físicas de sua região oficial, nesse sentido:

[...] as redes geográficas e particularmente as redes urbanas mostram-se mais eficientes à análise econômico-espacial do que as visões duais do território brasileiro [...]. As redes podem expressar dimensões abstratas, mas comumente traduzem materialidades espaciais. São espaços e subespaços em movimento; lugares articulados por fluxos multivariados; fluxos de pessoas, capitais, informações, ideia e culturas. As redes mais importantes estão carregadas de técnica e história social,

sendo, portanto, construções dinâmicas relativamente duráveis. As redes urbanas, por exemplo, são depositárias de estruturas sociais pretéritas e futuras, tradicionais ou modernas, que dão forma e sentido à vida de milhares de pessoas, famílias e instituições (LOBO; MATOS, 2011, p. 86).

Ainda para Lobo e Matos (2011), a concentração urbana no Sudeste brasileiro estimulou o adensamento da rede urbana no país. A influência das regiões metropolitanas do Estado de São Paulo vai além das cidades que compõe sua dinâmica interna, e agrega outros Estados. Neste sentido, sob o ponto de vista da lógica econômica mundial, é difícil pensar a evolução de uma metrópole sem pensar na evolução das demais metrópoles (DUREAU et al., 2000), e assim a rede urbana paulista segue a seguinte tendência mundial de crescimento das metrópoles: desaceleração do crescimento e contínua expansão espacial (DUPONT; PUMAIS, 2000). Um elemento que contribui para demonstrar esta expansão contínua são os movimentos pendulares que ocorrem em distâncias cada vez maiores (FUNDAÇÃO SEADE, 2011).

Neste sentido:

A rede paulista de cidades é historicamente organizada ao longo e/ou no entorno de eixos de desenvolvimento, onde estão concentrados a produção, o consumo e a população, exercendo impacto importante sobre a dinâmica, bem como sobre as formas assumidas pela urbanização, já que tais eixos se configuram como rotas de avanço desse processo e fortalecem a centralidade de lugares determinados – nós de articulação funcional. Nesse sentido, funcionam como ossatura dos processos de complementaridade funcional, integração da economia e unificação do mercado de trabalho e também da periferização da ocupação dos espaços urbanos (FUNDAÇÃO SEADE, 2011, p. 30).

Na rede urbana do Estado de São Paulo, o recorte territorial proposto pela Fundação Seade (2011) determina que regiões agregam determinadas atividades: a leste do Estado, aonde se encontra a Macrometrópole Paulista (que será melhor trabalhada no próximo capítulo), há o maior fluxo de pessoas e mercadorias, impossibilitando a determinação de uma atividade predominante específica; na região norte/nordeste, há predominância da atividade agroindustrial exportadora, principalmente cana-de-açúcar e laranja; na região centro-oeste e oeste a atividade agropecuária tem maior relevância, principalmente a cadeia sucroalcooleira e a carne bovina; no centro-sul do Estado a agricultura; e o extremo leste e sul há um baixo dinamismo econômico (FUNDAÇÃO SEADE, 2011). Cabe enfatizar que, segundo Sposito (2015), “[...] a industrialização não se realizou em todo o território do estado, mas o *modo industrial* pode ser verificado nos principais núcleos da rede urbana do estado” (SPOSITO, 2015, p. 402).

Em 2006, de acordo com a Fundação Getúlio Vargas, a cidade de São Paulo possuía 28 das 100 maiores empresas do país, e as cidades em um raio de até 100 Km da capital possuíam 33 (LENCIONI, 2008). Segundo Lencioni (2008), é importante considerar que a dispersão destas industriais requer uma centralidade nas decisões, criando assim centros de gestão empresarial, como a cidade de São Paulo. Assim, as principais características da localização das indústrias no estado são: rede de infraestrutura física caracterizada por um eixo de desenvolvimento ao longo das rodovias – “[...] as cidades que se localizam ao longo das rodovias [...] são as mais afetadas, no sentido positivo, pela dinâmica econômica que embasa as decisões nas localizações das empresas [...]” (SPOSITO, 2015, p. 400); separação entre centro de comando e produção; e as indústrias de tecnologia que se restringem ao eixo de desenvolvimento, portanto próximos à RMSP.

Neste contexto, não há, para Cano (2007), justamente, uma reversão produtiva metropolitana, no caso de São Paulo, a outros centros. Este argumento encontra força nas palavras de Lencioni (2011):

[...] embora o peso relativo da indústria paulista em relação ao País tenha diminuído, a liderança industrial encontra-se, ainda, na região metropolitana de São Paulo [...], cabendo o segundo lugar ao interior paulista, o terceiro, ao Estado do Rio de Janeiro e ao de Minas Gerais (LENCIONI, 2011, p. 137).

Neste sentido, a Região Metropolitana de São Paulo concentra principalmente as atividades da indústria e do setor de serviços, contribuindo com 56,4% do PIB total do Estado de São Paulo (FUNDAÇÃO SEADE, 2011), nesse contexto, a concentração econômica é maior que a populacional, tanto na RMSP, quanto na RMC (que concentra 7,8% do PIB do Estado), demonstrando a importância econômica destas regiões (FUNDAÇÃO SEADE, 2011), ambas articuladas no que se chama de Macrometrópole Paulista. A importância e a integração da RMC na rede urbana do Estado será melhor analisada no terceiro capítulo desta tese.

A importância da RMSP para o desenvolvimento da RMC é, portanto, fundamental, porém não responde a como se desenvolveu todo o seu processo de industrialização. Há que reconhecer sim a grande influência e a facilidade desse desenvolvimento estando a RMC tão próxima a, não só São Paulo, mas outras áreas importantes que se firmaram ao redor da capital, integrando assim, o que hoje conhecemos como a Macrometrópole Paulista (MMP), ideia que também será melhor trabalhada no decorrer desta tese.

CAPÍTULO 2 – FORMAÇÃO, EXPANSÃO E DINÂMICA DEMOGRÁFICA E ECONÔMICA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS: O PAPEL E AS CARACTERÍSTICAS DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS

Esta tese tem como objeto a Região Metropolitana de Campinas localizada a 100 quilômetros da capital do estado de São Paulo e que faz parte da maior aglomeração urbana do país e da América Latina, a Macrometrópole Paulista (MMP). Reconhecendo que a inserção da RMC nesta rede urbana foi fundamental para o seu desenvolvimento, este aspecto não pode ser negligenciado. Entretanto, a região é por si só um aglomerado importante de municípios que trabalha, em muitas vezes, como uma unidade territorial, e é a partir desta unidade que se irá compreender o papel destes municípios na rede urbana e nos fluxos migratórios nacionais. Neste sentido, cabe analisar a formação da região como uma metrópole, tanto em seu caráter real quanto institucional.

2.1 A formação das metrópoles brasileiras

Para além da questão espacial e das análises do processo de metropolização, já realizada no capítulo anterior, é necessário levar em conta o caráter institucional da formação das metrópoles. Apesar de considerar-se que “[...] à metrópole estão associados elementos definidores, como seu peso na economia, sua concentração de atividades superiores e conexão a uma rede urbana [...]” (FIRKOWSKI, 2013, p. 27), há também um elemento político no Brasil que determina as áreas metropolitanas. Neste sentido, há que se compreender que:

[...] uma área metropolitana seria um conjunto de municípios integrados econômica e socialmente a uma metrópole, principalmente por dividirem com ela uma estrutura ocupacional e uma forma de organização do espaço característica e por representarem, no desenvolvimento do processo, a sua área de expansão próxima ou remota. Um conjunto de interesse comum, principalmente os de infra-estrutura econômica e social, criam as motivações para a organização de instituições que procurem resolver ou orientar a solução dos problemas que tal concentração populacional pode criar (GALVÃO et al., 1969, p. 56).

Com o rápido processo de urbanização brasileira nos anos 1960 e 1970 – em grande parte influenciado pelo processo de migração interna rural-urbana –, considerando a problemática sociodemográfica que se associou ao processo de aglomeração urbana, o Governo Federal criou e institucionalizou nove Regiões Metropolitanas⁴¹. Entretanto, neste processo de

⁴¹ A saber, as Regiões Metropolitanas de Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Porto

institucionalização, com forte caráter político, desconsiderou-se a heterogeneidade dos processos socioeconômicos e da formação urbana de cada uma das nove regiões. A atribuição de RMs no Brasil possui, portanto um caráter relacionado à uma lógica e perspectiva do desenvolvimento regional e não de urbano-metropolitano, assim a sua formação relaciona-se a uma definição político institucional através de lei e não prioriza o seu processo socioespacial⁴² (FIRKOWSKI, 2012).

A Constituição de 1988 deixou a cargo dos Estados da Federação a atribuição da criação e institucionalização de Regiões Metropolitanas. A ideia era justamente respeitar as diferenças regionais urbanas, entretanto, acabou por disseminar a criação de RMs sem o menor critério,

A limitada visão de médio e longo prazo, a hibernação do planejamento no país e a ausência de uma coordenação nacional do processo resultaram na perda de uma visão nacional para a questão das regiões metropolitanas, resultando em que a compreensão da espacialidade do processo de metropolização no Brasil passasse a não poder ser capturada pelo recorte ‘região metropolitana’. Isto porque nem todas as unidades institucionalizadas enquanto ‘região metropolitana’ decorrem efetivamente do processo de metropolização. Assim, no Brasil, parte das regiões metropolitanas se aproxima mais de um recorte regional convencional, sem qualquer evidência de características metropolitanas, resultando no divórcio entre metropolização e região metropolitana, bem como em seus respectivos processos constitutivos (FIRKOWSKI, 2013, p. 35).

utilizando os parâmetros determinados por Galvão et al. (1969) que foram utilizados pelo Governo Federal para a definição das nove RMs originais, Castelo Branco; Pereira e Nadalin (2013), adaptando alguns parâmetros pensando na realidade da urbanização brasileira contemporânea – como o crescimento populacional e a inserção de critérios como emprego no setor de serviços e o comércio, além da industrialização –, determinou quais Regiões Metropolitanas institucionalizadas após 1988 teriam os critérios originais necessários para a sua institucionalização. O resultado foi que, das 39 RMs/Rides institucionalizadas até o Censo Demográfico de 2010, 15 não se encaixaram nos parâmetros originais da Lei Federal: “Identificou-se um número muito menor de municípios em um território muito mais compacto e densamente ocupado, mas com características metropolitanas marcadamente mais presentes”

Alegre (RS), Recife (PB), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e São Paulo (SP).

⁴² Wirth (1973), que pensava o modo de vida urbano no contexto do desenvolvimento metropolitano de Berlim, já alertava que partir de uma determinação numérica, de tamanho, para caracterizar uma metrópole seria arbitrário: “Na perspectiva de Wirth, não seriam os traços característicos físicos, como a concentração e densidade, que definiriam uma cidade, mas a capacidade de moldar o caráter da vida social e sua forma especificamente urbana” (ANTUNES, 2014, p. 7).

(CASTELO BRANCO et al., 2013, p. 132), o que reforça o caráter político da institucionalização das RMs.

Neste sentido, além da Macrometrópole Paulista e da Região Metropolitana de São Paulo, a Região Metropolitana de Campinas, aparece como uma RM com características e critérios necessários para a formação de uma Metrópole, pelo menos considerando os parâmetros originais utilizados pelo Governo Federal nos anos 1970. Assim, mesmo considerando a importância do caráter político da institucionalização das metrópoles, e a discussão entre metropolização e região metropolitana, o objeto desta tese será tratado com a tranquilidade de ser considerado uma metrópole importante, interligada internamente e com as regiões que a cercam.

2.2 A formação da Região Metropolitana de Campinas: ciclos econômicos e fluxos migratórios

Para compreender a formação da RMC será utilizada uma periodização de ciclos econômicos e de deslocamentos populacionais. Neste tópico serão apresentadas as distintas fases do processo econômico e migratório da região, a fim de compreender a importância regional da RM. Neste sentido, cabe salientar que não se trata aqui de aderir a ideia da teoria dos estágios⁴³, e nem a teoria da localização – muito estudada pelos norte-americanos no período anterior aos anos 1970 –, já que esta tese está de acordo com North (1977) quando diz que, tanto a:

[...] generalização dos teóricos da localização como a discussão dos estágios iniciais feita pela teoria do desenvolvimento regional parecem ser, antes, transposições inadvertidas da experiência europeia, do que inferências tiradas da história econômica deste país⁴⁴ (NORTH, 1977, p. 298).

Porém compreende-se que os distintos períodos pelo qual passou a RMC e os momentos históricos de seu desenvolvimento dizem muito sobre a importância dos fluxos migratórios na região, apesar de também compreender a necessidade de se analisar os processos migratórios para além do desenvolvimento econômico industrial.

Uma característica interessante das cidades que compõem a RMC, e que diz muito a respeito da urbanização do interior paulista, é que quase todas elas surgiram a partir de grandes

⁴³ Teoria que versa sobre os estágios do desenvolvimento econômico de uma região, começando pela subsistência desta região, passando pela produção agrícola, desenvolvimento industrial, e finalmente o setor terciário.

⁴⁴ Referindo-se aos Estados Unidos, porém podemos estender esta ideia ao Brasil.

fazendas, da chegada da ferrovia e/ou da construção de capelas: as cidades de Americana e de Santa Barbara d'Oeste tiveram como marco a inauguração da estação de trem na Fazenda Machadinho em 1875 (PUPO, 2002); em Engenheiro Coelho, a Estrada de Ferro Funilense é inaugurada em 1891 atravessando as terras da Fazenda Guaiaquica (FERNANDES; VENTURA, 2002); na região onde hoje é o município de Hortolândia o lugarejo conhecido como Jacuba teve um posto telegráfico inaugurado em 1896, e a estação de trem construída em 1917 (NEGREIROS; TEIXEIRA, 2002-a); em Indaiatuba, a Estrada de Ferro Ituana chega em 1873 e a capela Nossa Senhora da Candelária construída em 1910 (ALVES, 2002a); em Jaguariúna a Fazenda Florianópolis em 1894 é um marco no desenvolvimento da região como cidade (ALVES, 2002b); assim como a Fazenda São Bento juntamente com a inauguração de uma capela em 1903 em Paulínia (BRANDÃO, 2002); em Pedreira a instalação da Estrada de Ferro Mogiana ajudou a desenvolver o município (SILVA, 2002); e em Valinhos diversas fazendas, principalmente a Fazenda Dois Córregos, formaram o ponto de partida da urbanização do município e de sua criação como tal (MARTINEZ, 2002). Assim, as cidades que compõe a RMC, e a região como um todo, estão atreladas ao desenvolvimento econômico trazido, principalmente pela cafeicultura.

Begeres Bisneto (2009) sugere uma periodização interessante para compreender o desenvolvimento da Região Metropolitana a partir da cidade de Campinas. O primeiro período, de 1721 a 1842 compreende o ciclo do açúcar, nesse sentido a abertura da estrada Caminho de Goias em 1721 é o marco de ocupação da cidade de Campinas, que participava do chamado Quadrilátero do Açúcar. Até o início do século XIX a região era considerada uma área de passagem para o Mato Grosso, onde a fronteira agrícola atraía muitos imigrantes. A cidade de Campinas – hoje sede da Região Metropolitana – foi fundada em 1797 como um dos desmembramentos da cidade de Jundiá (cidade constituída desde 1655). A cidade, nesta época, tornou-se um importante centro de passagem no caminho do açúcar para Santos, e se desenvolveu através de dois eixos de ocupação: um que vinha do Rio de Janeiro, e o outro de São Vicente, litoral de São Paulo.

Em 1836, a população do município chegou a 6600 pessoas, sendo 3950 escravos (SEMENGHINI, 1991), o que demonstra a importância da produção da agricultura, principalmente dos Engenhos de Açúcar, na região. O adensamento populacional proporcionou a constituição da economia dos artesãos, de serviços e de trabalhadores de transporte, transformando a região em uma área também de comércio.

No segundo período, de 1842 a 1889, a região substitui em grande parte a produção do açúcar pela produção do café. Por volta de 1850, a região de Campinas diminui a produção

de cana-de-açúcar – a região chegou a ter 60 engenhos de açúcar em 1817 – para investir na produção do café, muito devido à queda do preço daquela e aumento do preço deste. A passagem de uma cultura para outra desenvolveu ainda mais a região como área de comércio, já que a produção do café exigia menos cuidados, os custos de produção e as perdas com transporte menores, portanto maiores taxas de lucro (SEMENGHINI, 1991). Neste sentido, segundo Lapa (2008):

[...] a estruturação do ciclo produtivo do café [...] se assenta no ciclo produtivo anterior – o do açúcar –, que, por sua vez, serviu de pré-requisito para viabilizar a expansão cafeeira em termos de montagem de unidades de produção agrária, nas quais haverá a transformação de maquinaria, benfeitorias, edificações, implementos, etc., para responder às novas necessidades que a substituição de um produto por outro impunha (LAPA, 2008, p. 103).

Essa transição de uma cultura para a outra acabou por impulsionar a economia campineira e paulista, e contribuiu para a importância econômica da região de Campinas não só no contexto estadual, como no país. Para Cano (2011), foi o complexo cafeeiro do estado que constituiu uma economia diversificada à medida em que acabou por desenvolver outras atividades, como a indústria de máquinas para a agricultura. É neste sentido que se compreende que,

O que ocorre durante todo o século XIX, [...] foi uma reestruturação regional e uma expansão em escalada relação preformadora cidade-campo e da ‘acumulação primitiva’ que marcam as origens do capitalismo. A expansão geográfica do capital comercial preparou inicialmente o terreno, mas a força espacializante dominante associou-se à industrialização urbana maciça (SOJA, 1993, p. 200).

por isso torna-se importante voltar às origens da produção econômica da RMC. É observando este processo que Mello (1975) acredita que a economia cafeeira paulista criou as condições básicas para o nascimento do capital industrial e da grande indústria ao:

- 1) Gerar, previamente, uma massa de capital monetário, concentrada nas mãos de determinada classe social, possível de se transformar em capital produtivo industrial;
- 2) Transformar a própria força de trabalho em mercadoria; e, finalmente
- 3) Promover a criação de um mercado interno de proporções consideráveis (MELLO, 1975, p. 102).

Portanto, a economia cafeeira, para Mello (1975), foi assentada em relações capitalistas de produção no sentido pelo qual Ortega e Jesus (2012), orientados pelo pensamento de Cano (1998) nos chamam atenção:

[...] enquanto a economia açucareira esteve restrita à sua atividade, a cafeeira foi formando um complexo produtivo em torno do café, com produção de insumos e alimentos, que se acelerou, principalmente, a partir da introdução do trabalho assalariado (ORTEGA; JESUS, 2012, p. 35).

Este complexo estendeu-se ao processo de comercialização e de transporte do grão, sendo fundamental portanto para o surgimento das relações capitalistas no Brasil, e com ele o capital industrial.

Em 1872 o comércio com os Estados Unidos da América e a Europa intensificam a produção paulista. Nesse mesmo ano é inaugurada a Ferrovia Paulista, e a Ferrovia da Mogiana é inaugurada 1875, ambas construídas por grupos de fazendeiros. Nesse período o grande número de imigrantes africanos trazidos na condição de escravos marca o período migratório na região.

A expansão do café no Estado de São Paulo como um todo significou, portanto, não só aumento físico da produção, mas possibilitou a criação de novos espaços para a acumulação, acompanhado dos processos de migração, industrialização, aumento do setor de serviços, comércio, e inclusive na dinâmica de circulação do território estadual. Nesse sentido, o capital cafeeiro foi responsável já pela integração das regiões do estado. As ferrovias foram importante elemento nessa integração, articulando novos espaços distantes em relação à capital, chegando às fronteiras do estado. Assim, a infraestrutura e interligação de São Paulo foi criada, em grande parte, pela cafeicultura. Neste sentido, o século XIX foi de grande importância para as cidades da região no que diz respeito, principalmente, às transformações nas composições geográficas e institucionais na economia global.

Portanto, a cidade de Campinas, com a consolidação da economia do café e o desenvolvimento industrial, ainda que insipiente, assistia a importantes transformações urbanas, muito devido ao aumento de sua população, fruto do processo de emigração rural. A sociedade rural tradicional campineira buscava na cidade o ingresso rápido à modernidade⁴⁵. Campinas tornou-se, por exemplo, em 1897 a segunda cidade no mundo a utilizar o telefone e a possuir estrutura para tal, depois apenas de Londres (LAPA, 2008). Nesse sentido, as inovações científicas e tecnológicas foram incorporadas ao dia-a-dia viabilizando, assim, o processo de modernização da cidade, e já contribuindo para que a região se tornasse um importante polo de pesquisa, seja na área do desenvolvimento de tecnologias para a agricultura

⁴⁵ Sob a visão de Simmel (1973), que pensava a vida mental na metrópole, esta associa-se ao movimento e a velocidade (ANTUNES, 2014), diferentemente da vida rural: “A metrópole extrai do homem, enquanto criatura que procede a discriminações, uma quantidade de consciência diferente da que a vida rural extrai” (SIMMEL, 1973, p. 12).

(considerando tanto máquinas quanto a biotecnologia), como também de tecnologia de comunicação.

Assim, não só Campinas como toda a sua região, acompanhou, e até mesmo liderou, as mudanças econômicas, sociais e políticas que ocorreram em nível nacional, acabando por desenvolver no século XX seu próprio ritmo de crescimento e de desenvolvimento tanto industrial quanto relacionado à urbanização.

O terceiro período da formação da RMC remete aos anos de 1889 a 1930. Nesse período há, devido ao excedente da produção cafeeira, e o investimento deste na indústria, a formação urbana da cidade de Campinas, que Begeres Bisneto (2009) chama de “produção da cidade capitalista”. Medidas higienistas foram tomadas devido as epidemias de Febre Amarela entre 1887 e 1889, e a virada do século marca o grande volume de imigrantes europeus, majoritariamente italianos, trazidos para trabalhar nas lavouras de café. O fim da escravidão e a mecanização do campo contribuem para o período de maior migração rural-urbana na região.

Entre os anos de 1911 e 1913 verifica-se uma aceleração da industrialização no Estado de São Paulo. Essa expansão, que beneficiou a demanda por produtos industriais em substituição dos importados, permitem a superação das restrições externas que ocorreram no período da Primeira Guerra Mundial. Este período foi marcado pelo aumento dos investimentos industriais a partir do transbordamento do capital agrário para outros setores econômicos, com investimentos em maquinário. Por sua vez, toda essa transformação, representou um aumento do custo de vida, situação que piora com a Primeira Guerra Mundial em 1914 ⁴⁶ (BEIGUELMAN, 2005).

Entre os anos de 1919 e 1929, o país passa por períodos de crise, particularmente, a cafeicultura. Entretanto, ainda assim, a indústria continua se desenvolvendo, e consequentemente aumentando o perímetro urbano dos municípios do Estado. Na década de 1920 a cidade de São Paulo se preparou para a consolidação de sua indústria mediante a instalação destas para a produção principalmente das futuras indústrias de cimento, aço e da indústria metalúrgica (CANO, 1998). Essa consolidação só se tornou possível graças ao retrocesso da indústria no então estado da Guanabara⁴⁷, que perde investimentos, além da complementariedade da indústria de São Paulo com o restante do país – que não havia desenvolvido sua indústria, ou quando esta existia era voltada a base agrícola tradicional, ou seja, a indústria fora de São Paulo nada mais era do que uma “concentração por especialização

⁴⁶ A guerra proporcionou aumento da exportação de alimentos, o que gerou escassez e aumento do preço destes no Brasil.

⁴⁷ Hoje, Estado do Rio de Janeiro.

natural” de segmentos da produção industrial, que alimentavam e era alimentada por São Paulo (CANO, 1998).

Em 1920, segundo Semeghini (1991) Campinas já possuía cerca de 16,4% da sua produção industrial voltada a indústria rural e 20,6% para a fabricação de máquinas. Em 1928 algumas indústrias já mantinham plantas importantes no interior do estado, principalmente relacionadas aos produtos químicos, pele, couro e alimentos, enquanto a capital englobava quase todos os ramos. No período seguinte, a partir de 1929, a crise internacional, segundo Mello (1975) se torna não a formadora da indústria nacional, mas a incentivadora desta⁴⁸.

O Quarto período sugerido por Begeres Bisneto (2009), de 1930 a 1987, é marcado pela expansão urbana e pelo Plano de Melhoramento Urbano elaborado por Prestes Maia para a cidade de Campinas. Cabe ressaltar que a cidade, desde pelo menos os anos 1940, já apresenta elementos de descontinuidade espacial, como resalta Pires (2007) neste trecho sobre a região de Barão Geraldo:

Cabe destacar que nesse período a Unicamp ainda estava “longe” de Campinas e morar em Barão Geraldo era para quem procurava um estilo de vida alternativo, que em muitos casos tinha como referência os subúrbios americanos, como os primeiros professores que vieram com a fundação da universidade (PIRES, 2007, p. 23).

Temos, neste período no Estado de São Paulo, uma industrialização restringida, indústria leve, que somente vai deslanchar no pós-guerra com a indústria do petróleo e a Indústria Siderúrgica Nacional, no governo de Getúlio Vargas (AURELIANO, 1981). Isso intensifica-se no governo de Juscelino Kubitschek, com o Plano de Metas⁴⁹, com a internalização da indústria automobilística no final dos anos 1950. Neste sentido, as migrações internas no Brasil, segundo Baeninger (2011), de 1950 até a virada do século estavam relacionadas com a expansão da fronteira agrícola e com o processo de industrialização, sendo este o mais volumoso.

A industrialização atingi seu apogeu entre 1967 e 1974 no Estado de São Paulo com a consolidação da indústria no interior nos anos 1970 (CANO, 2007). O desenvolvimento industrial da área que hoje é a Região Metropolitana de Campinas se dá justamente, principalmente entre os anos de 1950 e 1980, com o aumento do valor da transformação industrial, tornando-se a segunda maior concentração regional de indústrias do estado de São

⁴⁸ Levando em consideração os ciclos econômicos anteriores, que atraíram grande contingente populacional, principalmente do Nordeste e norte de Minas Gerais, além dos estados de fronteira agrícola, havia nos anos 1920 uma desproporção entre distribuição da população no país e das atividades econômicas mais dinâmicas, revelando a tendência da migração que se revelaria até os anos 1980, com destino à São Paulo (PACHECO, 1998).

⁴⁹ Sobre o Plano de Metas consultar: Lessa (1983).

Paulo e do país. Entre 1955/1956 e 1960 desenvolve-se os setores de energia, transportes e bens intermediários como as siderúrgicas; entre 1966 e 1973, os bens de produção, especialmente a automobilística e a construção civil (CANO, 2011).

Porém já nos anos 1970, a reestruturação parcial da indústria na capital do Estado de São Paulo flexibilizou as plantas destas e separou produção e gestão favoreceram o interior:

No interior a desconcentração industrial favoreceu o crescimento acima da média nacional, *performance* acompanhada por um bom desempenho agrícola e agroindustrial com trajetória do emprego mais positiva também no terciário (CANO, 2011, p. 79).

Entretanto, para Diniz (1993), não há um processo de desconcentração, porque os novos centros estão no próprio Estado de São Paulo. Neste sentido, há, para o autor, um desenvolvimento poligonal resultado de um conjunto de 5 forças: 1) desconcentração econômica da aglomerações da Região Metropolitana de São Paulo, e desenvolvimento de economias de aglomeração em outros centros urbanos; 2) papel da política econômica ou ação do Estado, considerando investimentos em infraestrutura, fiscais, etc.; 3) busca de recursos naturais; 4) concentração social e espacial da renda; e 5) a unificação do mercado através de transportes e comunicação. Ainda de acordo com Diniz (1993), a queda da participação da produção industrial da Região Metropolitana de São Paulo de 1960 para 1970, nada tem a ver com a perda de importância da região para o resto do país, mas sim com o processo de espraiamento da indústria para o interior do estado ou um processo de “desconcentração concentrada” (AZZONI *apud* NEGRI, 1996).

Esse processo de desconcentração na verdade seria um espraiamento da indústria concentrada e restrita às cidades próximas ao centro econômico industrial já consolidado, São Paulo, causando assim, segundo Fernandes; Brandão e Cano (2002) um espraiamento também da mancha urbana e a conseqüente conurbação de várias cidades, ligando a capital ao interior, tornando mais complexo o papel e as relações das regiões metropolitanas na rede urbana do estado. Cunha (2015a) acredita que seria mais adequado falarmos, portanto sobre a ampliação de aglomerações urbanas, ou de dispersão das metrópoles, do que de uma “interiorização” ou “desmetropolização” econômica e demográfica.

Neste sentido, o espraiamento industrial da região da cidade de São Paulo em direção à região da cidade de Campinas, contribui para o aumento da dinâmica populacional do Estado, proporcionando então uma expansão populacional da capital de São Paulo. O

espraiamento da indústria é um elemento importante nos processos migratórios de Campinas e será analisado de maneira mais aprofundada no próximo tópico.

2.2.1 Parênteses sobre o processo de espraiamento da indústria paulista após 1970 e o aumento dos movimentos populacionais no interior

Há, segundo Pacheco (1998), a opção por uma estratégia de desconcentração no II Plano Nacional de Metas nos anos 1970⁵⁰, no sentido de diminuir as desigualdades regionais da localidade, da produção de políticas de descentralização do governo do estado (infraestrutura, centros de pesquisa, rodovias), políticas municipais de atração de empresas através de isenção de subsídios, investimentos do governo federal no interior e as políticas voltadas a incentivar a exportação.

Diversas políticas de desconcentração industrial ocorreram no Estado de São Paulo e contribuíram para uma desconcentração populacional. Baeninger (2011) lista os principais programas realizados nas administrações dos Governadores: Abreu Sodré (1967 a 1971), que dividiu o estado em regiões para melhor especificar o desenvolvimento de cada local; Laudo Natel (1971 a 1975) criou o PROINDE (Plano Rodoviário de Interiorização do Desenvolvimento), ampliando e facilitando o acesso às rodovias do estado; Paulo Egydio Martins (1975 a 1978) que criou programas para atenuar os desequilíbrios regionais; Paulo Maluf (1979 a 1982) construiu a Rodovia dos Imigrantes, facilitando o acesso ao litoral do estado; Franco Montoro (1983 a 1986) criou as 43 Regiões de Governo do Estado; e o governo Quéricia (1987 a 1991) que deu prioridade a determinadas áreas para o recebimento de novos empreendimentos industriais. Essas políticas acabaram por estimular a desconcentração da indústria no Estado, e conseqüentemente os processos migratórios, beneficiando as regiões de Campinas e Santos – as primeiras Regiões Metropolitanas do interior do estado.

Entretanto, para Cunha (2016), a ideia de desconcentração regional deve ser relativizada devido ao seu alcance limitado. Neste sentido, como já observado, a desconcentração estaria vinculada ao processo de espraiamento da indústria na cidade de São Paulo, e não de transferência para o interior, ou “interiorização”.

Um conjunto de outros fatores foram responsáveis pelo espraiamento da indústria: “A política de incentivo e subsídios às exportações dinamizou a agroindústria do estado de São Paulo abrindo mercado para a exportação de produtos dos complexos soja, laranja, carne, algodão, e cana-de-açúcar” (PACHECO, 1998, p. 129); o Pró-Álcool também estimulou a

⁵⁰ Sobre o II PNB consultar: Castro e Souza (1985).

produção agrícola; investimentos estatais em siderurgias e no refino do petróleo, com a instalação da Refinaria do Planalto (REPLAN), em Paulínia; os núcleos de pesquisa no interior que favoreceu a instalação de empresas de eletroeletrônica e informática em Campinas; além de investimentos em infraestrutura pelo Estado. Campinas foi destino, nesta mesma época, de investimentos de vários setores produtivos, destacando-se os de maior complexidade tecnológica, justificados pela infraestrutura e logística privilegiada (YAHNN FILHO, 2015). Concomitantemente, entre 1970 e 1980, quase 60% do incremento populacional da Região Metropolitana de Campinas foi resultante de processos migratórios (FERNANDES; BRANDÃO; CANO, 2002).

No centro desse espraiamento rumo ao interior do estado, a cidade de Campinas tornou-se centro de uma hinterlândia. Pela proximidade com o polo industrial já consolidado no país (São Paulo) – levando em conta os diversos processos de trocas entre as indústrias – e a facilidade de uma rede de transportes consolidada, chama atenção a ideia de que a RMC não seria uma nova aglomeração ou polo econômico independente, mas teria sido beneficiada, como já mencionado anteriormente, por um processo de espraiamento da indústria e da população da região da capital do Estado (NEGRI, 1996). Nesse sentido, para Santos (2008) há sempre uma tendência à concentração da indústria por causa da diminuição dos custos com transporte:

No caso de países com maior número de consumidores efetivos e com nível mais elevado das forças produtivas, a área *core* do país (no caso do Brasil, São Paulo) tende a expandir-se geograficamente, oferecendo às vezes a impressão de uma desconcentração que realmente não se dá. Na verdade, foi a escala geográfica da região central que aumentou (SANTOS, 2008, p. 70).

Compreendendo, portanto um caráter limitado e “[...] relativamente concentrado da desconcentração demográfica [...]” (CANO et al., 2007, p. 27). Nesse sentido, Campinas se beneficia pela sua localização, próxima à capital do Estado, além de seu papel central na rede urbana. Além disso, Cunha (2015a) nos chama atenção para o mito da desconcentração populacional, segundo ele o crescimento demográfico continua tendo potencial de expansão territorial.

Há que se pontuar, porém, que não existe um consenso quanto ao desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas estar ligado necessária e exclusivamente a este espraiamento da indústria. Segundo Fernandes; Brandão e Cano (2002), é clara a importância desse processo para o desenvolvimento da região, já que o espraiamento produtivo e demográfico seria um processo natural e inexorável da integração de aglomerados, entretanto,

“[...] mais que um espraiamento da dinâmica paulistana, a metrópole campineira parece ter desenvolvido, há muito, sua própria região de influência” (FERNANDES; BRANDÃO; CANO, 2002, p. 404). Neste sentido, toda a análise do período pré-industrial da região de Campinas, realizada no tópico anterior, nos revela o potencial de desenvolvimento endógeno da RM.

A formação da periferia da cidade de Campinas também teve início já nos anos 1970, porém, diferentemente do que ocorre em São Paulo em que a periferia surge por aqueles “expulsos” das áreas centrais, em Campinas ela se forma principalmente pela chegada de imigrantes externos à região⁵¹ (CUNHA; BAENINGER, 1994). Nessa época a cidade contava com cerca de 300 mil habitantes. Esse crescimento das áreas periféricas só foi possível pelo desenvolvimento industrial da cidade, que provocou maior demanda pela região, atraindo mão de obra, principalmente devido à instalação de indústrias de bens e serviços na área, aumentando ainda mais o espaço urbano da cidade: “É apenas com a industrialização pesada, ao longo dos ciclos expansivos dos anos 60 e 70, que a integração do mercado nacional avançaria de fato, mudando inclusive suas características” (PACHECO, 1998, p. 53). Esse processo só foi possível graças a montagem de indústrias de bens de capital e duráveis em São Paulo, fazendo com que o desenvolvimento do restante do país se submetesse ao deste estado, criando uma complementariedade industrial,

Em verdade, o crescimento industrial patrocinado pelo café, a montagem da indústria pesada e o processo de unificação do mercado nacional estiverem sempre identificados com a concentração industrial (PACHECO, 1998, p. 54).

isso tudo a partir da década de 1950 para o Brasil.

Baeninger (2011) sugere, entretanto, uma defasagem entre o deslocamento das atividades econômicas e dos movimentos de população com a desconcentração industrial em 1970, que, a princípio, não afetou os movimentos populacionais. O espraiamento destes movimentos só foi evidente entre os anos 1981 e 1991.

A instalação de empresas industriais na região de Campinas, boa parte vindas da capital do estado, significou também em um aumento da intensificação da ocupação do solo rural. Consequentemente houve a diminuição da participação das atividades agropecuárias na

⁵¹ Há que se considerar portanto o crescimento mais homogêneo no que se refere à distinção centro-periferia em Campinas do que em São Paulo (CUNHA; BAENINGER, 1994). Nos anos 1980 a última residência de 49% dos imigrantes da periferia de São Paulo eram municípios da própria região, em Campinas apenas 25%. Portanto, a periferia da RMC constituiu-se não como uma desconcentração da cidade sede, mas com a contribuição da imigração externa à região.

geração de riqueza e emprego no meio rural. Entretanto, não se pode ignorar que a agricultura foi capaz de manter sua importância através de sua integração com o setor industrial, “[...] formando complexos agroindustriais, por meio de processamento ou industrialização da cana-de-açúcar, laranja e café, dentre outros” (CANO; BRANDÃO, 2002, p. 416).

Após esse espraiamento da Região Metropolitana de São Paulo em 1970, na década seguinte observou-se um aumento do crescimento do polígono que envolve a RMSP, induzido, principalmente, pela expansão de setores sustentados pela ciência e pela tecnologia (DINIZ, 1993).

Entre outras, a experiência de Campinas talvez seja a mais bem sucedida. Apoiada na UNICAMP, a Telebrás (Telefones Brasileiros S. A.) decidiu pela montagem do seu centro de pesquisa naquela cidade. Várias empresas multinacionais, a exemplo da Rhodia e IBM, tomaram decisões semelhantes. O Governo Federal instalou o CTI (Centro Tecnológico para Informática) e o Laboratório de Síncrotron. A esses se soma o IAC (Instituto Agrônomo de Campinas) e o ITAL (Instituto de Tecnologia de Alimentos). Articulado a essas iniciativas foi criada a CIATEC (Cia. de Desenvolvimento do Pólo de Alta Tecnologia de Campinas). O resultado é que a Cidade de Campinas possivelmente possui a maior diversidade base de pesquisa do País, o que tem permitido a criação ou atração de indústrias de alta tecnologia para a região. De acordo com levantamento efetuado em 1987 existiam 50 empresas, aí localizadas, que simultaneamente comercializavam produtos de alto conteúdo tecnológico, interagiam com universidades e centros de pesquisa para obterem tecnologia, possuíam quadro de pessoal técnico-científico relevante e investiam parcela de sua receita em pesquisa e desenvolvimento [...] (DINIZ, 1993, p. 55-56).

A participação do interior no produto industrial do país passou de 14,7%, em 1970, para 20,2%, em 1980, (com destaque para o crescimento da indústria química entre 1980 e 1985) e, 23%, em 1990, principalmente devido à queda da participação da Região Metropolitana de São Paulo e do Estado do Rio de Janeiro (PACHECO, 1998).

Neste sentido, nos anos 1970, pensava-se que haveria cada vez mais uma concentração regional da população, levando em consideração a industrialização e urbanização acelerada de São Paulo, já que nesta mesma época haviam mais estados perdedores de população do que ganhadores. Essa situação, ainda segundo Baeninger (2011), se inverte na década seguinte: o Estado de São Paulo perde peso relativo na distribuição da imigração nacional, de 33,9% para 25,2% (em 1970 e 1980 respectivamente), porém ainda continuaria sendo o polo migratório nacional em termos de volume.

É necessário considerar que todo esse processo teve como pano de fundo a crise mundial do Fordismo, que se iniciou nos anos 1970 nos países desenvolvidos, com a experimentação da flexibilização da produção industrial, além da desvalorização do trabalho,

reduzindo o custo dos componentes da produção – mas que só chega ao Brasil efetivamente após os anos 1990. Este processo:

[...] trata-se de utilizar as virtualidades tecnológicas da automação como suporte material a fim de remodelar a organização do trabalho, os processos de produção, os sistemas de gestão e a qualidade dos produtos ou mesmo a norma social do consumo (BENKO, 2002, p. 22).

Criando o que Benko (2002) chama de um “momento da acumulação flexível”, que compreende formas de organização da produção “neofordistas”, do “fordismo periférico” e “*taylorização primitiva*”, portanto pós-fordistas. Entretanto, o Brasil desde período o que se observa são mudanças no processo de industrialização baseado no modelo de substituição de importações que vigorava até os anos 1970, além de uma redução significativa da migração rural-urbana, assim como da intensificação de alguns movimentos de fronteira como ocorreu no Centro-Oeste e Norte, em particular no Mato Grosso e no Pará.

Apesar da crise dos anos 1970 e 1980, em várias áreas consideradas prósperas, em um período de transição pós-fordista, ocorrem transformações importantes, destacando-se a indústria de alta tecnologia, a economia de serviços – principalmente nos espaços metropolitanos – e as atividades artesanais. Esse processo gera um movimento de concentração espacial da produção. É nesse sentido que Benko (2002) ressalta que:

A passagem para o novo regime de acumulação acompanha-se de mudanças fundamentais multiformes nos modos de produção e de consumo, nas transações e nos mecanismos institucionais de regulação das relações sociais. Eles induzem uma reestruturação espacial da sociedade inteira, redefinição do conteúdo ideológico dos espaços, estabelecimento de nova divisão espacial do trabalho, criação de novos espaços de produção e de consumo etc. (BENKO, 2002, p. 29).

Em sendo assim, estes novos processos de produção influenciam fenômenos sociais, vinculados, principalmente, ao emprego e, conseqüentemente, aos movimentos migratórios.

2.2.2 Campinas metropolitana: um novo ciclo de desenvolvimento econômico e de atração migratória

Na década de 1980, segundo Baeninger (1996), Campinas reforçou sua centralidade migratória, através da instalação de escritórios e divisões administrativas de grandes empresas, além é claro do aumento da atividade industrial, e do desenvolvimento do terceiro setor, notadamente o comércio. Embora grande parte da população da região estivesse concentrada no município-sede, os municípios ao redor deste desenvolviam-se assumindo características de cidades-dormitório, reforçavam a tendência ao processo de metropolização (BAENINGER, 1996). Esse processo evidenciou-se com o avanço de uma relativa desconcentração populacional da sede da região, em relação aos municípios vizinhos, principalmente levando em consideração o aumento do preço do solo no centro da região⁵².

Nesta mesma época, o crescimento populacional da Região Metropolitana de São Paulo foi inferior ao restante do Estado, chegando próximo à média nacional, entretanto desde os anos 1970 as cidades metropolitanas ao redor da capital já possuíam média de crescimento muito superiores aos do estado, ao da capital, e a do país (BAENINGER, 2011). Esse crescimento diminuiu nos anos 1980, apesar de permanecerem crescendo a altas taxas. Por isso, a queda do crescimento da RMSP deve-se ao município-sede, configurando, segundo Baeninger (2011), um processo de reestruturação espacial urbana, caracterizando uma desconcentração do núcleo metropolitano. Esse processo atinge as cidades da RM e em seguida o interior do Estado, e até mesmo outros estados, neste sentido há um aumento da participação da migração no crescimento interiorano dos anos 1970 para os 1980.

Neste mesmo período a estrutura urbana do Estado de São Paulo torna-se mais complexa devido as grandes indústrias pesadas:

[...] o grau de desenvolvimento que a base econômica regional atingiria [...] permitira uma integração precoce – face às demais regiões – ao novo padrão de acumulação [...], manifestando-se localmente sobretudo *de estímulo* no processo de integração do mercado via comércio de mercadorias, característico dessa fase, polarizado pelo capital industrial sediado em São Paulo (SEMENGHINI, 1991, p. 151).

Segundo Pires (2007), “[...] no final da década de 1980, o tecido urbano de Campinas apresentava uma diversidade de configurações, cujas características vão se

⁵² Esse processo da valorização central das regiões já era observado no começo do século XX pela Sociologia, como através deste trecho de Simmel (1973), que observava o crescimento da cidade de Chicago nos EUA: “De cada fio que se estende para fora das cidades, sempre novos fios crescem que sozinhos, tal como dentro da cidade o aumento imerecido do aluguel de um terreno, através do simples incremento das comunicações, traz ao proprietário proveitos automaticamente crescentes” (SIMMEL, 1973, p. 21).

generalizar nos anos 1990, tanto em Campinas como em outros municípios da RMC” (PIRES, 2007, p. 27). O desenvolvimento econômico da região propiciou assim alta mobilidade espacial de sua população, criando uma forte integração, que possibilitou a criação da região metropolitana, marcando o início do quinto e último período sugerido por Begeres Bisneto (2009), a partir de 1987 com a emergência da metrópole campineira e sua institucionalização nos anos 2000.

Entre 1980 e 1989, a desconcentração industrial da capital do Estado em direção ao interior foi muito pequena, considerando o momento de crise⁵³. As atividades mais dinâmicas nesta mesma época em São Paulo foram a atividade sucro-alcooleira, por influência do Pró-Álcool, cuja elevada quantidade de usinas se deve tanto a oferta de matéria prima como a proximidades dos maiores centros consumidores; e a indústria de sucos concentrados de laranja (PACHECO, 1998). A “[...] nova configuração produtiva em âmbito nacional e internacional constitui o pano-de-fundo do dinamismo atual das migrações internas no Brasil [...]” (BAENINGER, 2011, p. 76). Em sendo assim, de 1981 a 1991, 68,1% das migrações interestaduais, aconteceram em direção a áreas interioranas do Estado de São Paulo (BAENINGER, 2011).

Os principais fluxos migratórios em direção ao interior de São Paulo nos anos 1980 tiveram como origem o interior do Paraná (308.966 pessoas) e o interior de Minas Gerais (244.944 pessoas) (BAENINGER, 2011). Entre 1991 e 1996 estes fluxos mantiveram importância apesar da queda (para um número de 100.515 migrantes do Paraná, e 98.487 de Minas Gerais). Assim, o interior já demonstrava nessa época maior potencial migratório que a RMSP. Mesmo assim, os maiores fluxos de imigrantes para o Estado de São Paulo, no período 1981-1991 também eram de Mineiros (17,7%), de Paranaenses (16,4%) e de Baianos (16,3%) (BAENINGER, 2011). Esses fluxos se mantêm nos anos 1990, com aumento dos Baianos.

Há, entretanto, segundo Cunha e Dedecca (2000), uma diminuição de migrantes Paranaenses e Mineiros para a RM de São Paulo, muito por causa do desenvolvimento das RMs destes estados e do aumento da migração para estas, que afeta também o interior de São Paulo. Nesse sentido, a dinâmica interestadual é afetada pela intensificação da dinâmica intraestadual destes Estados. Não se observou, entretanto, uma diminuição do fluxo Nordeste para o Estado de São Paulo, diferentemente do que os especialistas imaginavam, devido à crise econômica do Sudeste (CUNHA, 1999).

⁵³ “A verdadeira natureza da crise por que passou o país nos anos 1980 foi [...] a crise de uma economia industrializada e altamente internacionalizada, que se viu excluída da rota dos movimentos internacionais de capital, financeiros e produtivos” (IPEA, 2010, p. 23).

Ainda segundo Baeninger (2011), a região Sudeste concentrou 41% das imigrações inter-regionais no período 1981-1991 e o Nordeste 38,9% das emigrações entre regiões, além disso, 68% da emigração do Sudeste foi para o Nordeste, sendo a maior parte, portanto, de migrantes retornados. Para o período 1991-1996 há a redução contínua dos volumes de migração entre regiões. Segundo Cunha (1999), houve um aumento identificado no Censo Demográfico de 1991, dos migrantes com menor tempo de residência, em relação ao Censo de 1980, o que pode indicar o aumento da intensificação da reemigração, principalmente de retornados⁵⁴. Nesse sentido, os estados que mais contribuíram para a migração do estado de São Paulo nos anos 1980 e 1990, foram os que mais receberam retornados (CUNHA; BAENINGER, 2005).

A Metrópole Paulistana continuou, nos anos 1990, a ser o principal destino dos migrantes de outros estados, apesar do aumento da importância do interior. Entretanto, os fluxos de migrantes para a RMSP (principalmente os municípios periféricos) concentravam maior número de Nordestinos, e no interior concentraram-se os imigrantes oriundos do Sudeste e Sul, apesar de nessa época já identificarmos também o aumento de Nordestinos (BAENINGER, 2011). Nesse sentido:

O Interior de São Paulo parece refletir, de maneira mais acentuada, duas tendências recentes: 1) os efeitos dos movimentos migratórios no processo de desconcentração das atividades econômicas ao nível nacional; 2) a expansão dos espaços da migração, principalmente para os nordestinos e para os migrantes vindos da Região Norte, com o aumento absoluto em seus volumes migratórios nesses fluxos (BAENINGER, 1999, p. 98).

Ainda segundo a autora, os efeitos da crise aumentaram o número de emigrantes do estado, sendo que 65,1% do total saíram da RMSP nos anos 1980, quase metade considerada de retorno. No mesmo período “[...] o Interior de São Paulo reforçou seu papel de absorvedor migrantes, passando a ter ganhos populacionais de todas as regiões [...]” (BAENINGER, 1999, p. 100). A respeito dos retornados, como observado por Bilsborrow (1998) (trabalhado no primeiro capítulo desta tese), há muito mais tipos de migração além da chamada migração permanente, como exemplo a migração de retorno reforça isto, retomando a ideia deste autor, a utilização do termo permanente deveria ser evitada já que a falta de permanência é inerente à própria definição de migração.

⁵⁴ Porém, isso não significa o aumento da ideia de circulação de pessoas defendido por Baeninger (1999). Segundo Cunha (1999), “[...] as indicações apontam apenas na direção de uma maior reemigração dos migrantes de retorno, sem que isso signifique necessariamente que essa seria a tendência genérica do total de emigração desencadeada na Bahia com destino a São Paulo” (CUNHA, 1999, p. 91).

De 1986 a 1991, com exceção do Nordeste, o Interior de São Paulo teve saldos migratórios maiores que da RMSP, isso tanto em relação a outras áreas interioranas quanto a áreas metropolitanas do resto do país. No período 1981-1991 foram nas atividades de Indústria de Transformação e da Construção Civil, apesar da crise:

[...] que se concentraram os ganhos populacionais tanto da Região Metropolitana de São Paulo quanto do interior, demonstrando que os anos 80 ainda teve fôlego para empregar os migrantes em seu parque industrial (BAENINGER, 1999, p. 116).

Entre 1990 e 2005, no maior período de implantação de políticas neoliberais no país, o crescimento do Produto Interno Bruto do Estado de São Paulo foi menor que o do resto do Brasil (CANO, 2007). O desenvolvimento brasileiro aumenta a partir de 2000, principalmente posterior a 2004, devido a “[...] abundância de liquidez internacional, aumento dos preços da commodities agrícolas e minerais da demanda externa por produtos [...]” (SIQUEIRA, 2015, p. 263), beneficiando mais uma vez o estado mais industrializado do país, e as regiões metropolitanas ao redor de sua capital, como Campinas⁵⁵.

O espraiamento metropolitano se dá mais nos anos 2000 nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, e mesmo assim ele se dá em direção ao interior destes estados. Ainda assim, as demais metrópoles perderam a capacidade de retenção de imigrantes que tinham antes (CUNHA; BAENINGER, 2005). Neste sentido é interessante observar que:

[...] a **complementariedade entre processos migratórios** contribui para o entendimento das tendências migratórias atuais. Essa complementariedade, estabelecida através das relações entre modalidades migratórias, reflete-se na articulação da migração de longa distância com movimentos migratórios intra-regionais e da articulação entre migrações metrópole-interior e migrações interestaduais (CUNHA; BAENINGER, 2005, p. 93).

Nos anos 2000 há uma dificuldade de se manter inseridos no mercado de trabalho os migrantes recentes, além disso, há uma menor oferta no mercado para trabalhadores com baixa qualificação (elementos indicadores do processo de reestruturação produtiva), grande maioria dos imigrantes (DEDECCA; CUNHA, 2004). A Região Metropolitana de Campinas foi

⁵⁵ Manhães e Rosendo (2016) chamam a atenção para a ideia de que São Paulo estaria, portanto se desindustrializando. A participação do Sudeste no PIB Industrial do Brasil foi sempre cerca de 60%, sendo que o estado de São Paulo ao redor de 35%, entre 2002 e 2010. A desindustrialização ocorreria pela diminuição da participação do emprego deste setor. Os países desenvolvidos teriam se desindustrializado nos anos 1970 e o Brasil nos anos 1990, coincidindo com a implantação das políticas liberais do Consenso de Washington. Entretanto para os autores, a não existência de indústria extrativista no estado de São Paulo pode explicar o baixo crescimento analisado no período, diferentemente dos outros estados no Sudeste, desmistificando a ideia de uma desindustrialização.

institucionalizada justamente neste contexto, em 19 de Junho de 2000 pela Lei Estadual Complementar n. 870. Segundo Dazano e Negreiros (2006):

[...] a despeito da adição de um conjunto de critérios de ordem técnica, a rigor, a definição territorial do espaço metropolitano respondeu condições *ad hoc*, acabando por envolver municípios – ou em outra palavras, atores políticos – com uma frágil tradição de articulação política, em termos de propósitos e prioridade do desenvolvimento regional (DAZANO; NEGREIROS, 2006, p. 272).

Chamando a criação da RMC para as questões municipais e criando uma dificuldade de articulação política, resultado também de uma frágil definição do recorte geográfico para a definição da metrópole.

Entretanto, para Yahn Filho (2013), as “[...] cidades da Região Metropolitana de Campinas conformam uma economia regional interdependente. Não se trata de uma simples delimitação política, consolidada por lei estadual, de forma aleatória” (YAHN FILHO, 2013, p. 72), há que se levar em consideração processos históricos, econômicos, políticos, geográficos e sociais levantados anteriormente por esta tese, que antecedem à formação da RMC. Há para Yahn Filho (2013) uma interdependência regional e uma complementariedade econômica entre os municípios da metrópole campineira.

MAPA 1 – A Região Metropolitana de Campinas e seus municípios



Fonte: Elaboração própria.

A região seria, portanto, metropolitana, considerando as questões políticas expressadas, como por exemplo, da força pela busca de investimentos, pela dinâmica de desenvolvimento bastante integrada das cidades da região e de governança multinível. A região busca sua competitividade de forma integrada, exemplo disso é que Campinas está inserida na Rede Mercocidades e foi escolhida pela ONU em 2001 como um dos 46 centros mundiais de inovação tecnológica (YAHN FILHO, 2013). Segundo Yahn Filho (2013), é impossível não pensar nessa inserção econômica em nível nacional e internacional da cidade, que é centro da metrópole, como de benefício também para os municípios que compõe a metrópole. Nesse sentido, apesar de os grandes centros de ciência e tecnologia estarem concentrados da cidade-sede, atendem aos interesses de toda a região.

Ainda segundo Yahn Filho (2013), o Produto Interno Bruto da Região Administrativa de Campinas⁵⁶ é de 60 bilhões de dólares, 9% do nacional; as 100 maiores empresas da RMC arrecadaram quase 48 bilhões de reais, destas 48 são do setor industrial, 43 de serviços, 5 do comércio e outros. A cidade de Campinas tem 50% de sua economia baseada no setor de serviços, o que demonstra sua semelhança com a economia de países desenvolvidos, além de sinal do processo de reestruturação produtiva – como já discutido nesta tese. O Aeroporto Internacional de Viracopos, na cidade-sede da RM, é um dos maiores do país em volume de cargas.

A Região Metropolitana de Campinas tem sido uma destas regiões, vistas pelo governo federal como porta de abertura do País para o exterior, seja atraindo empresas ou exportando produtos de alta tecnologia (YAHN FILHO, 2013, p. 131).

A região torna-se, portanto, “[...] um espaço geográfico concentrador de vantagens competitivas que, em alguns setores muito específicos, tornam-se exclusivas no País” (YAHN FILHO, 2013, p. 132). Nesse sentido, a região se alinha aos planos e projetos principalmente do Governo Lula (2003-2010) no sentido de estreitar ligações bilaterais, maior intercâmbio econômico, financeiro e tecnológico.

Oficialmente, a Região Metropolitana de Campinas possui uma agência autárquica, a AGEMCAMP (Agência Metropolitana de Campinas), com seu coordenador indicado pelo governador do Estado, portanto alinhado aos interesses políticos da UF. Dentro desta agência, o Conselho de Desenvolvimento da RMC é responsável pelo planejamento e uso do solo, transporte e sistema viário regional, habitação, saneamento básico, meio ambiente, desenvolvimento econômico e atendimento social, portanto à integração urbana da região.

A RMC é, portanto, uma importante área industrial e produtiva. Mesmo com a crise econômica dos anos 1990, a região continuou crescendo acima da média nacional principalmente levando em consideração a sua inserção na produção e na economia global: “A alta diversificação produtiva da RMC é uma de suas principais vantagens em um contexto de instabilidade e de grandes transformações econômicas” (FERNANDES; BRANDÃO; CANO, 2002, p. 417-418).

A proximidade da RMC com a região *core* do país, São Paulo, beneficiou e muito o seu desenvolvimento econômico-industrial. Desde seu surgimento a região demonstra importante capacidade de se reinventar em momentos de crise e investir em pesquisa e

⁵⁶ Uma das 16 Regiões Administrativas do estado formada por 90 municípios e 7 Regiões de Governo (Bragança Paulista, Campinas, Jundiá, Limeira, Piracicaba, Rio Claro e São João da Boa Vista).

desenvolvimento. A modernização da região é elemento importante desde o surgimento do café e a ideia de região do interior, rural, agro-produtora se mistura com parques industriais modernos e centros de pesquisa de ponta. Destacam-se na região a indústria metal-mecânica, química – graças ao polo petroquímico da cidade de Paulínia – e em menor escala a indústria têxtil em Americana e Nova Odessa⁵⁷. Desenvolveu, além da indústria tradicional, um importante setor terciário, “[...] influenciado pelos efeitos dos encadeamentos inter setoriais geradas no âmbito da indústria de telecomunicações e informática e da agroindústria, especialmente a sucroalcooleira [...]” (CANO et al., 2007, p. 265), possibilitado também pela presença de várias instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento na região. Segundo Fernandes; Brandão e Cano (2002) o setor de serviços passa também a se interessar pela região pelo porte, densidade e sofisticação do mercado consumidor. Portanto, o desenvolvimento da região vêm há muito atrelada a um processo endógeno de produção.

Todos esses elementos, além de colocar a região de Campinas no foco da economia do Estado e do país, contribuíram para a transformação dos fluxos migratórios e do perfil dos migrantes da região como um todo. Além disso, cabe enfatizar a importância da integração dos municípios da região, para isso, como já pontuado no capítulo anterior, um dado interessante que caracteriza a integração populacional da RMC refere-se à intensidade da mobilidade pendular nestas áreas. Também como já observado, a análise da pendularidade contribui para demonstrar a conexão entre as redes de cidades.

Como mostra a Tabela 1, referente à população em idade ativa (PIA) que, segundo os Censos Demográficos de 2000 e de 2010, trabalhava e/ou estudava em um município distinto do que habita, a intensidade do fenômeno da pendularidade é significativa em vários dos municípios metropolitanos, em especial, naqueles onde a ocupação do solo se caracteriza por uma população de extratos sociais mais baixos. Talvez o exemplo mais eloquente seja o município de Hortolândia, onde quase 30% da sua população realizava mobilidade pendular em 2000, subindo para 32,8% em 2010. Na região como um todo, a proporção da PIA que realiza movimentos diários para estudo ou trabalho subiu de 10% para quase 15%, o que demonstra as características da dinâmica urbana na região.

⁵⁷ Indústria que vem perdendo espaço graças à competição com os importados chineses.

TABELA 1 – População em Idade Ativa (PIA) que realiza deslocamento pendular para trabalho ou estudo e sua participação relativa na PIA total (%) segundo municípios. RMC – 2000 e 2010

Município	Volume da PIA pendular		% da PIA pendular sobre a PIA total	
	2000	2010	2000	2010
Americana	7.484	15.769	6,2	10,9
Artur Nogueira	2.648	6.651	12,4	22,5
Campinas	15.370	29.763	2,4	4,0
Cosmópolis	3.689	8.486	12,9	21,4
Engenheiro Coelho	142	783	2,2	7,5
Holambra	200	1.043	4,1	13,5
Hortolândia	28.945	43.501	29,7	32,8
Indaiatuba	3.033	6.708	3,2	4,9
Itatiba	766	1.626	1,5	2,4
Jaguariúna	1.105	2.321	5,7	7,7
Monte Mor	3.162	7.263	13,5	22,3
Morungaba	663	788	10,4	10,1
Nova Odessa	4.414	8.603	16,0	24,5
Paulínia	2.486	9.349	7,3	16,5
Pedreira	752	1.593	3,3	5,6
Santa Bárbara d'Oeste	20.266	26.512	18,1	21,1
Santo Antônio de Posse	900	1.782	7,9	13,1
Sumaré	30.594	46.215	23,9	27,9
Valinhos	6.980	13.272	12,6	18,0
Vinhedo	1.971	4.415	6,3	10,1
RMC	135.570	236.443	10,0	14,8

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991; 2000; 2010). Tabulação especiais.

Além do aumento dos movimentos pendulares na região, há também, como será analisado mais adiante, o aumento da importância dos fluxos migratórios intrametropolitanos, o que não diminui a relevância dos fluxos externos à região. A importância da região e os processos migratórios no interior paulista, datam de muito antes inclusive do que o desenvolvimento do café na região, porém,

O crescimento do entorno regional de Campinas, até a década de 60, parece [...] refletir muito mais as dinâmicas de crescimento e retenção demográficas, particulares de cada município – desenvolvidas especialmente durante o período cafeeiro e ancoradas a atividade primária ou mesmo industrial – do que verdadeiramente um efeito do processo intenso de concentração populacional e urbanização (CUNHA; BAENINGER, 1994, p. 111-112).

compreende-se que os municípios de um arranjo metropolitano possuem distintas dinâmicas, “[...] as aglomerações interioranas vêm absorvendo parte do crescimento antes vivido pela principal metrópole do estado de São Paulo, contribuindo para um reforço da rede urbana”

(MOURA, 2009, p. 87), principalmente acompanhando os eixos viários. A rede rodoviária foi fundamental para o desenvolvimento econômico mais recente da região, assim como as ferrovias o foram para a economia cafeeira no início do século XX. A maior parte dos eixos de expansão da RMC se deu/dá na direção das principais vias de acesso à região, como a Rodovia Dom Pedro I, Bandeirantes e Anhanguera.

A indústria e a agroindústria, contribuíram para intensificar a conurbação da RMC, e conseqüentemente o processo de metropolização, no sentido de que estes elementos justificam o crescimento econômico e, portanto, o crescimento e concentração demográfica⁵⁸. Posteriormente, há que se registrar a expansão do setor secundário e terciário que possibilitou o desenvolvimento de outros setores. A integração da região, portanto, só foi possível graças ao seu desenvolvimento industrial, em parte, pela expansão da região da cidade de São Paulo. Entretanto, o desenvolvimento da RMC se deu através, primeiramente, a partir do desenvolvimento do centro cafeeiro da região, a cidade de Campinas. Com o passar do tempo, e do espraiamento da área da Região Metropolitana de São Paulo, outras cidades ao redor da RMC começam a se desenvolver.

Há um potencial endógeno de redistribuição da população e expansão das superfícies nas grandes metrópoles da América Latina (VIGNOLI, 2017) e há que se levar em consideração os fatores endógenos e exógenos que moldam as lógicas dos atores que participam da dinâmica metropolitana (DUREAU et al., 2000) também para o caso da Região Metropolitana de Campinas.

2.2.3 A inserção da RMC na Macrometrópole Paulista

Através do tempo muitos termos foram utilizados para explicar a expansão metropolitana – bem como: “pós-metrópole”, “edge city”, “technoburb”, “edgelessnesscity”, “boom burb” e até mesmo “planetário” – já que os modelos clássicos não eram suficientes para compreender como as cidades são organizadas e não explicam o porquê do espraiamento industrial de grandes companhias, com base nas maiores cidades metropolitanas, estarem agora, por exemplo, nos subúrbios das áreas metropolitanas após o final do Fordismo, principalmente nos Estados Unidos. Nesse sentido:

⁵⁸ Outros aspectos, como mercado imobiliário, as políticas públicas de restrição ou incentivo a ocupação de áreas também são elementos importantes para compreender a expansão metropolitana e a complementaridade entre os municípios.

The economic causes determining the location of an industry seem to be a network of complex, diverse elements, often in individual instances so arbitrarily, or at least incidentally, composed that there appears to be no place for more than an analysis of the individual case⁵⁹ (WEBER, 1969, p. 17).

Portanto, a existência de um grande número de empresas está ligada à importância local de determinada cidade, inserida em determinada rede urbana.

No contexto de influência da Região Metropolitana de São Paulo, o acelerado crescimento populacional das últimas décadas do século XIX fez com que o capital ultrapassasse rapidamente as dimensões de Campinas e de Santos. Nesse contexto a conurbação urbana e a intensidade das trocas econômicas ampliaram as conexões das regiões do Estado de São Paulo. Com isso, amplifica-se cada vez mais a urbanização, facilitando ainda mais a concentração espacial das atividades econômicas na capital (NEGRI, 1996). A rede urbana do Estado de São Paulo, portanto, concentra seu principal eixo à leste, ao redor da principal cidade e Região Metropolitana não só do Estado, como do país, São Paulo e sua RM: “Toda região possui um centro que a estrutura e a manifestação mais concreta dos níveis de integração territorial em uma determinada região é a consolidação de sua rede urbana” (EGLER, 1993, p. 64).

A expansão e integração urbana a que se refere, engloba uma população de mais de 30 milhões de habitantes e 153 municípios, é o que vem sendo chamado de Macrometrópole Paulista (MMP)⁶⁰ – que inclui cinco Regiões Metropolitanas, duas Aglomerações Urbanas e duas Microrregiões do estado de São Paulo⁶¹.

A MMP concentra municípios de até aproximadamente 200 Km da capital do estado e é caracterizada por seu dinamismo e intensa troca entre as regiões que a compõe.

⁵⁹ Tradução livre: “As causas econômicas que determinam a localização de uma indústria parecem ser uma rede de elementos diversos e complexos, frequentemente composta de estâncias individuais tão arbitrárias, ou mesmo incidentais, que aparentam não haver espaço para mais do que uma análise de casos individuais”.

⁶⁰ Cabe ressaltar que as discussões a respeito da nomenclatura “Macrometrópole” ganham espaço, principalmente na Geografia. Silva et al. (2017), por exemplo, destacam que o melhor termo a ser empregado seria o de Cidade-região, termo cunhado por Lencioni (2011). Entretanto para os fins desta tese ater-se a ao termo institucional utilizado para definir este complexo metropolitano: Macrometrópole Paulista.

⁶¹ A saber, as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Campinas, Baixada Santista, Vale do Paraíba e Litoral Norte e a recém-criada Região Metropolitana de Sorocaba; as Aglomerações Urbanas de Jundiaí e Piracicaba; e as Microrregiões de Bragantina e São Roque. Há que se pontuar também que alguns autores (QUEIROGA; BENFATTI, 2007), entendem que a Macrometrópole Paulista é apenas parte de uma área de integração econômica muito maior, que liga São Paulo a Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG), através da expansão da MMP no interior paulista e a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), interligada através da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e do Litoral Norte.

O imenso aglomerado metropolitano de São Paulo, a macrometrópole, é a expressão máxima da indefinição das fronteiras e da desagregação da cidade compacta típica do início do século XX. Expressa uma metrópole difusa, de limites imprecisos, que, [...], conurba cidades e se estende por centenas de quilômetros. No entanto, essas características não comprometem a interpretação de que ela se constitui numa única aglomeração (LENCIONI, 2011, p. 140).

Lencioni (2011) chama a atenção também para a importância dos meios de transporte para o desenvolvimento e para o tamanho desta aglomeração. Limitando, claro, a importância deste, a autora entende que os transportes influenciaram a MMP na medida em que possibilitaram o deslocamento cotidiano dos indivíduos. O deslocamento trabalho-moradia é que confere à região o status de unidade metropolitana. Isso significa que “[...] a velocidade da integração entre os lugares representa um dos elementos importantes na definição dessa unidade, pois é ela que equaciona a relação espaço-tempo” (LENCIONI, 2011, p. 141).

Em estudo publicado a respeito dos movimentos pendulares na MMP, Cunha et al. (2013) enfatizam a alta taxa de crescimento dos movimentos pendulares (8,7%), em relação ao crescimento anual da população das regiões metropolitanas de São Paulo (1,1%). A mobilidade pendular seria o reflexo da estruturação do espaço, claramente desigual, e incapaz de proporcionar, graças aos atores econômicos envolvidos, moradia de qualidade no local de escolha da população, criando um “[...] ‘descompasso’ entre espaço de moradia e trabalho [...]” (CUNHA et al., 2013, p. 440). Neste sentido, a migração intrametropolitana cumpre papel fundamental neste processo: “A redistribuição espacial da população para atender as demandas habitacionais faz com que a migração tenha um papel relevante na geração de novos fluxos pendulares” (CUNHA et al., 2013, p. 441).

O estudo em questão (CUNHA et al., 2013) ressalta que os movimentos pendulares refletem os rearranjos socioeconômicos e demográficos internos da MMP, e não são somente consequência do crescimento demográfico. O fenômeno na metrópole se dá principalmente na população em idade ativa, e é mais intenso internamente às cidade de cada metrópole. Entretanto, o estudo mostra um salto de mais de 130% nos movimentos externos às metrópoles entre 2000 e 2010, principalmente na RMSP, demonstrando a dinâmica integrada da Macrometrópole. No caso da RMC,

[...] a principal alteração verificada foi um aumento da importância dos pendulares que trabalham/estudam em outros municípios da Macrometrópole, ou outras unidades da Federação em detrimento do peso relativo dos movimentos pendulares da RMSP e o interior de São Paulo. Pode-se dizer que tal comportamento espelha a intensificação do relacionamento e complementariedade dessa região com o resto do país (CUNHA et al., 2013, p. 444).

demonstrando a importância estadual e nacional da metrópole Campineira, em complementariedade com outras regiões para além da MMP, transformando e modificando, não só a importância e o peso dos fluxos migratórios de determinadas modalidades de movimentos, mas também as características e o perfil dos migrantes da RMC, contribuindo para o papel desta metrópole na rede urbana.

Como já observado no início deste capítulo, não se pode, portanto, deixar de considerar a importância da RMC estando esta atrelada à Macrometrópole Paulista.

2.3 O perfil socioeconômico da RMC após 1990: crescimento vegetativo e migratório

Neste último tópico deste capítulo são apresentados os principais dados do crescimento demográfico, bem como algumas características populacionais da região. A separação por municípios neste tópico é importante no sentido de deixar claro que se compreende que, apesar de a região ser integrada, como já exposto anteriormente, é evidente que cada um dos municípios que faz parte da Região Metropolitana de Campinas é heterogêneo em sua composição demográfica, bem como diferente no seu papel ou função na metrópole. Cabe ressaltar que estes papéis cumpridos pelos municípios, bem como a dinâmica interna da região, não são o objeto de estudo desta tese, até porque esta tarefa já foi realizada em outros estudos como os de Dota (2015) e Cunha (2016). No entanto, interessa conhecer o papel e dinâmica destes municípios no contexto de uma unidade metropolitana.

Hoje a Região Metropolitana de Campinas é composta 20 municípios⁶², com cerca de 2,8 milhões de habitantes (IBGE). Na Tabela 2 encontramos o tamanho da população residente nos municípios que compõe a RM. A cidade-sede da região abriga grande parte da população, mas vem perdendo espaço na participação total de habitantes para os demais municípios.

⁶² A saber: Americana, Arthur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara D'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

TABELA 2 – População residente total e participação relativa da população residente na população total (%) segundo município. RMC – 1991, 2000 e 2010

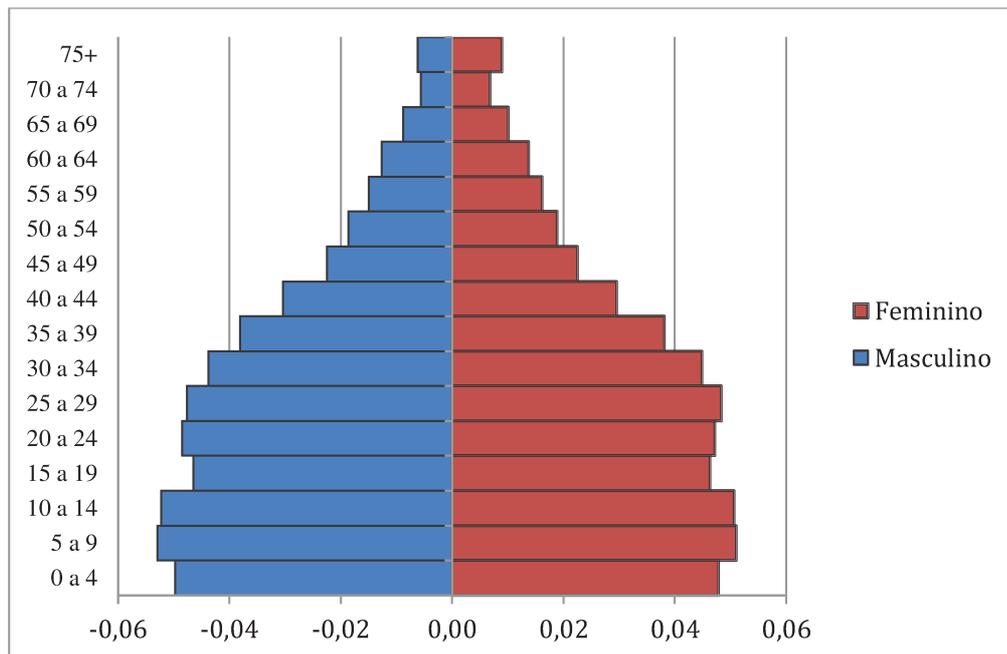
Municípios	População residente total			Participação relativa da população residente		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Americana	153.840	182.593	210.638	8,2	7,8	7,5
Artur Nogueira	19.306	33.124	44.177	1,0	1,4	1,6
Campinas	847.595	969.396	1.080.113	45,2	41,3	38,5
Cosmópolis	35.999	44.355	58.827	1,9	1,9	2,1
Engenheiro Coelho (*)	6.501	10.033	15.721	0,3	0,4	0,6
Holambra (*)	5.410	7.211	11.299	0,3	0,3	0,4
Hortolândia (*)	85.859	152.523	192.692	4,6	6,5	6,9
Indaiatuba	100.948	147.050	201.619	5,4	6,3	7,2
Itatiba	61.645	81.197	101.471	3,3	3,5	3,6
Jaguariúna	22.594	29.597	44.311	1,2	1,3	1,6
Monte Mor	25.559	37.340	48.949	1,4	1,6	1,7
Morungaba	8.210	9.911	11.769	0,4	0,4	0,4
Nova Odessa	34.063	42.071	51.242	1,8	1,8	1,8
Paulínia	36.706	51.326	82.146	2,0	2,2	2,9
Pedreira	27.972	35.219	41.558	1,5	1,5	1,5
Santa Bárbara d'Oeste	145.266	170.078	180.009	7,8	7,2	6,4
Santo Antônio de Posse	14.253	18.124	20.650	0,8	0,8	0,7
Sumaré	141.011	196.723	241.311	7,5	8,4	8,6
Vinhedo	33.612	47.215	63.611	1,8	2,0	2,3
Valinhos	67.886	82.973	106.793	3,6	3,5	3,8
RMC	1.874.235	2.348.059	2.808.906	100,0	100,0	100,0
Estado de São Paulo	31.588.925	37.032.403	41.262.199	-	-	-

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991; 2000; 2010). Tabulação especiais.

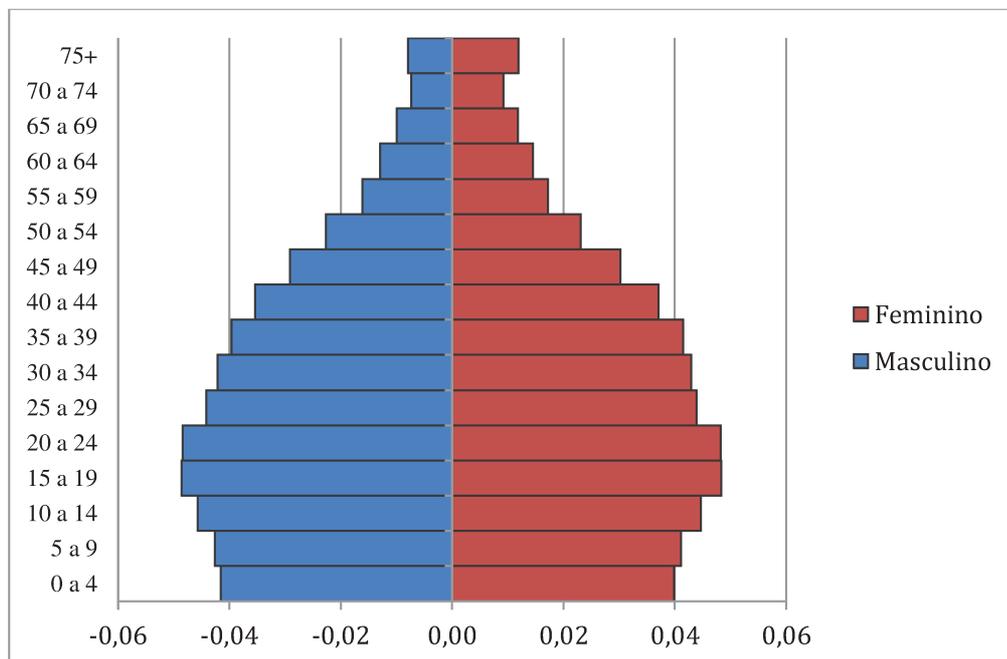
(*) Estes municípios não existiam como tal quando da realização do Censo Demográfico de 1991, assim os seus dados de população total foram reconstituídos.

Observa-se que, com exceção das maiores cidades (Americana e Campinas) e de Santa Bárbara D'Oeste – que, como se verá mais adiante, possui peso negativo da migração no seu crescimento –, os demais municípios da região tiveram aumento ou manutenção na sua participação na população total, o que demonstra uma redistribuição espacial da população em direção aos municípios menores da região.

Especificamente em relação a distribuição por idade e sexo (Gráficos 1, 2 e 3), observa-se que esta vem acompanhando o fenômeno de envelhecimento da população observado nas demais regiões metropolitanas do Estado de São Paulo e em praticamente todo o país, especialmente nas regiões Sul e Sudeste. De 2000 a 2010, a diminuição do número de filhos por mulher (taxa de fecundidade) – que caiu de 2,1 em 1991 para 1,6 em 2010– vem reduzindo a base da pirâmide etária da região, e aumentando a participação relativa das pessoas nas idades maiores de 25 anos. Cabe enfatizar também o maior número de mulheres nas idades mais avançadas, a partir dos 50 anos, em relação aos homens.

GRÁFICO 1 – Distribuição da população total segundo idade e sexo. RMC – 1991⁶³

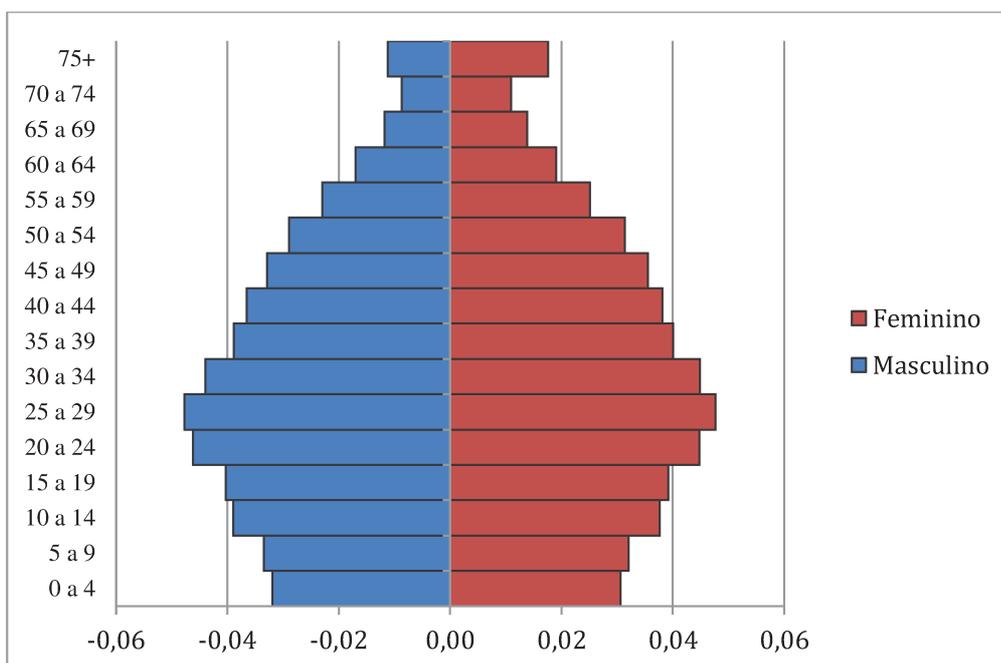
Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991). Tabulação especiais).

GRÁFICO 2 – Distribuição da população total segundo idade e sexo. RMC – 2000⁶⁴

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000). Tabulação especiais.

⁶³ Os valores utilizados para a construção deste gráfico encontram-se em anexo na Tabela 1.

⁶⁴ Os valores utilizados para a construção deste gráfico encontram-se em anexo na Tabela 2.

GRÁFICO 3 – Distribuição da população total segundo idade e sexo. RMC – 2010⁶⁵

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010). Tabulação especiais.

Para melhor observar o que acontece na RM, a Tabela 3 mostra as taxas médias anuais de crescimento da população. O que se percebe por estes dados é a diminuição do crescimento da cidade de Campinas e dos municípios maiores, como Americana e Sumaré. Os municípios de porte médio da região crescem, destacando-se o município de Paulínia e de Indaiatuba – apesar deste último ter apresentado também queda no crescimento. Cabe enfatizar ainda que a RMC cresce mais que as demais áreas do Estado de São Paulo, sendo que o deste se deve ao aumento da importância migratória do interior, em oposição à diminuição da importância da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), como se verá no próximo capítulo. Em tendo a RMSP um peso significativo na participação populacional do Estado como um todo, a queda desta metrópole interfere no valor geral.

⁶⁵ Os valores utilizados para a construção deste gráfico encontram-se em anexo na Tabela 3.

TABELA 3 – Crescimento populacional absoluto e taxa média anual de crescimento segundo municípios. RMC – 1991/2000 e 2000/2010

Municípios	Crescimento populacional			
	Absoluto		Taxa Média Anual (%)	
	1991/2000	2000/2010	1991/2000	2000/2010
Americana	28.753	28.045	1,92	1,60
Artur Nogueira	13.818	11.053	6,18	3,25
Campinas	121.801	110.717	1,50	1,21
Cosmópolis	8.356	14.472	2,35	3,19
Engenheiro Coelho (*)	3.532	5.688	4,94	5,12
Holambra (*)	1.801	4.088	3,24	5,12
Hortolândia (*)	66.664	40.169	6,59	2,63
Indaiatuba	46.102	54.569	4,27	3,57
Itatiba	19.552	20.274	3,11	2,51
Jaguariúna	7.003	14.714	3,05	4,59
Monte Mor	11.781	11.609	4,30	3,05
Morungaba	1.701	1.858	2,11	1,93
Nova Odessa	8.008	9.171	2,37	2,22
Paulínia	14.620	30.820	3,80	5,36
Pedreira	7.247	6.339	2,59	1,86
Santa Bárbara d'Oeste	24.812	9.931	1,77	0,63
Santo Antônio de Posse	3.871	2.526	2,71	1,46
Sumaré	55.712	44.588	3,77	2,30
Vinhedo	13.603	16.396	3,85	3,37
Valinhos	15.087	23.820	2,25	2,84
RMC	473.824	460.847	2,54	2,01
Estado de São Paulo	5.443.478	4.229.796	1,78	1,21

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991; 2000; 2010). Tabulação especiais.

(*) Estes municípios não existiam como tal quando da realização do Censo Demográfico de 1991, assim os seus dados de população total foram reconstituídos.

Portanto, como já observado, boa parte do crescimento da RMC é oriundo da chegada de imigrantes à região. Apesar de na Tabela 4 observar-se a diminuição da taxa média anual de migração líquida para a RM como um todo, o volume dos ganhos migratórios – ou seja, imigração menos emigração – ainda é bastante alto se comparado a outras áreas do estado, o que demonstra a importância da metrópole Campineira na dinâmica demográfica e migratória de São Paulo. Apesar dessa queda, os municípios de porte médio tiveram aumento da taxa, explicado, principalmente, pelo crescimento dos municípios de Valinhos e Paulínia. Entretanto, o crescimento dessas duas cidades aconteceu de maneira e por motivos distintos.

TABELA 4 – Crescimento migratório absoluto e taxa média anual de migração líquida segundo municípios. RMC – 1991/2000 e 2000/2010

Municípios	Crescimento migratório			
	Absoluto		Taxa média anual de migração líquida	
	1991/2000	2000/2010	1991/2000	2000/2010
Americana	10.341	13.940	0,68	0,71
Artur Nogueira	10.107	7.030	4,28	1,82
Campinas	28.521	28.120	0,35	0,27
Cosmópolis	4.905	9.260	1,36	1,79
Engenheiro Coelho (*)	2.016	4.120	2,71	3,20
Holambra (*)	540	2.760	0,95	2,98
Hortolândia (*)	50.022	21.830	4,66	1,26
Indaiatuba	30.069	37.410	2,69	2,15
Itatiba	11.763	12.980	1,83	1,42
Jaguariúna	2.871	10.640	1,22	2,88
Monte Mor	7.029	6.590	2,48	1,53
Morungaba	396	720	0,49	0,66
Nova Odessa	3.609	5.300	1,05	1,14
Paulínia	8.532	22.230	2,15	3,33
Pedreira	4.644	3.580	1,63	0,93
Santa Bárbara d'Oeste	8.604	-3.160	0,61	-0,18
Santo Antônio de Posse	2.943	880	2,02	0,45
Sumaré	34.173	20.500	2,25	0,94
Vinhedo	9.153	11.320	2,52	2,04
Valinhos	8.055	16.610	1,19	1,75
RMC	238.293	232.660	1,25	0,90

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991; 2000; 2010). Tabulação especiais.

(*) Estes municípios não existiam como tal quando da realização do Censo Demográfico de 1991, assim os seus dados de população total foram reconstituídos.

Em 1942 a cidade de Paulínia recebeu os primeiros investimentos da Rhodia na construção de um polo de produção, o que gerou o desenvolvimento econômico-industrial da região, ocasionando na emancipação da cidade em 1964. No início dos anos 1970 o Governo Militar instala a Refinaria do Planalto da Petrobrás (REPLAN) na cidade, que a transformou em um polo de redistribuição de derivados de petróleo. Na mesma época, considerando o espraiamento da indústria no estado de São Paulo, 15 indústrias químicas foram atraídas para Paulínia (BRANDÃO, 2002). Mais recentemente, nos anos 2000, houve uma diversificação da economia municipal com a implantação de novas indústrias – inclusive alimentícias e de bebidas, como a Brahma. Nesse sentido, a migração para Paulínia vem acompanhada, além do desenvolvimento imobiliário – que encontrou na cidade um novo lugar para ampliar a oferta de condomínios fechados –, do processo de desenvolvimento econômico da cidade.

Já o município de Valinhos foi criado em 1953 e a urbanização da cidade aconteceu nas décadas de 1960 a 1980, principalmente através de chácaras de lazer, que imprimiam a ideia

de uma boa qualidade de vida à cidade. A ocupação urbana mais densa ocorreu nos anos 1990 devido a condomínios e loteamentos fechados (MIGLIORANZA, 2005). Portanto, o aumento da imigração em Valinhos está mais relacionado a ocupação urbana de um determinado grupo elitizado, do que de seu desenvolvimento econômico-industrial. Ainda assim, hoje a cidade é a maior produtora de goiaba do país e possui uma indústria diversificada (MARTINEZ, 2002).

Observa-se na Tabela 5 a importância dos componentes vegetativo e migratório para o crescimento demográfico de cada município que compõe a Região Metropolitana de Campinas nas décadas de 1990 e 2000. Em relação à região como um todo, observa-se que, ao longo deste período, houve pouca variação, embora se registrasse um pequeno aumento da importância do crescimento migratório. Especialmente no município de Campinas, não se observou mudança muito significativa – aumento de 23,4% para 25,4% de participação do crescimento migratório no crescimento total –, isso porque, desde os anos de 1990, a cidade vem perdendo espaço na migração para o crescimento de outras cidades da região.

Como será analisado no próximo capítulo, tal comportamento pode ser atribuído em parte à diminuição da importância dos migrantes externos à região que, implicou também no aumento da importância relativa da migração intrametropolitana no crescimento demográfico de muitos dos municípios metropolitanos. Assim, aqueles que tiveram o crescimento mais atrelado à migração, foram os que se beneficiaram do processo de redistribuição espacial interna da população na região, sejam aqueles municípios conhecidos por seus condomínios fechados de alto padrão (como Valinhos e Vinhedo), sejam aqueles conhecidos pela oferta barata de terra (como Hortolândia e Sumaré), que oferecem uma alternativa àqueles que não tem condições de encontrar habitação barata nos maiores centros da região.

TABELA 5 – Participação relativa (%) do crescimento migratório e vegetativo no crescimento total da população segundo municípios. RMC – 1991/2000 e 2000/2010

Municípios	Participação do crescimento vegetativo e migratório			
	1991/2000		2000/2010	
	Vegetativo	Migratório	Vegetativo	Migratório
Americana	64,0	36,0	50,3	49,7
Artur Nogueira	26,9	73,1	36,4	63,6
Campinas	76,6	23,4	74,6	25,4
Cosmópolis	41,3	58,7	36,0	64,0
Engenheiro Coelho (*)	42,9	57,1	27,6	72,4
Holambra (*)	70,0	30,0	32,5	67,5
Hortolândia (*)	25,0	75,0	45,7	54,3
Indaiatuba	34,8	65,2	31,4	68,6
Itatiba	39,8	60,2	36,0	64,0
Jaguariúna	59,0	41,0	27,7	72,3
Monte Mor	40,3	59,7	43,2	56,8
Morungaba	76,7	23,3	61,2	38,8
Nova Odessa	54,9	45,1	42,2	57,8
Paulínia	41,6	58,4	27,9	72,1
Pedreira	35,9	64,1	43,5	56,5
Santa Bárbara d'Oeste	65,3	34,7	100,0	-31,8
Santo Antônio de Posse	24,0	76,0	65,2	34,8
Sumaré	38,7	61,3	54,0	46,0
Vinhedo	32,7	67,3	31,0	69,0
Valinhos	46,6	53,4	30,3	69,7
RMC	49,7	50,3	49,5	50,5
Estado de São Paulo	75,6	24,4	88,8	11,2

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991; 2000; 2010). Tabulação especiais.

(*) Estes municípios não existiam como tal quando da realização do Censo Demográfico de 1991, assim os seus dados de população total foram reconstituídos.

Os diferentes papéis e as diferentes características demográficas dos municípios da região corroboram a existência de uma metrópole, claramente observada nesta região. A unidade de uma metrópole pode ser medida através dos fluxos populacionais e a facilidade de deslocamento e a oferta de possibilidade de moradia em diversas áreas de municípios que compõe uma mesma região, sendo sintoma da importância de se pensar políticas integradas para a metrópole, sem entrar é claro na discussão sobre a possibilidade ou não das escolhas dos indivíduos.

Considerando a importância que as decisões políticas têm na constituição das metrópoles brasileiras, e na RMC não é exceção, os dados municipais aqui apresentados reforçam a identificação da metrópole Campineira como um objeto articulado e constituído. As particularidades internas e as conexões municipais da região só demonstram o seu caráter metropolitano. Portanto, os dados do próximo capítulo, salvo exceções, serão analisados a partir

da perspectiva da RMC como uma unidade territorial, e não especificados por município, que como já adiantado na Introduç

CAPÍTULO 3 – O IMPACTO DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E NA REDE URBANA PAULISTA NO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS MIGRANTES DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

Considerando que o urbano é o local de expressão da forma de organização da atividade econômica (OLIVEIRA, 1982), a análise dos principais dados trabalhados nesta tese, e que se encontram neste último capítulo, tem como objetivo compreender o processo migratório dos habitantes da Região Metropolitana de Campinas, através das modificações dos processos econômicos e da produção industrial pós 1990. Para tanto, analisou-se a relação dos fluxos migratórios da RMC com os demais estados do país, no âmbito de sua integração e importância econômica nacional e com as demais regiões do Estado de São Paulo, especificamente com a Macrometrópole Paulista, no âmbito da sua integração na rede urbana do Estado.

Para além da análise dos fluxos migratórios, como já salientado no primeiro capítulo, é necessário também se aprofundar nas características dos migrantes, e analisar o perfil destes, já que se parte do pressuposto de que os processos e os períodos de transformações econômicas modificaram este perfil e criaram, conseqüentemente, a necessidade de uma nova compreensão dos condicionantes da migração. A perspectiva recente da reestruturação produtiva, por exemplo, será abarcada neste capítulo a partir da importância para as mudanças econômicas na região e, por conseguinte, pelo seu impacto e influência nas mudanças dos fluxos migratórios, tanto em termos dos volumes e intensidade do fenômeno, quanto das características dos migrantes que, de alguma maneira, respondem a tais transformações. Para tanto, os migrantes foram caracterizados, considerando sua escolarização, área de atuação econômica e ocupação.

3.1 A relação da RMC com o Estado de São Paulo e com o Brasil

Este primeiro tópico tem como objetivo analisar os fluxos migratórios da região⁶⁶. Em volumes totais (Tabela 6) os municípios que mais receberam migrantes na região no período 2005-2010 foram Campinas (63.417), Sumaré (26.744), Hortolândia (23.312) e Indaiatuba (20.839). Entretanto, apesar dos altos volumes imigratórios, os municípios citados possuem dinâmicas distintas, sendo que razões diversas explicam este fenômeno.

⁶⁶ Cabe ressaltar, como consta do Apêndice Metodológico que os imigrantes considerados nesta tese são aqueles com menos de 5 anos de residência (“data fixa”) responsáveis pelo domicílio.

TABELA 6 – Volume de imigrantes e emigrantes “data fixa” e saldo migratório segundo municípios RMC – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010

Municípios	Volume migratório								
	Imigrantes			Emigrantes			Saldo migratório		
	1986/ 1991	1995/ 2000	2005/ 2010	1986/ 1991	1995/ 2000	2005/ 2010	1986/ 1991	1995/ 2000	2005/ 2010
Americana	18.835	19.064	16.531	17.931	17.277	14.089	904	1.787	2.443
Artur Nogueira	6.090	7.131	5.785	902	1.896	2.454	5.188	5.234	3.331
Campinas	90.662	90.302	63.417	69.129	89.413	75.501	21.533	889	-12.085
Cosmópolis	6.559	5.710	5.338	1.516	2.805	2.853	5.043	2.905	2.485
Engenheiro Coelho (*)	NA	2.494	3.713	NA	785	1.120	NA	1.709	2.593
Holambra (*)	NA	1.150	2.000	NA	1.114	1.375	NA	36	625
Hortolândia (*)	NA	30.451	23.312	NA	5.896	7.298	NA	24.555	16.014
Indaiatuba	20.355	24.215	20.839	4.014	7.045	8.394	16.341	17.171	12.445
Itatiba	7.698	9.980	9.159	3.034	4.490	4.258	4.664	5.490	4.900
Jaguariúna	4.330	4.911	5.413	1.911	1.831	2.891	2.419	3.080	2.522
Monte Mor	7.816	5.720	6.403	1.924	2.346	1.830	5.892	3.374	4.573
Morungaba	1.104	1.389	1.071	749	851	683	355	538	388
Nova Odessa	7.749	6.465	5.174	2.797	2.732	2.798	4.952	3.733	2.376
Paulínia	6.585	8.265	12.283	1.909	3.032	3.422	4.676	5.232	8.861
Pedreira	2.218	3.473	2.519	1.214	1.553	1.602	1.004	1.921	918
Santa Bárbara d'Oeste	30.625	18.010	11.031	3.803	10.300	8.869	26.822	7.711	2.161
Santo Antônio de Posse	1.939	1.816	1.443	1.053	1.040	799	886	776	644
Sumaré	61.063	32.103	26.744	6.096	13.593	10.932	54.967	18.510	15.813
Vinhedo	8.763	11.648	12.499	3.882	4.704	5.889	4.881	6.944	6.610
Valinhos	5.276	7.872	7.476	1.842	3.539	3.419	3.434	4.334	4.057
RMC	287.667	292.171	242.151	123.705	176.241	160.475	163.961	115.929	81.676

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991; 2000; 2010). Tabulação especiais.

(*) Estes municípios não existiam como tal quando da realização do Censo Demográfico de 1991, assim os seus dados de população total foram reconstituídos.

Campinas como centro e cidade-sede da região concentra o maior número de indústrias e de empregos no terceiro setor, portanto ainda é a cidade da região que mais atrai migrantes. Ainda assim, é importante ressaltar que a intensidade do fenômeno na cidade tem diminuído, sendo a única, no último período analisado (2005-2010), que registrou um saldo migratório (imigrantes menos emigrantes) negativo, portanto, perdendo mais população do que recebia. De fato, 47% do volume de emigrantes totais da RMC eram oriundos da cidade de Campinas (Tabela 7). Este fato deve-se principalmente às restrições de novos assentamentos no município, seja através da legislação ou pelo elevado preço da terra. Entretanto, o seu papel central e histórico na atração de migrantes para o interior ainda faz com que a cidade seja a maior receptora de imigrantes da RMC (26,2% do total do volume de imigrantes, de acordo com a Tabela 7).

TABELA 7 – Participação relativa dos municípios (%) no total de imigrantes e emigrantes “data fixa”. RMC – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010

Municípios	Participação dos migrantes (%)					
	Imigrantes			Emigrantes		
	1986/1991	1995/2000	2005/2010	1986/1991	1995/2000	2005/2010
Americana	6,5	6,5	6,8	14,5	9,8	8,8
Artur Nogueira	2,1	2,4	2,4	0,7	1,1	1,5
Campinas	31,5	30,9	26,2	55,9	50,7	47,0
Cosmópolis	2,3	2,0	2,2	1,2	1,6	1,8
Engenheiro Coelho (*)	NA	0,9	1,5	NA	0,4	0,7
Holambra (*)	NA	0,4	0,8	NA	0,6	0,9
Hortolândia (*)	NA	10,4	9,6	NA	3,3	4,5
Indaiatuba	7,1	8,3	8,6	3,2	4,0	5,2
Itatiba	2,7	3,4	3,8	2,5	2,5	2,7
Jaguariúna	1,5	1,7	2,2	1,5	1,0	1,8
Monte Mor	2,7	2,0	2,6	1,6	1,3	1,1
Morungaba	0,4	0,5	0,4	0,6	0,5	0,4
Nova Odessa	2,7	2,2	2,1	2,3	1,6	1,7
Paulínia	2,3	2,8	5,1	1,5	1,7	2,1
Pedreira	0,8	1,2	1,0	1,0	0,9	1,0
Santa Bárbara d'Oeste	10,6	6,2	4,6	3,1	5,8	5,5
Santo Antônio de Posse	0,7	0,6	0,6	0,9	0,6	0,5
Sumaré	21,2	11,0	11,0	4,9	7,7	6,8
Vinhedo	3,0	4,0	5,2	3,1	2,7	3,7
Valinhos	1,8	2,7	3,1	1,5	2,0	2,1
RMC	287.667	292.171	242.151	123.705	176.241	160.475

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991; 2000; 2010). Tabulação especiais.

(*) Estes municípios não existiam como tal quando da realização do Censo Demográfico de 1991, assim não é possível calcular os dados de migração para este ano.

No caso de Sumaré, segundo maior volume de imigrantes da região, esta emancipou-se de Campinas em 1954. Entre 1960 e 1970 ocorreu intensa industrialização da região devido ao espraiamento desta no Estado, tornando-se um dos municípios mais industrializados do país na época. Nesse período quase metade da produção da cidade vinha da indústria (NEGREIROS; TEIXEIRA, 2002a). Ainda que a cidade fosse ocupada por uma população de mais baixa renda,

A disponibilidade de extensas terras ao longo das vias de acesso e ao redor dos núcleos urbanos iniciais e a ausência de planejamento urbanístico eficiente permitiram a implantação de loteamentos de forma dispersa, resultando num aumento exagerado da mancha urbana municipal (NEGREIROS; TEIXEIRA, 2002a, p. 298).

principalmente na região onde hoje se encontra a cidade de Hortolândia.

Hortolândia emancipou-se de Sumaré em 1991. Uma importante e intensa malha rodoviária passa pela cidade, apesar de ser uma das menores da RMC (apenas 62 Km quadrados, 1,7% do total da metrópole) (NEGREIROS; TEIXEIRA, 2002a). A Industrialização da cidade deu-se basicamente por incentivos fiscais:

Hortolândia conta, portanto, com empresas de diversos ramos, dividindo-se entre informática, eletrodomésticos, química, painéis eletrônicos e autopeças, cerâmica, alimentício, mecânico, farmacêutico, mobiliário, materiais de segurança e telecomunicações (MANFREDO, 2007, p. 129).

As principais empresas que se instalaram na cidade são: 3M do Brasil, Honda, IBM, Teka e Sherwin Williams. Entretanto, a cidade é conhecida por suas ocupações irregulares, sendo que os postos de trabalho ofertados por estas indústrias são ocupados por trabalhadores de outras cidades da região que se deslocam diariamente para o município; um movimento inverso se observa registrar para os trabalhadores de Hortolândia que realizam movimentos pendulares para o resto da RM. Portanto, a migração para Sumaré e Hortolândia está vinculada muito menos ao processo industrial do que a oferta de terra barata para a população de baixa renda.

Não obstante, ao mesmo tempo em que Sumaré e Hortolândia recebem um volume elevado de migrantes – além de alta participação do volume total de imigrantes da RMC, respectivamente 11% e 9,6% (Tabela 7) – um volume consideravelmente menor decide deixar estas duas cidades, o que resulta no fato de que ambas possuíam os maiores saldos migratórios da região, além de Campinas (Tabela 6).

Ainda considerando a análise a respeito dos volumes migratórios, o alto volume observado em Indaiatuba pode ser explicado pelo seu histórico industrial. Até os anos 1960, a indústria têxtil era responsável por quase 60% da produção industrial da cidade, depois disso destacou-se o mercado mecânico e metalúrgico, beneficiando-se em 1970 pelo espraiamento da produção no interior (ALVES, 2002b). Importantes indústrias, como a Toyota e a Ericsson chegaram à cidade nos anos 1990. A indústria ainda é hoje a principal atividade econômica do município atraída por isenções e incentivos fiscais, especialmente para indústrias do setor automotivo – vale lembrar que estes incentivos foram criados para atender principalmente aos interesses da Toyota em 1998 – e favorecidas pela proximidade com o Aeroporto Internacional de Viracopos, criado em 1960. De fato, assim como Sumaré e Hortolândia, Indaiatuba possui um saldo migratório alto. É necessário observar que a migração de Indaiatuba tem muito mais

influência externa que a migração dos outros dois municípios, onde a participação da modalidade intrametropolitana é mais importante.

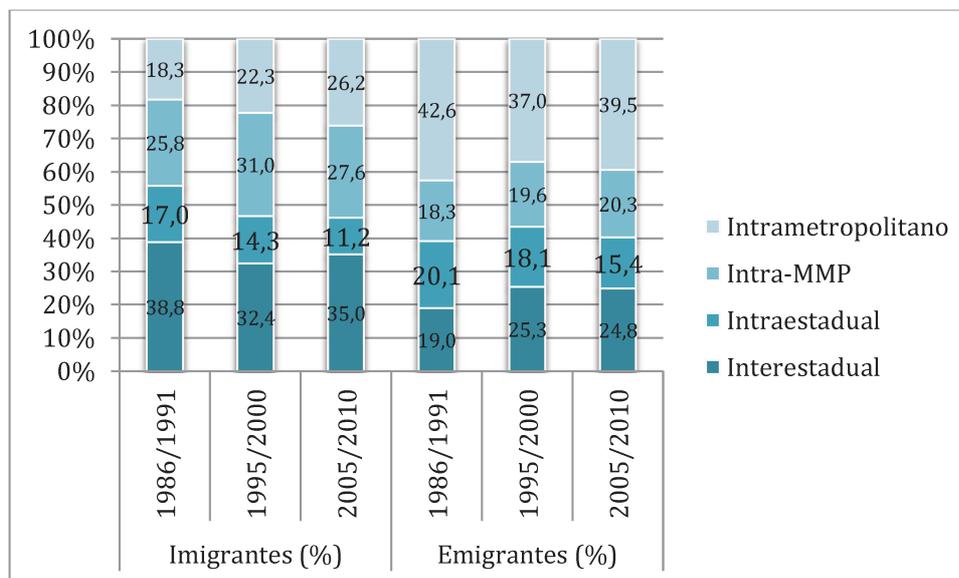
Outro município que possui uma dinâmica interessante na região é a cidade de Americana que, assim como Indaiatuba, teve como responsável pelo seu desenvolvimento econômico-industrial a produção têxtil. Entretanto, a cidade tem perdido mercado para a produção chinesa causando o fechamento de diversas fábricas, o que ajuda a explicar o seu baixo saldo migratório (Tabela 6); nota-se por estes dados que se trata da segunda maior participação de emigrantes totais da região, superada apenas por Campinas (Tabela 7). Outra razão que contribui para a compreensão da redução do saldo migratório do município, é o seu mercado imobiliário, que tem incentivado a ocupação de terras mais baratas em municípios próximos, como Santa Bárbara d'Oeste.

Em relação à Região Metropolitana de Campinas como um todo, apesar da diminuição do volume dos imigrantes nos períodos analisados, principalmente considerando as migrações interestaduais – devido em grande parte pela queda da chegada de migrantes Mineiros e Paranaenses, como já salientado em capítulo anterior –, o que podemos observar é a manutenção da importância da imigração intrametropolitana e interestadual (Gráfico 4). De fato, tanto em relação aos imigrantes como aos emigrantes, o que se observa é o aumento da importância das dinâmicas internas da RMC, através da participação da modalidade intrametropolitana. Cabe observar, portanto, que:

En las metrópolis en vía de conformación, es la producción del espacio construido la que constituye el proceso de desarrollo más notable; y el motor de estos cambios es esencialmente atribuible a un factor exógeno: la migración hacia la ciudad. [...] en las metrópolis que han superado un cierto nivel de tamaño, las transformaciones mayores se opera en los espacios ya construidos y resultan de las moviidades de las poblaciones ciudadinas al interior del territorio ya urbanizado, lo que conlleva una redistribución de las densidades. Son, entonces, factores endógenos – las moviidades intraurbanas – los que constituyen el motor principal de los cambios⁶⁷ (DUPONT; PUMAIS, 2000, p. 19).

⁶⁷ Tradução livre: “Nas metrópoles em vias de conformação é a produção do espaço construído que constitui o processo de desenvolvimento mais notável; e o motor destas mudanças é atribuída essencialmente a um fator exógeno: a migração para a cidade. [...] nas metrópoles que superaram um certo nível de tamanho, as maiores transformações acontecem nos espaços já construídos e são resultados das mobilidades da população cidadina ao interior do território já urbanizado, o que implica uma redistribuição das densidades. São, portanto, fatores endógenos – as mobilidades intraurbanas – as que constituem o motor principal das mudanças”

GRÁFICO 4 – Participação relativa dos imigrantes e emigrantes “data fixa” (%) segundo modalidade migratória. RMC – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010⁶⁸



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991; 2000; 2010). Tabulação especiais.

Neste sentido, fica muito claro que, como já demonstrado em vários estudos sobre a região (entre eles, CUNHA; FALCÃO, 2017; DOTA, 2015) a questão da oferta de terras é mais importante para a migração intrametropolitana, já que, segundo os dados do Censo 2010, Campinas registrou menos imigrantes de data fixa (7.202) que Sumaré (10.671) e Hortolândia (9.629)⁶⁹.

O aumento da mobilidade pendular dentro da metrópole, de certa forma, demonstra que os municípios com boa ligação viária aos centros ou sub-centros metropolitanos, e com terras de menor valor acabaram sendo os mais privilegiados na redistribuição espacial interna da população. No caso de Hortolândia, por exemplo, esta funciona como a receptora de grande parte de uma massa operária que contribui para o desenvolvimento da RM de Campinas, aglomerando grande parte dos assentamentos populares informais. Há que se pensar, no entanto, que mais recentemente outras tendências de periferização tem sido observadas como aquelas responsáveis pelo crescimento das chamadas “novas periferias” (CUNHA, 2018) cada vez mais presentes no contexto metropolitano nacional e como não poderia deixar de ser na RM de Campinas. Nesse caso, onde a figura dos condomínios fechados aparecem como uma das principais formas de expansão demográfica, certamente os condicionantes se relacionam com o preço da terra. Os casos de Indaiatuba, Paulínia e Jaguariúna são bons exemplos desse tipo de município.

⁶⁸ Os valores utilizados para a construção deste gráfico encontram-se em anexo na Tabela 4.

⁶⁹ Estes valores encontram-se em anexo na Tabela 7.

Considerando a imigração interestadual, os municípios que mais receberam migrantes no período 2005-2010 são os mesmos já relacionados considerando o volume total: Campinas (31.301), Sumaré (8.498), Indaiatuba (6.356) e Hortolândia (6.212)⁷⁰, o que demonstra a importância dessa modalidade no volume migratório total. O que se observa no Gráfico 4, é que esta modalidade tem mantido a sua importância em relação às demais modalidades nos três censos analisados.

Observa-se também que, no ano de 1991, em termos da participação de cada modalidade em relação ao volume total de imigrantes de cada município – considerando uma média para o total da RMC – os migrantes interestaduais significavam 38,8%, portanto o crescimento da região neste período foi proporcionado pelos migrantes que vinham de fora do estado para todos os municípios da região (Tabela 8).

TABELA 8 – Participação relativa (%) dos imigrantes “data fixa” por modalidade imigratória e segundo municípios. RMC – 1986/1991⁷¹

Município	Participação da Modalidade Imigratória 1986/1991 (%)				Total
	Interestadual	Intraestadual	Intra-MMP	Intrametropolitano	
Americana	29,7	10,6	18,8	40,9	18.835
Artur Nogueira	42,4	19,9	26,6	11,1	6.090
Campinas	52,1	5,7	24,7	17,5	90.662
Cosmópolis	39,0	20,2	29,8	11,0	6.559
Engenheiro Coelho (*)	NA	NA	NA	NA	NA
Holambra (*)	NA	NA	NA	NA	NA
Hortolândia (*)	NA	NA	NA	NA	NA
Indaiatuba	39,6	5,8	45,8	8,8	20.355
Itatiba	39,1	6,3	44,1	10,5	7.698
Jaguariúna	32,4	33,1	14,8	19,7	4.330
Monte Mor	30,2	27,7	34,6	7,5	7.816
Morungaba	18,4	31,6	33,2	16,8	1.104
Nova Odessa	27,2	34,8	20,9	17,1	7.749
Paulínia	38,6	32,8	19,5	9,1	6.585
Pedreira	37,2	12,8	17,2	32,8	2.218
Santa Bárbara d'Oeste	26,7	28,2	18,5	26,6	30.625
Santo Antônio de Posse	36,3	23,5	14,4	25,8	1.939
Sumaré	31,4	32,9	25,4	10,3	61.063
Vinhedo	40,1	23,5	18,6	17,7	8.763
Valinhos	29,9	20,4	39,0	10,6	5.276
RMC	38,8	18,3	25,8	17,0	287.667

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991). Tabulação especiais.

(*) Estes municípios não existiam como tal quando da realização do Censo Demográfico de 1991, assim não é possível calcular os dados de migração para este ano.

⁷⁰ Estes valores encontram-se em anexo na Tabela 7.

⁷¹ Os valores totais utilizados para a construção desta Tabela, encontram-se em anexo na Tabela 5.

Em 2000, essa participação caiu para 32,4% (Tabela 9). Mesmo considerando que os volumes dos imigrantes de dentro do estado e de dentro da Macrometrópole tenham aumentado (de 52.723 para 65.211, e de 74.300 para 90.624 respectivamente em 1991 e 2000⁷²), esta queda não se deve ao aumento de imigrantes das demais modalidades, sendo que o motivo desta queda foi a própria diminuição dos imigrantes interestaduais (de 287.667 para 94.567, respectivamente em 1991 e 2000⁷³), principalmente devido à diminuição dos imigrantes mineiros e paranaenses, como ainda será melhor analisado.

TABELA 9 – Participação relativa (%) dos imigrantes “data fixa” por modalidade migratória e segundo municípios. RMC – 1995/2000⁷⁴

Município	Participação da Modalidade Migratória 1995/2000 (%)				Total
	Interestadual	Intraestadual	Intra-MMP	Intrametropolitano	
Americana	21,2	29,3	31,6	17,9	19.064
Artur Nogueira	27,0	31,8	29,8	11,5	7.131
Campinas	43,7	10,3	27,9	18,2	90.302
Cosmópolis	37,2	13,0	36,9	13,0	5.710
Engenheiro Coelho	48,4	12,2	31,8	7,6	2.494
Holambra	36,6	40,3	11,7	11,4	1.150
Hortolândia	23,9	44,1	21,2	10,9	30.451
Indaiatuba	29,3	9,7	49,7	11,3	24.215
Itatiba	35,7	8,5	51,4	4,3	9.980
Jaguariúna	26,6	21,6	35,9	15,9	4.911
Monte Mor	26,4	31,1	33,4	9,0	5.720
Morungaba	31,0	24,9	29,3	14,9	1.389
Nova Odessa	21,5	42,2	24,2	12,1	6.465
Paulínia	33,7	27,9	25,4	13,0	8.265
Pedreira	33,2	16,1	21,7	29,0	3.473
Santa Bárbara d'Oeste	21,7	26,5	32,6	19,1	18.010
Santo Antônio de Posse	41,3	23,2	15,4	20,1	1.816
Sumaré	28,5	32,1	28,3	11,2	32.103
Vinhedo	27,7	37,8	23,5	11,0	11.648
Valinhos	23,7	16,5	53,2	6,6	7.872
RMC	32,4	22,3	31,0	14,3	292.171

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000). Tabulação especiais.

Apesar de um aumento na participação relativa de imigrantes interestaduais, de 32,4% para 35% de 2000 para 2010 (Tabela 10), ainda assim observa-se uma queda no volume (de 94.567 para 88.872, respectivamente em 2000 e 2010⁷⁵).

⁷² Estes valores encontram-se em anexo na Tabela 6.

⁷³ Estes valores encontram-se em anexo na Tabela 7.

⁷⁴ Os valores totais utilizados para a construção desta Tabela, encontram-se em anexo na Tabela 6.

⁷⁵ Estes valores encontram-se em anexo na Tabela 6 e 7.

Em relação à imigração intraestadual e intra-MMP, segundo o Censo de 2010, as cidades que possuíam mais apelo em relação a estas modalidades de imigração eram as mais industrializadas: Campinas (24.914) e Indaiatuba (12.190)⁷⁶. Destaca-se neste processo a importância da migração intra-MMP: os volumes de imigrantes oriundos dos demais municípios da Macrometrópole só não eram mais importantes que os do restante do estado para as cidades de Holambra e Hortolândia, o que demonstra a importante interligação entre as regiões que compõe a MMP. Cabe ressaltar que a participação dos imigrantes originados na RMSP, era relativamente maior dentro da RMC, do que nas demais áreas da MMP.

TABELA 10 – Participação relativa (%) dos imigrantes “data fixa” por modalidade migratória e segundo municípios. RMC – 2005/2010⁷⁷

Município	Participação da Modalidade Migratória 2005/2010 (%)				Total
	Interestadual	Intraestadual	Intra-MMP	Intrametropolitano	
Americana	25,4	31,9	26,6	16,1	16.531
Artur Nogueira	37,2	27,3	25,8	9,7	5.785
Campinas	49,4	11,4	25,3	14,0	63.417
Cosmópolis	49,7	27,8	17,4	5,1	5.338
Engenheiro Coelho	64,1	8,8	21,4	5,8	3.713
Holambra	29,0	32,6	17,7	20,7	2.000
Hortolândia	26,6	41,3	24,5	7,6	23.312
Indaiatuba	30,5	11,0	49,1	9,4	20.839
Itatiba	33,6	10,3	47,8	8,3	9.159
Jaguariúna	33,3	23,1	30,1	13,5	5.413
Monte Mor	24,3	45,8	24,8	5,1	6.403
Morungaba	30,0	24,9	34,2	10,8	1.071
Nova Odessa	22,9	41,7	24,6	10,8	5.174
Paulínia	33,8	42,2	16,5	7,4	12.283
Pedreira	38,8	11,7	26,1	23,4	2.519
Santa Bárbara d'Oeste	20,8	33,2	25,5	20,5	11.031
Santo Antônio de Posse	20,5	48,1	14,7	16,7	1.443
Sumaré	31,8	39,9	20,1	8,3	26.744
Vinhedo	24,2	43,7	27,3	4,8	12.499
Valinhos	24,9	18,4	43,4	13,4	7.476
RMC	35,0	26,2	27,6	11,2	242.151

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991; 2000; 2010). Tabulação especiais.

Após esta análise a respeito da dinâmica interna da Região Metropolitana de Campinas, necessária para estabelecer tanto a lógica de organização e o papel dos municípios nas trocas migratórias, quanto para caracterizar a região, o próximo tópico contribuirá para a

⁷⁶ Estes valores encontram-se em anexo na Tabela 7.

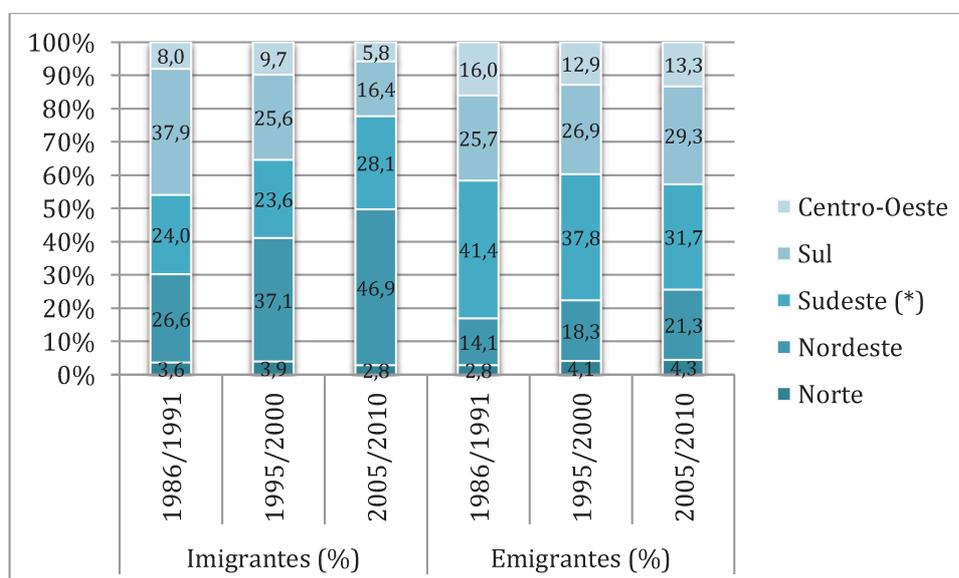
⁷⁷ Os valores totais utilizados para a construção desta Tabela, encontram-se em anexo na Tabela 7.

compreensão das mudanças dos fluxos migratórios da RMC, especificamente os demais longa distância.

3.1.1 A reorientação dos fluxos migratórios interestaduais

Os dados censitários referentes aos anos de 1991, 2000 e 2010 demonstram a grande importância dos movimentos interestaduais para a construção da Região Metropolitana da Campinas, especialmente nos anos 1990. Como já salientado no tópico anterior, estes migrantes representavam 62% na análise do Censo de 1991, em relação ao total de imigrantes registrados nos vários municípios da RMC, considerando inclusive os intrametropolitanos. Evidentemente os dados de 1991 referem-se a um momento histórico específico, de grande desenvolvimento do Sudeste brasileiro, em especial o Estado de São Paulo e sua capital. De fato, como pode-se observar no Gráfico 5, houve uma transformação na origem dos migrantes na região de Campinas ao longo do período analisado, em especial, como será analisado mais adiante, dos migrantes fora do estado.

GRÁFICO 5 – Participação relativa (%) dos imigrantes e emigrantes “data fixa” segundo grande região. RMC – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010⁷⁸



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991; 2000; 2010). Tabulação especiais.
(*). Não considera o Estado de São Paulo.

Primeiramente é importante observar que a migração Nordestina na RMC, sempre teve um peso abaixo do encontrado na Região Metropolitana de São Paulo (como será melhor

⁷⁸ Os valores utilizados para a construção deste gráfico encontram-se em anexo na Tabela 8.

analisado nos dados da Tabela 12). Entretanto, no último Censo, a participação destes imigrantes na RMC aumentou consideravelmente, em termos relativos e absolutos, de 26,6% em 1991 para 46,9% em 2010 (Gráfico 5), ou de 29.689 em 1991 para 39.783 em 2010 (Tabela 11). Ainda de acordo com a Tabela 11, o principal estado no Nordeste que contribuiu com migrantes para a RMC foi o estado da Bahia (16,9% em 2010).

Chama atenção também o aumento da participação dos migrantes do Sudeste, 24% em 1991 para 28,1% em 2010 (Gráfico 5), alertando para o fato que estes dados excluem os migrantes do Estado de São Paulo. Este resultado é influenciado diretamente pelo aumento da participação de imigrantes mineiros no último Censo analisado. Entretanto cabe ressaltar que este crescimento é muito pequeno se comparado aos volumes de imigrantes mineiros que chegaram à região de Campinas.

TABELA 11 – Participação relativa (%) (*) dos imigrantes e emigrantes “data fixa” segundo grande região e estados selecionados. RMC – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010⁷⁹

Região	Estado	Imigrantes			Emigrantes		
		1986/1991	1995/2000	2005/2010	1986/1991	1995/2000	2005/2010
Nordeste	Maranhão	1,1	3,2	7,0	0,8	0,7	1,6
	Piauí	1,1	1,9	4,1	0,3	1,7	1,0
	Ceará	3,0	3,1	4,1	2,8	2,9	2,4
	Rio Grande do Norte	1,3	1,1	0,4	2,1	1,2	0,9
	Paraíba	1,8	1,6	3,1	0,8	1,3	1,6
	Pernambuco	4,9	5,4	6,6	2,4	2,9	4,0
	Alagoas	2,5	4,3	4,0	0,3	1,1	1,1
	Sergipe	0,5	1,3	0,6	0,7	0,5	1,1
	Bahia	10,4	15,3	16,9	3,8	6,0	7,5
	Total	29.689	35.125	39.783	3.321	8.161	8.484
Sudeste	Minas Gerais	19,0	19,6	23,2	33,0	31,5	24,9
	Espírito Santo	0,7	0,9	0,9	1,0	1,3	1,6
	Rio de Janeiro	4,3	3,1	4,1	7,4	5,1	5,2
	Total	26.780	22.335	23.877	9.718	16.881	12.623
Sul	Paraná	35,7	22,8	12,3	21,3	21,9	20,5
	Santa Catarina	0,9	1,4	1,8	2,9	2,8	5,5
	Rio Grande do Sul	1,4	1,4	2,3	1,4	2,2	3,3
	Total	42.356	24.204	13.914	6.033	11.985	11.695

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991; 2000; 2010). Tabulação especiais.

(*) Participação referente a todos os estados do país, sem considerar a migração intrametropolitana, intra-MMP e intraestadual, portanto somente os interestaduais.

Os imigrantes de Minas Gerais foram historicamente fundamentais na constituição da RMC. Entre 1970 e 1980 aqueles considerados emigrantes, em relação ao Estado de Minas

⁷⁹ Os valores totais utilizados para a construção desta Tabela, encontram-se em anexo na Tabela 9.

Gerais foram cerca de 1,1 milhão, sendo que destes 50% rumaram para o Estado de São Paulo, caindo para cerca de 47% nos decênios 1981-1991 e 1990-2000 (GARCIA; MIRANDA-RIBEIRO, 2005). Segundo pesquisa de Garcia e Miranda-Ribeiro (2005), no Censo de 1980, foram 592 mil imigrantes no Estado de Minas Gérias, sendo 36,3% provenientes do Estado de São Paulo. Deste total de imigrantes 36% foram considerados migrantes de retorno⁸⁰. No decênio seguinte, 1981 a 1991, foram mais de 800 mil imigrantes, sendo 40% provenientes do Estado de São Paulo, e do total também 40% foram de retorno. No Censo de 2000 foram 950 mil imigrantes no Estado, 43,3% vindos de São Paulo e 45% do total eram retornados.

Somando-se aos retornados os efeitos indiretos [...], a migração de retorno para Minas Gerais assume uma dimensão ainda maior. Em 1980, a migração de retorno foi representada por 67% dos imigrantes decenais; 80% dos imigrantes decenais, em 1991; e por 75% dos imigrantes decenais, em 2000⁸¹. Novamente, a variação entre 1991 e 2000 não indica uma tendência, podendo ser resultado, até, de variações de cobertura censitária. Ao contrário, os números indicam que o retorno de naturais – e os imigrantes que esses naturais trazem consigo – representa grande parte da imigração para Minas Gerais nas últimas décadas (GARCIA; MIRANDA-RIBEIRO, 2005, p. 174).

De fato, os dados da Tabela 11 revelam um grande número de emigrantes saindo da RMC com destino à Minas Gerais. Considera-se portanto que há uma grande quantidade de retornados ao estado. Entretanto, cabe salientar que a maioria dos retornados não retorna ao município de nascimento, o que pode indicar o desenvolvimento específico de alguma área atraindo mais os retornados, como por exemplo, a Região Metropolitana de Belo Horizonte, assim como apontado em estudo como Rigotti (2006) e Cunha (2018). O retorno nem sempre é motivado pelo desejo de voltar à origem, mas sim quando há alternativas (ou mesmo falta de alternativas no local de migração, como as crises econômicas), mesmo que fora do município de origem, principalmente com o desenvolvimento das RMs nos Estados.

Portanto, o processo de metropolização de diversas capitais do país podem explicar a migração de retorno, assim como a queda de imigrantes, especificamente de Minas Gerais na RMC (CUNHA, 2018). Neste sentido, cabe observar a importância do desenvolvimento das RMs que englobam as capitais dos estados, no sentido de que estas reorientaram os fluxos interestaduais, aumentando os intraestaduais. Entretanto, no último censo houve uma retomada dos imigrantes mineiros para a RMC, e uma queda da emigração (Tabela 11), fato que coincidiu com um novo momento de recuperação da economia registrado no governo Lula.

⁸⁰ Os retornados foram considerados por Garcia & Miranda-Ribeiro (2005) como aqueles que migram para o estado de seu nascimento.

⁸¹ Considerando a migração acompanhando outro membro retornado do domicílio.

Outro estado fundamental na dinâmica migratória da RMC é o Paraná. Este foi o estado que mais “expulsou” migrantes para a região de Campinas nos anos 1991 (35,5% do total de acordo com a Tabela 11, ou 39.825⁸²). No Censo de 2010 este valor cai para quase ¼ (10.417⁸³). Mais uma vez ressalta-se a importância do desenvolvimento da capital deste estado, Curitiba, e sua região metropolitana como motivos para a diminuição dos imigrantes e grande número de retornados, além da crise econômica do Estado de São Paulo. Diferentemente dos migrantes mineiros, os paranaenses não parecem estar retomando este fluxo histórico, o saldo migratório dos imigrantes paranaenses na RMC caiu de 34.823 em 1991, para 2.245 em 2010⁸⁴.

Comparativamente com a Região Metropolitana de São Paulo – a região que mais atrai e a que mais expulsa migrantes no país, e que compõe a rede urbana na qual a RMC esta inserida – é importante observar que a proporção dos imigrantes da região Sudeste e Sul na RMC é bem maior que a da RMSP (Tabela 12), mesmo considerando, obviamente, que, em termos de volume, a RMSP atrai mais migrantes dos estados destas regiões⁸⁵, apesar da constante diminuição ao longo do tempo, neste sentido, para Baeninger (1999):

A cidade de São Paulo se ‘encolhe’ diante das migrações nacionais, como expressão de seu processo de reestruturação urbana, manifestando os impactos do atual processo de reestruturação produtiva, com a menor capacidade de absorção de contingentes migratórios (BAENINGER, 1999, p. 119).

Esta informação revela a importância dos fluxos destas regiões para a constituição da RMC no contexto de reestruturação produtiva e espraiamento industrial do final dos anos 1980 e começo dos anos 1990.

⁸² Estes valores encontram-se em anexo na Tabela 10.

⁸³ Estes valores encontram-se em anexo na Tabela 10.

⁸⁴ Estes valores encontram-se em anexo na Tabela 10.

⁸⁵ Estes valores encontram-se em anexo na Tabela 11.

TABELA 12 – Participação relativa (%) dos imigrantes “data fixa” segundo grande região. RMC e RMSP – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010⁸⁶

Região	1986/1991		1995/2000		2005/2010	
	RMC	RMSP	RMC	RMSP	RMC	RMSP
Norte	3,6	1,9	3,9	2,1	2,8	2,1
Nordeste	26,6	69,9	37,1	72,8	46,9	69,3
Sudeste (*)	24,0	17,5	23,6	14,6	28,1	17,6
Sul	37,9	8,1	25,6	7,1	16,4	7,5
Centro-Oeste	8,0	2,7	9,7	3,5	5,8	3,6
Total	111.710	803.008	94.567	703.118	84.872	496.887

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991; 2000; 2010). Tabulação especiais.

(*) Não considera o Estado de São Paulo.

Como já antecipado neste tópico, é importante evidenciar a relevância constante da imigração nordestina na Região Metropolitana de São Paulo, variando sempre na casa dos 70% nos três censos analisados (Tabela 12). Em relação aos emigrantes (Tabela 13), observa-se um aumento destes, muito provavelmente reflexo da migração de retorno ao Nordeste como demonstrado em estudos como os de Cunha (2015b).

TABELA 13 – Participação relativa (%) dos emigrantes “data fixa” segundo grande região. RMC e RMSP – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010⁸⁷

Região	1986/1991		1995/2000		2005/2010	
	RMC	RMSP	RMC	RMSP	RMC	RMSP
Norte	2,8	6,5	4,1	2,8	4,3	2,5
Nordeste	14,1	39,5	18,3	46,7	21,3	47,8
Sudeste (*)	41,4	27,2	37,8	27,3	31,7	24,8
Sul	25,7	17,8	26,9	16,3	29,3	17,3
Centro-Oeste	16,0	9,0	12,9	6,9	13,3	7,6
Total	23.487	426.429	44.603	544.426	39.850	418.159

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991; 2000; 2010). Tabulação especiais.

(*) Não considera o Estado de São Paulo.

Mais especificamente em relação às modalidades migratórias, a importância dos migrantes de fora do Estado para a RMC é muito maior que para a Região Metropolitana de São Paulo, apesar de representarem uma proporção importante para esta (Tabela 14). O mesmo ocorre em relação aos emigrantes (Tabela 15). Não há como negar que São Paulo, por seu porte, tamanho, maior oferta e oportunidades de emprego, ainda é o maior polo de atração de migrantes, principalmente daqueles que vem de fora do estado. Entretanto, ressalta-se mais uma

⁸⁶ Os valores totais utilizados para a construção desta Tabela, encontram-se em anexo na Tabela 10.

⁸⁷ Os valores totais utilizados para a construção desta Tabela, encontram-se em anexo na Tabela 11.

vez a importância da RMC na dinâmica da rede urbana paulista, especialmente no contexto da Macrometrópole Paulista.

TABELA 14 – Participação relativa (%) dos imigrantes “data fixa” segundo modalidade migratória RMC e RMSP – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010⁸⁸

Região	1986/1991		1995/2000		2005/2010	
	RMC	RMSP	RMC	RMSP	RMC	RMSP
Intra-MMP (*)	31,6	5,5	39,9	8,0	37,4	11,2
Intraestadual (**)	20,8	8,8	18,4	11,7	15,1	9,0
Interestadual (***)	47,5	85,7	41,7	80,3	47,5	79,8
Total	195.861	482.566	186.804	480.522	138.350	341.811

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991; 2000; 2010). Tabulação especiais.

(*) Não considera os intrametropolitanos.

(**) Não considera os Intra-MMP.

(***) Não considera o Estado de São Paulo.

TABELA 15 – Participação relativa (%) dos emigrantes “data fixa” segundo modalidade migratória RMC e RMSP – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010⁸⁹

	1986/1991		1995/2000		2005/2010	
	RMC	RMSP	RMC	RMSP	RMC	RMSP
Intra-MMP (*)	31,9	27,9	29,8	27,9	33,5	29,9
Intraestadual (**)	35,0	20,5	29,3	18,3	25,4	16,1
Interestadual (***)	33,1	51,6	40,9	53,8	41,0	54,0
Total	61.158	593.067	91.013	727.799	78.361	546.162

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991; 2000; 2010). Tabulação especiais.

(*) Não considera os intrametropolitanos.

(**) Não considera os Intra-MMP.

(***) Não considera o Estado de São Paulo.

Dos fluxos internos do estado, a RMC recebe 71,3% de seus imigrantes da Macrometrópole, em especial, como não poderia deixar de ser, da RMSP, sendo os 28,7% restantes são imigrantes oriundos de outras regiões do estado (Tabela 16). Isto demonstra a integração da RMC com o todo o Estado de São Paulo e sua importância como principal polo migratório do interior paulista, considerando o seu processo histórico de desenvolvimento atrelado às dinâmicas industriais e populacionais do Estado, como trabalhado no Capítulo 2.

⁸⁸ Os valores totais utilizados para a construção desta Tabela, encontram-se em anexo na Tabela 12.

⁸⁹ Os valores totais utilizados para a construção desta Tabela, encontram-se em anexo na Tabela 13.

TABELA 16 – Participação relativa (%) dos imigrantes e emigrantes “data fixa” segundo região da MMP. RMC – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010⁹⁰

Região	RMC					
	Imigrantes			Emigrantes		
	1986/1991	1995/2000	2005/2010	1986/1991	1995/2000	2005/2010
RMSP	43,0	50,1	48,3	16,0	19,5	21,5
RMBS	2,1	2,8	2,7	2,5	3,2	4,1
RMVPLN	1,9	1,9	2,7	3,7	4,6	3,7
RMS	3,3	3,4	4,4	6,0	6,5	9,7
AUP	5,1	5,9	7,0	11,3	10,3	9,6
AUJ	3,5	3,1	4,3	6,3	5,4	6,5
URB	1,3	1,1	1,7	2,0	2,4	1,7
Intra-MMP	60,3	68,5	71,3	47,7	51,9	56,9
Outros SP	39,7	31,5	28,7	52,3	48,1	43,1
Total	123.235	132.393	93.930	47.494	66.427	57.276

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991; 2000; 2010). Tabulação especiais.

Portanto, para além das análises dos fluxos em si, em termos de volume e participação, como realizado neste tópico, faz-se necessário analisar as características que irão definir o perfil dos imigrantes da RMC. O próximo tópico dá um passo a mais para compreender e determinar o papel da Região Metropolitana de Campinas, principalmente como região “receptora” de migrantes.

3.2 O perfil socioeconômico dos migrantes da RMC

Este tópico tem como objetivo caracterizar os migrantes da Região Metropolitana de Campinas, tendo como pressuposto que as características de escolaridade, ocupação e atividade econômica se modificaram ao longo do tempo considerando as mudanças nos fluxos migratórios em termos de direção e sentido e, claro, atrelado ao processo de reestruturação produtiva, que alterou a divisão não apenas social, mas regional do trabalho e, portanto, a forma de inserção da RMC na rede urbana do Estado.

A redistribuição espacial da população influencia e impacta as características de um local. Vignoli e Rowe (2018) por exemplo, desenvolveram um método para avaliar as mudanças da população, oriundas da migração interna, em países da América Latina. Os autores identificaram uma diminuição da razão de sexo nas grandes cidades oriundas de fluxos migratórios. Na maioria das cidades observadas a imigração contribuiu para o aumento da proporção de homens, mas a emigração contribuiu para a diminuição destes no período 1995-

⁹⁰ Os valores totais utilizados para a construção desta Tabela, encontram-se em anexo na Tabela 14.

2000. No período 2005-2010 houve uma reversão deste quadro. A migração contribuiu também para a diminuição da participação de idosos e crianças na população total das cidades analisadas, concomitantemente ao aumento de pessoas da PIA, causadas principalmente pela imigração de 1995 a 2000.

No caso da RMC, o que se observa em relação à distribuição etária dos migrantes da região (Tabela 17) é que há uma maior participação de migrantes dos 30 aos 39 anos de idades para o total da região. Dos habitantes ‘não migrantes’⁹¹ da RMC, o que se observa é a divisão da população concentrada nas categorias acima de 30 anos de idade, em consonância com o já observado anteriormente a respeito do envelhecimento populacional da região. De fato, a participação de pessoas entre 50 e 59 anos de idade aumentou de 17% para 21,3%, e os indivíduos no grupo acima de 60 anos de idade aumentou de 18,3 para 23,3% (Tabela 17).

Ainda de acordo com a Tabela 17, com relação às modalidades migratórias, os migrantes de menor distância (intrametropolitanos e intra-MMP), seja mimigrantes ou emigrantes, se concentram no grupo entre 30 e 39 anos de idade. Portanto, compreende-se que estes já estão em um nível mais alto de experiência profissional, e etapas ainda iniciais do ciclo vital familiar; portanto a hipótese é que este grupo esteja contribuindo para a mobilidade pendular, no sentido de que migram para municípios em que não trabalham, buscando qualidade de vida ou acesso à moradia barata. Cabe ressaltar que nestas modalidades migratórias há também uma proporção importante dos migrantes entre 20 e 29 anos de idade, portanto, no início de seu ciclo profissional. De qualquer maneira não se pode deixar de notar que nos dois grupos etários anteriores tem havido uma diminuição de sua participação em benefício dos grupos mais velhos.

Dos migrantes mais distantes, (intraestadual, e principalmente interestadual) a concentração se dá no grupo entre 20 e 29 anos de idade e, diferentemente do que ocorre com as demais modalidades, os imigrantes deste grupo tem aumentado a sua participação no total, especialmente no caso daqueles que vem de fora do estado que aumentaram sua participação de 35,8% em 1991 para 43,3% em 2010 (Tabela 17).

⁹¹ Como consta do Apêndice Metodológico desta tese, os ‘não migrantes’ foram considerados aqueles com mais de 10 anos de residência no município atual em que vive.

TABELA 17 – Participação relativa (%) dos responsáveis pelo domicílio imigrantes e emigrantes “data fixa” segundo modalidade migratória e distribuição etária (%). RMC – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010⁹²

Modalidade migratória	Idade	Imigrantes			Emigrantes		
		1986/1991	1995/2000	2005/2010	1986/1991	1995/2000	2005/2010
Não Migrantes	15 a 19	0,3	0,3	0,7	0,3	0,3	0,7
	20 a 29	13,6	10,9	9,7	13,6	10,9	9,7
	30 a 39	27,7	24,4	21,2	27,7	24,4	21,2
	40 a 49	23,1	25,9	23,8	23,1	25,9	23,8
	50 a 59	17,0	17,9	21,3	17,0	17,9	21,3
	60 e mais	18,3	20,5	23,3	18,3	20,5	23,3
	Total		342.870	495.040	702.451	342.870	495.040
Intrametropolitano	15 a 19	0,8	0,6	1,3	0,8	0,6	1,3
	20 a 29	28,9	23,6	24,0	28,9	23,6	24,0
	30 a 39	37,0	36,1	32,4	37,0	36,1	32,4
	40 a 49	16,4	22,2	22,4	16,4	22,2	22,4
	50 a 59	9,3	9,6	12,1	9,3	9,6	12,1
	60 e mais	7,7	7,9	7,8	7,7	7,9	7,8
	Total		15.129	21.272	21.511	15.129	21.272
Intra-MMP	15 a 19	0,8	0,7	2,0	0,3	1,7	2,0
	20 a 29	23,0	20,1	23,3	30,6	28,4	25,8
	30 a 39	35,9	31,7	30,7	31,8	33,0	32,4
	40 a 49	19,4	24,5	18,4	18,9	19,8	18,2
	50 a 59	10,7	12,7	13,4	7,2	8,6	11,7
	60 e mais	10,3	10,3	12,1	11,3	8,4	9,8
	Total		21.522	28.815	23.188	6.180	11.314
Intraestadual	15 a 19	1,8	1,9	2,5	1,5	0,5	1,7
	20 a 29	34,9	32,8	36,9	19,1	18,1	20,8
	30 a 39	29,3	29,1	24,4	36,4	30,6	28,5
	40 a 49	17,1	18,8	15,4	22,7	25,1	19,6
	50 a 59	10,8	9,4	10,5	9,3	14,5	15,1
	60 e mais	6,1	8,0	10,3	11,0	11,2	14,3
	Total		12.372	12.173	9.605	6.895	9.777
Interestadual	15 a 19	1,6	1,7	2,9	1,1	1,4	1,8
	20 a 29	35,8	37,7	43,3	21,9	22,1	24,6
	30 a 39	31,1	28,8	26,7	38,4	34,0	33,0
	40 a 49	17,1	18,1	15,9	20,8	22,6	18,7
	50 a 59	8,9	8,4	5,9	8,7	12,1	12,6
	60 e mais	5,5	5,3	5,3	9,1	7,8	9,4
	Total		26.831	24.603	25.238	13.442	14.315
Total de migrantes	15 a 19	1,2	1,1	2,1	0,9	1,0	1,6
	20 a 29	30,6	27,7	31,5	25,3	23,3	24,1
	30 a 39	33,3	31,6	29,1	36,6	34,0	32,0
	40 a 49	17,6	21,3	18,3	19,2	22,3	20,1
	50 a 59	9,8	10,3	10,3	8,8	10,9	12,6
	60 e mais	7,4	8,0	8,6	9,2	8,5	9,6
	Total		75.853	86.863	79.542	41.645	56.677

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991; 2000; 2010). Tabulação especiais.

⁹² Os valores totais utilizados para a construção desta Tabela, encontram-se em anexo na Tabela 15.

Januzzi (1998) em sua análise considerando a entrada e saída dos indivíduos no mercado de trabalho, mostra justamente que as maiores taxas migratórias estão nos primeiros anos do período produtivo, com certa diminuição a partir dos 30 anos, perdendo a importância a partir dos 50, e aumentando ligeiramente após os 60 anos de idade – este último dados justificado pela busca por áreas mais agradáveis para viver a aposentadoria (JANUZZI, 1998).

3.2.1 A escolarização dos migrantes

Segundo Ribeiro; Ceneviva e Brito(2015) a educação é o principal meio a partir do qual o indivíduo pode ascender socialmente nas sociedades modernas. No Brasil, “Embora tenha havido expansão educacional de todos os níveis, os indivíduos de famílias com mais recursos socioeconômicos continuam mantendo as mesmas vantagens de progressão no sistema” (RIBEIRO; CENEVIVA; BRITO, 2015, p. 79). Justamente, um estudo do mesmo autor juntamente com outros (RIBEIRO; CENEVIVA; BRITO, 2015) teve como objetivo identificar a evolução do efeito da origem socioeconômica a partir da progressão educacional. Segundo os autores, estudos internacionais demonstram que as diferenças sociais nos diferentes estratos da sociedade permaneceram inalterados, independentemente do aumento da escolarização em todos os níveis em países europeus. No caso do Brasil,

O efeito da escolaridade da mãe, da renda *per capita* familiar e de características sociais do ambiente familiar evidenciam que nos últimos cinquenta anos a origem social dos jovens brasileiros teve forte impacto na sua trajetória educacional, seja em termos de acesso ou de progressão no sistema educacional. Se no passado essas barreiras à progressão educacional se interpunham aos jovens no início da trajetória educacional, no decorrer desse meio século elas foram se deslocando rumo a pontos mais avançados na progressão do sistema (RIBEIRO; CENEVIVA; BRITO, 2015, p. 107).

portanto, diminuiu a desigualdade na educação de base, desigualdade que se desloca para o acesso ao ensino superior. Assim, a origem social do jovem é mais importante no acesso ao ensino superior, já que o ensino básico tem se universalizado.

Bracho (2001) pensando a educação como elemento da exclusão social, compreende que ela é uma variável importante porque:

[...] a moderna teoria econômica aceita que a educação da força de trabalho é um dos determinantes mais importantes da renda e do padrão de vida atingido pela população, bem como das taxas de crescimento econômico (BRACHO, 2001, p. 120).

Nesse sentido, a autora compreende a educação como uma questão de ordem social, e não individual. O investimento em educação define a entrada ou não dos indivíduos no mercado de trabalho, e o investimento público nessa área é cíclico, acompanhando os momentos de crescimento econômico, assim:

[...] é possível pensar que a educação possa ser uma forma de inclusão-exclusão seletiva do mercado de trabalho, facilitando o processo de seleção e melhorando as condições de incorporação ao mundo do trabalho. Por outro lado, na ausência dos níveis educacionais mínimos requeridos, a exclusão do emprego ou a incorporação em condições desvantajosas tornam-se resultados altamente prováveis (BRACHO, 2001, p. 132).

Em relação aos fluxos migratórios, se existem regiões que se destacam por características específicas de sua localidade:

[...] espera-se que elas recebam a elite da mão-de-obra do país, isto é, aquela com os maiores níveis de escolaridade. Além disso, justamente pela existência de centros universitários e de pesquisa nessas regiões, também seria de esperar que essas fossem as maiores fornecedoras de mão-de-obra mais qualificada (RIGOTTI, 2006, p. 241).

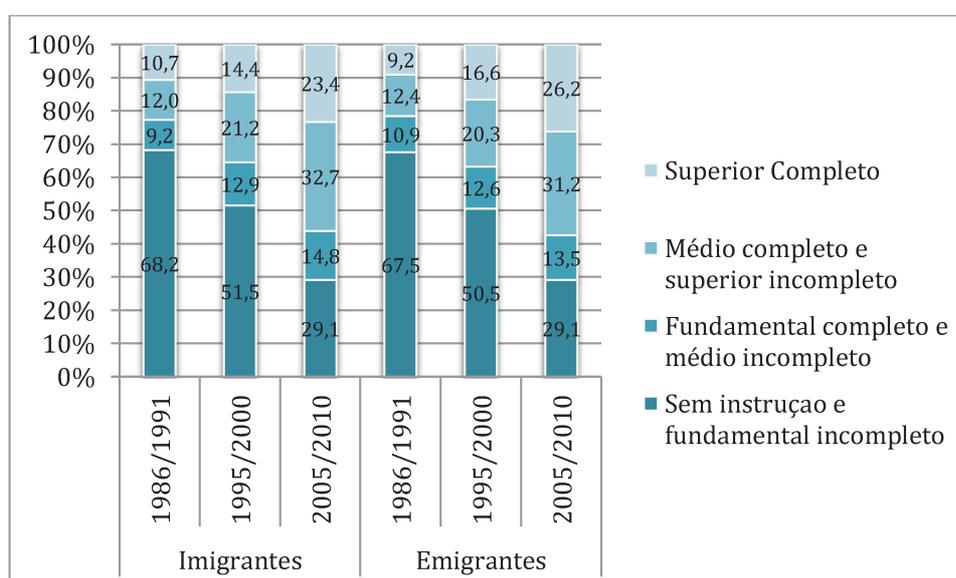
Este é o caso da Região Metropolitana de Campinas. Ao observar os dados do Gráfico 6, percebe-se o aumento dos imigrantes e emigrantes mais escolarizados (com ensino superior completo) e a diminuição dos menos escolarizados (sem instrução ou com ensino fundamental incompleto) nos três últimos censos demográficos, tanto em termos relativos quanto em termos de volume⁹³. Considerando que os processos migratórios na região de Campinas têm diminuído em relação aos fluxos, portanto tornando-se um fenômeno mais raro, isso reflete diretamente no aumento da seletividade, já que estes migram mesmo considerando fatores de ordem mais geral.

É claro que como será melhor analisado na Tabela 19, é necessário ressaltar que este processo de escolarização dos migrantes também está associado ao aumento geral da escolaridade da população como um todo, considerando as políticas de incentivo do Governo Federal nos anos 2000, tanto na educação de base, quanto principalmente no acesso ao ensino superior; esta situação é enfatizada no estudo de Ribeiro; Ceneviva e Brito (2015) que mostra justamente que no Brasil houve aumento do acesso ao ensino superior de 2000 a 2010. Além disso, como já analisado nesta tese, o trabalhador necessita ser mais escolarizado em um ambiente de processo de reestruturação produtiva, considerando a maior complexidade e

⁹³ Estes valores encontram-se em anexo na Tabela 16.

especialização de tarefas no processo produtivo incluindo a questão da informação e tecnologia, portanto o aumento da escolarização é justificado pelo próprio processo de desenvolvimento econômico-industrial, e nada tem a ver com a integração ou inserção do trabalhador no sistema. Mesmo assim, no geral, as grandes cidades da América Latina tendem a ter imigrantes menos escolarizados e emigrantes mais escolarizados (VIGNOLI, 2017); além disso, segundo Vignoli e Rowe (2018) a migração tende a diminuir a escolaridade média da cidade, fato que não se observa na Região Metropolitana de Campinas, considerando o processo de periferização da população de alta renda, saindo dos grandes centros urbanos.

GRÁFICO 6 – Participação relativa (%) dos responsáveis pelo domicílio imigrantes e emigrantes “data fixa” e nível de escolaridade. RMC – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010⁹⁴



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991; 2000; 2010). Tabulação especiais.

Retomando a ideia de locais atrativos para migrantes, outros estudos como o de Da Mata et al. (2008) analisam se os migrantes qualificados são ou não incentivados a migrar para cidades com características peculiares, ordenando as cidades na preferência deste perfil de migrantes, utilizando assim a teoria de *push-pull*. Baseado no suposto de que os imigrantes mais qualificados teriam suas decisões mais ancoradas nas questões que determinam a atração, o estudo pretendeu determinar quais características da cidade de destino atraíam mais migrantes qualificados, utilizando a variável de “data fixa” do Censo⁹⁵, sendo considerados qualificados

⁹⁴ Os valores utilizados para a construção deste gráfico encontram-se em anexo na Tabela 16.

⁹⁵ O estudo considera que o imigrantes qualificados escolhem a mesma cidade de trabalho como a de moradia, portanto faz uma análise em nível municipal. No caso desta tese observamos que os movimentos intrametropolitanos, principalmente dos migrantes com mais condições financeiras, é bem intenso, e portanto a escolha do município de habitação pode não estar relacionado à trabalho, e sim a melhores condições de vida.

aqueles com ensino superior completo ou incompleto. Segundo o estudo, em 2000, a região Centro-Oeste foi a região com maior número de municípios que receberam migrantes qualificados e a região Nordeste os que menos receberam.

No caso da Região Metropolitana de Campinas, considerando os dados analisados nesta tese, esta passou a “exportar” migrantes mais qualificados para o Centro-Oeste – de 13,9% de migrantes com ensino superior em 1991, para 45,4% em 2010 de acordo com a Tabela 18. No caso do Nordeste, também em conformidade com o estudo de Da Mata et al. (2008), aquela região têm diminuído o número de emigrantes qualificados – de 22,4% se migrantes com ensino superior em 1991, para 14,9% em 2010 de acordo com a Tabela 18.

No caso da RMC os imigrantes do Centro-Oeste com ensino superior tiveram uma maior participação, de 12,1% em 1991 para 35,1% em 2010 (Tabela 18). Já os migrantes do Sudeste no mesmo período, descontando os do Estado de São Paulo, também tiveram um aumento da participação do mesmo grupo, de 16,6% para 25,4%.

Ainda de acordo com Da Mata et al. (2008), Campinas foi a décima cidade do país que mais expulsou pessoas qualificadas em 2000, o que pode ser justificado pela enorme presença de universidades e faculdades na região; também foi a sétima no país em emigração qualificada líquida em relação ao total da população. De fato, ao observar os dados da Tabela 19, em relação aos total de migrantes, os “não migrantes” são menos qualificados na RMC como um todo, o que sugere que ela tem atraído uma população mais seletiva. O resultado do estudo Da Mata et al. (2008), ainda em consonância com os dados encontrados nesta tese, mostra ainda que os migrantes qualificados tendem a migrar para lugares com população total mais qualificada e, quanto maior o salário do município no ano de 1991, maior a imigração qualificada no período 1995-2000. Estes migrantes ainda buscam locais com menos desigualdade de renda⁹⁶.

⁹⁶ Cabe ressaltar que a decisão migratória é um elemento muito difícil de ser quantificado, e é mais facilmente observado em estudo qualitativos. Como já observado no Capítulo 1, compreende-se que a migração possui causas estruturais, porém na ponta das decisões está a escolha individual. Apesar de concordarmos que os elementos observados pelo estudo Da Mata et al. (2008) são interessantes no sentido de levantar temas que são muito caros a esta tese, é preciso tomar cuidado, já que, muitos destes elementos considerados como atrativos para os migrantes qualificados são elementos estruturantes dos locais de destino dos migrantes, portanto a decisão feita de maneira racional em migrar, ou não, leva necessariamente em conta estes elementos analisados como determinantes, uma vez que podem ser, inclusive, consequência da migração qualificada a estes locais. Determinantes como a variação térmica, utilizada no estudo, são muito relativas, e dificilmente representariam uma elemento relevante no processo migratório. A ideia de que os imigrantes escolhem o litoral para morar por exemplo, vincula-se muito mais ao processo de urbanização do país que privilegiou as cidades litorâneas (entrepósitos de comércio) ao interior, assim a escolha por estes municípios não se relaciona à procura por amenidades ou preferências climáticas.

TABELA 18 – Participação relativa (%) dos responsáveis pelo domicílio imigrantes e emigrantes “data fixa” segundo grande região e nível de escolaridade. RMC – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010⁹⁷

Região	Nível de escolaridade	Imigrantes			Emigrantes		
		1986/91	1995/00	2005/10	1986/91	1995/00	2005/10
Norte	Sem instrução e fundamental incompleto	70,1	53,7	31,9	50,4	38,5	16,4
	Fundamental completo e médio incompleto	4,7	7,9	15,1	8,1	13,5	9,7
	Médio completo e superior incompleto	8,9	14,8	25,6	30,4	14,5	41,7
	Superior Completo	16,2	23,7	27,5	11,1	33,5	32,2
	Total	925	836	733	260	645	624
Nordeste	Sem instrução e fundamental incompleto	77,1	72,1	50,8	55,7	59,7	45,6
	Fundamental completo e médio incompleto	6,4	11,8	20,1	6,1	8,2	13,4
	Médio completo e superior incompleto	6,6	11,8	24,8	15,7	17,1	26,0
	Superior Completo	9,9	4,3	4,3	22,4	15,0	14,9
	Total	6.132	7.950	11.051	936	2.522	2.877
Sudeste (*)	Sem instrução e fundamental incompleto	64,7	50,1	27,6	56,6	47,1	32,2
	Fundamental completo e médio incompleto	7,1	12,0	14,7	6,3	12,5	15,7
	Médio completo e superior incompleto	11,6	18,8	32,4	14,7	18,8	26,2
	Superior Completo	16,6	19,1	25,4	22,4	21,5	25,8
	Total	6.301	5.926	7.118	2.518	4.929	4.763
Sul	Sem instrução e fundamental incompleto	80,7	60,1	26,4	57,7	47,1	34,4
	Fundamental completo e médio incompleto	7,3	11,9	14,0	13,2	10,3	14,8
	Médio completo e superior incompleto	8,0	20,3	33,7	12,0	22,5	27,2
	Superior Completo	4,0	7,6	25,9	17,2	20,1	23,6
	Total	10.014	6.726	4.679	1.565	3.716	4.028
Centro-Oeste	Sem instrução e fundamental incompleto	66,2	57,8	19,9	64,1	49,7	23,5
	Fundamental completo e médio incompleto	6,4	11,3	10,6	10,4	7,6	9,7
	Médio completo e superior incompleto	15,4	20,0	34,4	11,7	14,4	21,4
	Superior Completo	12,1	11,0	35,1	13,9	28,2	45,4
	Total	2.158	2.384	1.624	1.021	1.882	1.928

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991; 2000; 2010). Tabulação especiais.

(*) Não considera o Estado de São Paulo.

A respeito da desigualdade de renda, com o desenvolvimento econômico esta tende a aumentar já que incrementa a oferta de empregos para trabalhadores mais escolarizados. Entretanto, com o tempo a desigualdade tende a diminuir através do aumento da escolarização de mais trabalhadores, inserindo-os em um processo produtivo mais avançado (KUZNETS *apud* MENEZES FILHO; KIRSCHBAUM, 2015):

⁹⁷ Os valores totais utilizados para a construção desta Tabela, encontram-se em anexo na Tabela 17.

Ao mesmo tempo, a escolaridade dos trabalhadores tende a aumentar, pois a ampliação dos diferenciais de salário passa a superar os investimentos em educação para um número maior de famílias. Além disso, a própria demanda por trabalhadores mais escolarizados leva a mudanças institucionais e políticas que promovam a maior escolaridade. Com o crescimento da oferta de trabalhadores qualificados, os diferenciais de salários e a desigualdade caem (MENEZES FILHO; KIRSCHBAUM, 2015, p. 112).

Os resultados do estudo de Filho e Kirschbaum (2015) mostram que:

[...] o aumento da oferta relativa de educação, especialmente nos grupos intermediários (4 a 7, 8 a 10 e 11 a 14 anos de estudo), parece ter sido responsável pela redução dos diferenciais de salários associados à educação ao longo do período (MENEZES FILHO; KIRSCHBAUM, 2015, p. 128).

Neste sentido, acredita-se que a análise do diferencial de escolaridade é mais relevante que a análise do diferencial de renda. Muito embora ambos sejam complementares a escolaridade permite melhor aprofundar o fenômeno.

É importante analisar mais especificamente a escolaridade de dois estados fundamentais na dinâmica migratória da RMC: Minas Gerais e Paraná. Ambos estados, em consonância como já observado, têm diminuído a participação de migrantes sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, principalmente em relação à imigração, em termos percentuais e em volume; além disso observa-se o aumento dos migrantes com ensino superior completo (Tabela 19). Apesar da proporção da qualificação dos imigrantes destes estados ser muito parecida com o dos ‘não migrantes’ e com o total de migrantes da RMC, esta se encontra abaixo do nível de qualificação dos migrantes da Macrometrópole e do restante do estado (intra-MMP e intraestadual).

TABELA 19 – Participação relativa (%) dos responsáveis pelo domicílio imigrantes e emigrantes “data fixa” segundo região ou estados selecionados e nível de escolaridade. RMC – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010⁹⁸

Modalidade migratória	Nível de escolaridade	Imigrantes			Emigrantes		
		1986/91	1995/00	2005/10	1986/91	1995/00	2005/10
Não Migrante	Sem instrução e fund. incompleto	68,8	57,7	43,0	68,8	57,7	43,0
	Fundamental completo e médio incompleto	9,9	13,2	16,7	9,9	13,2	16,7
	Médio completo e superior incompleto	12,4	18,9	26,4	12,4	18,9	26,4
	Superior Completo	8,8	10,2	14,0	8,8	10,2	14,0
	Total	334.735	479.163	701.074	334.735	479.163	701.074
Intra-MMP	Sem instrução e fund. incompleto	60,1	44,3	25,2	74,6	43,0	23,0
	Fundamental completo e médio incompleto	10,6	13,2	14,4	13,6	10,7	10,3
	Médio completo e superior incompleto	14,7	23,8	33,6	5,7	20,1	28,3
	Superior Completo	14,7	18,7	26,9	6,2	26,2	38,4
	Total	20.480	27.108	23.135	360	10.476	11.624
Intraestadual	Sem instrução e fund. incompleto	67,7	48,0	25,2	63,7	54,8	35,4
	Fundamental completo e médio incompleto	8,7	11,4	12,9	16,1	12,5	15,1
	Médio completo e superior incompleto	13,8	23,1	32,4	18,7	19,8	29,5
	Superior Completo	9,9	17,5	29,5	1,5	12,9	20,0
	Total	11.798	11.340	9.598	201	9.310	7.858
Minas Gerais	Sem instrução e fund. incompleto	73,8	55,1	31,6	66,7	52,4	59,8
	Fundamental completo e médio incompleto	6,4	12,1	16,6	6,4	13,6	10,0
	Médio completo e superior incompleto	10,8	17,0	33,8	13,5	17,7	17,4
	Superior Completo	9,1	15,9	18,1	13,3	16,3	13,9
	Total	4.695	4.831	5.425	1.990	4.079	33.771
Paraná	Sem instrução e fund. incompleto	83,8	64,2	31,1	61,8	52,9	40,3
	Fundamental completo e médio incompleto	6,9	11,6	15,4	12,4	11,9	17,4
	Médio completo e superior incompleto	6,6	19,0	34,3	11,5	21,0	21,9
	Superior Completo	2,7	5,2	19,3	14,3	14,1	20,4
	Total	9.353	5.923	3.308	1.332	2.858	2.753
Total imigrantes	Sem instrução e fund. incompleto	67,9	51,4	30,4	58,8	48,9	30,4
	Fundamental completo e médio incompleto	8,6	12,3	15,1	9,2	11,1	12,9
	Médio completo e superior incompleto	12,1	21,0	31,5	14,0	19,4	27,8
	Superior Completo	11,5	15,3	23,0	18,1	20,5	28,9
	Total	57.808	62.270	57.939	6.859	33.479	33.701

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991; 2000; 2010). Tabulação especiais.

(*) Não considera os migrantes intrametropolitanos.

⁹⁸ Os valores totais utilizados para a construção desta Tabela, encontram-se em anexo na Tabela 18.

Sobre a dinâmica da RMC com o restante do estado, considerando a discussão já realizada a respeito do processo de “desconcentração concentrada”, pode-se considerar que há uma defasagem entre a desconcentração industrial e populacional para o interior, como salientado por Baeninger (2011): aquela tem seu início nos anos 1970, e esta começa a ganhar força nos anos 1980, sobretudo nos 1990, quando se registra um deslocamento maior da população da capital para o interior, compondo um fluxo mais qualificado, se comparado aos migrantes interestaduais. Nesse sentido, o aumento da qualificação dos imigrantes totais na RMC se dá pela diminuição do peso dos migrantes interestaduais, menos qualificados que os intraestaduais.

Segundo Cunha e Dedecca (2000), os dados das PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) dos anos 1990 sugerem que há um caráter seletivo dos imigrantes interestaduais da Região Metropolitana de São Paulo, principalmente nas idades produtivas, entre 18 e 24 anos, demonstrando forte motivação econômica. Retomando as ideias trabalhadas no primeiro capítulo desta tese, resgata-se as considerações de Zelinsky (1971) segundo as quais uma das fases do processo migratório envolveria justamente uma migração mais complexa, uma troca de trabalhadores de alta e baixa renda e qualificação, especialmente no âmbito metropolitano.

A região de Campinas e o restante da Macrometrópole Paulista também foram responsáveis pela atração de migrantes menos escolarizados, entretanto com ênfase nos emigrantes de outras áreas do próprio Estado de São Paulo:

Campinas é um centro de recepção de pessoas menos qualificadas; mas, ao contrário do que ocorre em relação aos mais qualificados, sua mesorregião exerceu uma função centrípeta muito mais extensa, abrangendo pessoas de praticamente todo o oeste do Estado. Esse padrão aliás, começou a ser experimentado também pelo Sul de Minas, no período 1995-2000, ao receber pessoal de baixa escolaridade procedente da própria região de Campinas e do noroeste do Estado, além da Área Metropolitana de São Paulo (RIGOTTI, 2006, p. 251).

Outra contribuição importante do trabalho de Rigotti (2006), que também pode-se encontrar nas análises feitas para as nove regiões metropolitanas brasileiras originais em Cunha (2018), refere-se ao protagonismo das regiões metropolitanas ou das capitais dos estados, principalmente no período 1995-2000, na dinâmica dos fluxos migratórios nacionais. Neste mesmo sentido o livro organizado por Cunha (2018) traz uma discussão muito interessante a respeito das 9 regiões metropolitanas originais. O trabalho concluiu que a dinâmica demográfica nestas RMs se diferenciam, tanto em relação à quantidade de migrantes quanto em

termos temporais, sendo que o Sudeste em geral e São Paulo em particular, é mais precoce em relação às tendências de modificação da população.

3.2.2 As características dos trabalhadores migrantes

O objetivo deste último tópico é analisar a inserção no mercado de trabalho dos migrantes, levando em consideração as distintas modalidades migratórias, no sentido de identificar os diferentes fluxos e as diferentes regiões que mais enviam migrantes para exercer determinadas funções, e como elas se modificaram com o aprofundamento dos processos de reestruturação produtiva. Para explicar esta dinâmica, entretanto, considera-se necessário retomar, ainda que rapidamente, a discussão a respeito das transformações do processo produtivo econômico industrial, desta vez relacionando este processo mais especificamente a questão do trabalho.

A financeirização da economia mundial após os anos 1980 criou problemas como “[...] desemprego estrutural, diversificação e precarização das relações de trabalho, novos requisitos de qualificação e de empregabilidade, expansão do setor informal” (WERNEK, 2002, p. 21). No Brasil somam-se a estas questões a “[...] herança histórica de um padrão de desenvolvimento de caráter autoritário, concentrador e excludente” (WERNEK, 2002, p. 21). Neste sentido, as políticas do país, a partir dos anos 1990, trabalharam para promover “[...] uma reorganização da estrutura produtiva nacional consonante com os novos padrões de competitividade impostos pela concorrência internacional, em um contexto de globalização e financeirização da economia” (WERNEK, 2002, p. 31). Isto foi possível através, por exemplo, da flexibilização das relações de trabalho, que, teoricamente, ao reduzir os custos das empresas teria impacto positivo sobre as oscilações do mercado, portanto aumentando a produtividade e competitividade, e possibilitando a expansão produtiva e o emprego. Contudo, ao contrário desta lógica linear, o que se observou em vários países que passaram por este processo de flexibilização, especialmente no Brasil, foi o crescimento do desemprego estrutural, queda dos salários, além do:

[...] crescente distanciamento entre os segmentos do topo da pirâmide social e os menos favorecidos; enfraquecimento dos sistemas de proteção social; uso mais intensivo da mão-de-obra; e crescente segmentação da classe trabalhadora em função do aprofundamento da clivagem quanto aos níveis de qualificação e de responsabilidade requeridas pela natureza do trabalho [...] (WERNEK, 2002, p. 32).

Em outras palavras, o que se observou em realidade foi um processo de precarização das relações de trabalho.

Entretanto, neste mesmo contexto de reestruturação produtiva, ressalta-se o aumento da heterogeneidade da indústria paulista, considerando os processos históricos de desenvolvimento e os diversos ramos industriais nas áreas do Estado.

De maneira geral, a produção flexível paulista está fundamentada na formação de redes de empresas, geralmente de micro e pequeno portes, altamente especializadas que atuam em parceria oferecendo produtos e matérias-primas para a elaboração final do produto (SANTOS, 2015, p. 238).

Ainda segundo Santos (2015), cabe ressaltar que 98% das empresas deste estado são pequenas e médias, e a maioria tem muita dificuldade em aplicar políticas flexíveis, por isso não se pode falar em um processo global de reestruturação produtiva no Brasil, como já anunciado anteriormente. A flexibilização chega ao Brasil através das grandes empresas:

[...] a flexibilidade se acentua, primeiramente, nas grandes plantas industriais que passam a incorporar o novo padrão produtivo buscando a máxima eficiência dos trabalhadores, ao passo que também buscavam reduzir o número de funcionários a partir dos resultados das inovações organizacionais e tecnológicas (SANTOS, 2015, p. 240).

No caso específico da cidade de São Paulo, o processo de flexibilização dos anos 1990, fez com que esta perdesse muito empregos na indústria tradicional entre 1995 e 2005 (REOLON, 2015), sendo que os estabelecimentos industriais deste ramo tiveram aumento no restante do estado, especialmente na Região Metropolitana de Campinas, em um contexto de aumento também da Macrometrópole Paulista (REOLON, 2015). Os municípios de Hortolândia, Americana, Itatiba, Indaiatuba, Sumaré e Campinas estão entre os que mais de destacam em relação ao aumento destes estabelecimentos industriais tradicionais, e do aumento do emprego nestes (REOLON, 2015), provocando, de certa maneira, uma continuação da desconcentração industrial no Estado de São Paulo.

La descentralización de los empleos puede también provocar o favorecer el desconcentración de la población en torno a polos industriales periféricos [...] o a nuevos centros terciarios [...] en general en el marco de la política de ordenamiento del área o de la región metropolitana⁹⁹ (DUPONT; PUMAIS, 2000, p. 13).

⁹⁹ Tradução livre: “A concentração dos empregos pode também provocar ou favorecer a desconcentração da população em torno dos pólos industriais periféricos [...] ou a novos centros terciários [...] em geral no marco da política de ordenamento da área ou da região metropolitana”.

Neste sentido, é importante retomar que a migração pode ser considerada como distribuição territorial dos produtores de riqueza (ZELINKSLY, 1971), compreendendo a migração como pressuposto da “divisão territorial do trabalho”. Neste sentido, as diferentes funções de cada região beneficiam esta divisão, no sentido de que as redes urbanas são reflexo e condição desta (CORRÊA, 1994).

Pela Tabela 20, observa-se uma queda dos imigrantes e emigrantes que trabalham na indústria de transformação (de 31,6% em 1991, para 24,5% em 2000 e 23,1% em 2010), em consonância com o já observado sobre o aumento do desemprego estrutural ocasionado principalmente pelo processo de mecanização e desenvolvimento tecnológico das indústrias. É importante notar também que, apesar de pequena diminuição em termos de volume do Censo de 2000 para o de 2010 – e a despeito do expressivo aumento de 1991 a 2000 (de 5.776 trabalhadores para 10.596¹⁰⁰) – há o aumento da participação relativa dos migrantes trabalhando em setores de alta complexidade (de 8,7% em 1991, para 15,6% em 2000 e 17% em 2010), especificamente trabalhadores da ciência, tecnologia e informação.

TABELA 20 – Participação relativa (%) dos responsáveis pelo domicílio imigrantes e emigrantes “data fixa” e setor de atividade econômica. RMC – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010¹⁰¹

Setor de atividade econômica	Imigrantes			Emigrantes		
	1986/1991	1995/2000	2005/2010	1986/1991	1995/2000	2005/2010
Atv. agrícola e ind. extrativa	7,1	4,6	4,3	12,6	9,6	7,3
Indústria de Transformação	31,6	24,5	23,1	25,6	21,3	19,9
Construção	14,7	13,2	11,9	10,3	10,6	9,6
Serviços de baixa complexidade	33,8	38,5	39,0	36,6	38,1	36,3
Serviços de alta complexidade	8,7	15,6	17,0	9,6	15,3	20,8
Adm. e serviços utilidade pública	4,1	3,7	4,7	5,2	5,0	6,2
Total	66.274	67.920	57.185	30.060	43.384	39.502

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991; 2000; 2010). Tabulação especiais.

Como já observado anteriormente, Campinas é um polo de desenvolvimento em pesquisa e tecnologia, portanto o que se depreende destes dados é a diminuição da participação de migrantes que vêm para a região para trabalhar em atividades de menor exigência de escolaridade, para migrantes com maior nível de capacitação, como observado no aumento dos migrantes com maior escolaridade no tópico anterior.

Em relação aos imigrantes, a indústria de transformação é, de fato, um setor que vem diminuindo a participação destes trabalhadores para todas as grandes regiões, com exceção

¹⁰⁰ Estes valores encontram-se em anexo na Tabela 19.

¹⁰¹ Os valores totais utilizados para a construção desta Tabela, encontram-se em anexo na Tabela 19.

dos imigrantes da região Norte que aumentaram a sua participação neste setor no último período analisado, 2000-2010 (Tabela 21). Essa diminuição relaciona-se também com a diminuição de oferta de empregos neste setor, considerando os processos de transformação produtiva. O que chama mais atenção é o aumento da participação de trabalhadores imigrantes no setor de serviços de alta complexidade provenientes do Sul e Centro-Oeste. Já os trabalhadores do Sudeste, o principal fluxo da RMC, não são tão qualificados como os trabalhadores proveniente do restante do estado de São Paulo.

Percebe-se pela Tabela 22 que o Estado de Minas Gerais, por exemplo, “exporta” mais trabalhadores com baixa qualificação, enquanto diminui a participação daqueles com mais alta qualificação do Censo de 2000 e 2010, muito embora perceba-se um aumento importante do percentual em relação a 1991. O oposto acontece com os imigrantes de outros fluxos importantíssimos para a região, o proveniente do Estado do Paraná; embora apresentando redução do seu volume, estes migrantes tem se tornado cada vez mais escolarizados e qualificados.

Sobre os imigrantes de dentro do Estado de São Paulo, o que mais se observa é o aumento da participação relativa dos imigrantes trabalhadores em setor de maior nível de qualificação, tanto daqueles proveniente da Macrometrópole, quando aqueles de outras regiões do estado (Tabela 22). Cabe enfatizar também o aumento de trabalhadores ‘não migrantes’ da RMC exercendo funções em áreas que exigem menor qualificação (serviços de baixa complexidade), participação esta maior que os imigrantes na região nesta mesma categoria, reforçando a existência de significativa seletividade migratória.

É justamente no Sudeste, especificamente o Estado de São Paulo onde se concentram as indústrias que mais implantaram inovações no país entre 2006 e 2008 (19,9%, segundo LENCIONI, 2015b). Campinas é parte da rede de cidades que integra e contribuiu para a expansão dos setores relacionados a ciência, na área que Diniz (1993) chamou de polígono e que envolve a RMSP.

TABELA 21 – Participação relativa (%) dos responsáveis pelo domicílio imigrantes e emigrantes “data fixa” segundo grande região e setor de atividade econômica. RMC – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010¹⁰²

Região	Setor de atividade econômica	Imigrantes			Emigrantes		
		1986/91	1995/00	2005/10	1986/91	1995/00	2005/10
Norte	Atv. agrícola e ind. extrativa	5,7	4,8	4,4	40,0	17,0	6,7
	Indústria de Transformação	25,4	17,1	25,2	12,1	11,5	17,5
	Construção	20,2	25,8	13,1	7,0	10,2	4,1
	Serviços de baixa complexidade	31,4	30,0	31,7	17,1	34,9	25,9
	Serviços de alta complexidade	17,4	15,6	16,0	15,4	17,9	33,2
	Adm. e serviços utilidade pública	0,0	6,8	9,6	8,4	8,5	12,5
	Total	859	657	472	260	554	433
Nordeste	Atv. agrícola e ind. extrativa	3,5	5,3	4,5	19,1	17,4	16,3
	Indústria de Transformação	28,7	22,6	21,7	10,9	13,2	12,0
	Construção	26,1	24,0	26,4	10,0	13,1	14,5
	Serviços de baixa complexidade	31,4	35,2	39,8	41,1	37,8	36,3
	Serviços de alta complexidade	8,6	11,1	6,0	12,5	13,9	17,4
	Adm. e serviços utilidade pública	1,8	1,8	1,7	6,4	4,5	3,5
	Total	5.738	6.436	8.431	818	1.827	2.006
Sudeste	Atv. agrícola e ind. extrativa	8,6	5,0	7,6	20,5	17,5	13,4
	Indústria de Transformação	29,9	20,0	20,4	17,4	18,2	10,9
	Construção	19,7	16,1	9,6	8,8	11,3	11,6
	Serviços de baixa complexidade	28,1	34,7	38,5	40,6	32,6	38,5
	Serviços de alta complexidade	9,5	20,4	18,2	9,6	14,4	19,2
	Adm. e serviços utilidade pública	4,2	3,8	5,7	3,1	6,1	6,5
	Total	5.939	4.814	5.318	2.228	4.060	3.303
Sul	Atv. agrícola e ind. extrativa	10,2	9,3	6,5	15,3	16,4	7,3
	Indústria de Transformação	32,0	22,9	25,5	15,6	17,4	27,1
	Construção	16,7	14,1	9,4	6,4	9,8	14,7
	Serviços de baixa complexidade	33,1	42,9	38,1	44,8	37,6	29,7
	Serviços de alta complexidade	4,8	9,7	18,5	12,2	13,8	15,2
	Adm. e serviços utilidade pública	3,1	1,2	1,9	5,7	5,1	6,0
	Total	8.938	5.747	3.254	1.520	3.009	2.915
Centro-Oeste	Atv. agrícola e ind. extrativa	4,1	5,0	6,2	22,1	14,9	7,6
	Indústria de Transformação	23,9	15,6	23,4	12,9	10,8	10,7
	Construção	22,0	20,7	11,6	14,6	9,3	10,1
	Serviços de baixa complexidade	37,6	45,1	27,3	34,2	37,4	24,7
	Serviços de alta complexidade	7,0	11,5	24,1	10,9	18,4	29,2
	Adm. e serviços utilidade pública	5,4	2,1	7,4	5,3	9,1	17,7
	Total	2.066	1.849	1.122	964	1.540	1.446

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991; 2000; 2010). Tabulação especiais.

¹⁰² Os valores totais utilizados para a construção desta Tabela, encontram-se em anexo na Tabela 20.

TABELA 22 – Participação relativa (%) dos responsáveis pelo domicílio imigrantes e emigrantes “data fixa” segundo região ou estados selecionados e setor de atividade econômica. RMC – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010¹⁰³

Modalidade migratória	Setor de atividade econômica	Imigrantes			Emigrantes		
		1986/91	1995/00	2005/10	1986/91	1995/00	2005/10
Não Migrante	Atv. agrícola e ind. extrativa	4,5	3,4	3,1	4,5	3,4	3,1
	Indústria de Transformação	33,3	26,5	22,4	33,3	26,5	22,4
	Construção	10,7	11,4	10,2	10,7	11,4	10,2
	Serviços de baixa complexidade	35,7	37,9	43,2	35,7	37,9	43,2
	Serviços de alta complexidade	9,5	15,6	15,5	9,5	15,6	15,5
	Adm. e serviços utilidade pública	6,4	5,2	5,7	6,4	5,2	5,7
	Total	268.013	332.818	427.174	268.013	332.818	427.174
Intra-MMP	Atv. agrícola e ind. extrativa	5,3	3,7	3,0	10,2	6,4	5,6
	Indústria de Transformação	30,7	27,1	24,9	24,6	22,5	17,0
	Construção	11,9	8,9	10,1	10,1	9,7	7,0
	Serviços de baixa complexidade	37,2	40,1	39,4	35,9	38,3	33,2
	Serviços de alta complexidade	10,3	16,4	18,1	15,1	20,1	32,0
	Adm. e serviços utilidade pública	4,6	3,8	4,4	4,1	3,1	5,1
	Total	17.947	21.246	15.052	5.243	8.604	8.593
Intraestadual	Atv. agrícola e ind. extrativa	8,7	3,9	4,0	19,1	15,6	12,8
	Indústria de Transformação	34,7	21,6	20,0	18,8	17,7	21,1
	Construção	11,2	14,4	7,2	7,7	9,7	9,0
	Serviços de baixa complexidade	30,9	33,9	38,3	36,9	35,8	35,8
	Serviços de alta complexidade	10,0	21,0	24,1	9,9	14,3	15,9
	Adm. e serviços utilidade pública	4,5	5,2	6,4	7,6	6,8	5,4
	Total	10.977	9.568	6.658	5.824	7.139	5.163
Minas Gerais	Atv. agrícola e ind. extrativa	11,0	6,2	8,6	23,8	21,2	16,7
	Indústria de Transformação	29,8	20,1	21,9	18,2	17,5	8,7
	Construção	21,9	17,7	10,2	9,0	12,6	13,3
	Serviços de baixa complexidade	27,5	35,3	40,5	39,3	32,0	38,1
	Serviços de alta complexidade	6,6	18,7	16,2	8,1	12,2	17,7
	Adm. e serviços utilidade pública	3,1	2,2	2,8	1,6	4,6	5,4
	Total	4.394	3.894	4.009	1.754	3.278	2.440
Paraná	Atv. agrícola e ind. extrativa	10,8	10,3	7,6	17,5	21,1	8,5
	Indústria de Transformação	32,3	22,9	29,0	15,2	19,0	29,5
	Construção	17,2	15,3	8,3	7,8	10,6	17,9
	Serviços de baixa complexidade	33,3	41,5	40,5	46,8	35,9	28,4
	Serviços de alta complexidade	3,5	8,9	12,3	9,6	10,7	11,4
	Adm. e serviços utilidade pública	2,9	1,1	2,4	3,1	2,6	4,2
	Total	8.355	5.064	2.272	1.258	2.295	1.980

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991; 2000; 2010). Tabulação especiais.

¹⁰³ Os valores totais utilizados para a construção desta Tabela, encontram-se em anexo na Tabela 21.

Para Antunes (1999), justamente, a transformação produtiva neste processo de reestruturação encontra-se na interação entre trabalho e ciência. Assim, ainda segundo o autor, alguns elementos seriam fundamentais desta fase de reestruturação produtiva do capital como o desemprego estrutural, a precarização do trabalho e a destruição da natureza. Em contrapartida a esta precarização, e da participação de migrantes em trabalhos menos qualificados, “[...] o período da reestruturação produtiva do capital ocasionou o aumento do trabalho intelectual, tanto nas atividades diretamente ligadas à produção capitalista de mercadorias, como também às atividades de serviços pessoais e sociais” (GOIS, 2017, p. 8). Segundo Gois (2017), durante este período de reestruturação, haveria uma ampliação do trabalho intelectual e hipertrofia do setor de serviços, para ele:

A partir dos anos 1970 há um emprego crescente de trabalho intelectual na produção capitalista. Esse emprego traduz-se na expansão do setor de serviços, como também no progresso da automação produtiva [...] Esta fase do desenvolvimento do capitalismo é marcada pela subsunção da produção científica ao capital e, conseqüentemente, pelo assalariamento dos produtores de conhecimento (GOIS, 2017, p. 4).

Neste sentido, observa-se, de acordo com a Tabela 23, um aumento no período analisado da participação de imigrantes trabalhadores intelectuais e de nível técnico chegando à região de Campinas (de 9,5% para 17,3%, e de 8,9% para 9,3% respectivamente), e da mesma maneira há um aumento destes mesmo tipos de migrantes saindo da região (de 11,9% para 20%, e de 9,2% para 10,8% respectivamente). Como já adiantado em tópico anterior, a região “produz” muito trabalhadores qualificados, considerando quantidade de faculdades, universidades e escolas de formação em nível técnico e superior na região, portanto é de se imaginar que também “exporte” importante parcela desta população.

TABELA 23 – Participação relativa (%) dos responsáveis pelo domicílio imigrantes e emigrantes “data fixa” segundo modalidade migratória e ocupação. RMC – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010¹⁰⁴

Ocupação	Imigrantes		Emigrantes	
	1995/2000	2005/2010	1995/2000	2005/2010
Diretores e gerentes	8,6	8,4	9,2	9,9
Intelectuais	9,5	17,3	11,9	20,0
Nível técnico	8,9	9,3	9,2	10,8
Servidores Administrativos	5,5	5,2	5,0	4,6
Outros	67,4	59,9	64,7	54,7
Total	68.251	59.088	43.420	39.874

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000; 2010). Tabulação especiais.

¹⁰⁴ Os valores totais utilizados para a construção desta Tabela, encontram-se em anexo na Tabela 22.

Ainda que os trabalhadores de atividades menos qualificadas tenham maior participação nos setores de atividades no Sudeste – com exceção do Estado de São Paulo –, a participação de imigrantes trabalhadores nas categorias de diretores e gerentes e intelectuais tem aumentado (Tabela 24). O mesmo se observa para as demais grandes regiões do país, excluindo-se as regiões Norte e Nordeste (Tabela 24). De fato, o papel científico é fundamental no desenvolvimento econômico da região, considerando as áreas de pesquisa e tecnologia. A categoria de diretores e gerentes não demonstra muitas oscilações na MMP e nos estados de Minas Gerais e Paraná (Tabela 25).

TABELA 24 – Participação relativa (%) dos responsáveis pelo domicílio imigrantes e emigrantes “data fixa” segundo grande região e ocupação. RMC – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010¹⁰⁵

Região	Ocupação	Imigrantes		Emigrantes	
		1995/2000	2005/2010	1995/2000	2005/2010
Norte	Diretores e gerentes	3,7	3,2	8,9	12,1
	Intelectuais	18,3	17,8	18,5	25,6
	Nível técnico	3,2	7,9	2,9	10,5
	Servidores Administrativos	3,6	4,6	5,4	9,2
	Outros	71,2	66,5	64,2	42,5
	Total		611	471	554
Nordeste	Diretores e gerentes	2,3	1,7	7,7	11,4
	Intelectuais	3,8	4,2	12,4	15,1
	Nível técnico	2,8	3,9	9,5	5,2
	Servidores Administrativos	12,0	3,6	1,1	1,5
	Outros	79,1	86,7	69,2	66,8
	Total		6.484	8.540	1.831
Sudeste	Diretores e gerentes	6,9	8,1	10,0	10,4
	Intelectuais	12,1	15,7	15,6	20,6
	Nível técnico	10,1	8,7	7,0	8,5
	Servidores Administrativos	4,3	3,7	4,3	3,4
	Outros	66,6	63,9	63,1	57,1
	Total		4.871	5.516	4.019
Sul	Diretores e gerentes	5,8	6,4	7,8	8,4
	Intelectuais	4,3	20,7	15,5	13,3
	Nível técnico	4,3	9,2	11,5	9,7
	Servidores Administrativos	4,5	6,0	3,3	5,0
	Outros	81,1	57,8	62,0	63,5
	Total		5.814	3.417	3.022
Centro-Oeste	Diretores e gerentes	7,2	9,4	13,7	3,5
	Intelectuais	5,2	24,8	16,4	34,5
	Nível técnico	9,4	7,2	9,1	13,7
	Servidores Administrativos	1,7	10,5	5,8	6,9
	Outros	76,6	48,1	55,0	41,3
	Total		1.868	1.190	1.519

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000; 2010). Tabulação especiais.

¹⁰⁵ Os valores totais utilizados para a construção desta Tabela, encontram-se em anexo na Tabela 23.

TABELA25 – Participação relativa (%) dos responsáveis pelo domicílio imigrantes e emigrantes “data fixa” segundo região ou estados selecionados e ocupação. RMC – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010¹⁰⁶

Modalidade migratória	Ocupação	Imigrantes		Emigrantes	
		1995/2000	2005/2010	1995/2000	2005/2010
Não Migrante	Diretores e gerentes	8,1	6,5	8,1	6,5
	Intelectuais	7,7	12,1	7,7	12,1
	Nível técnico	9,5	9,2	9,5	9,2
	Servidores Administrativos	5,6	5,8	5,6	5,8
	Outros	69,1	66,5	69,1	66,5
	Total	333.915	434.403	333.915	434.403
Intra-MMP	Diretores e gerentes	12,6	12,3	13,7	12,2
	Intelectuais	11,6	20,4	18,7	30,8
	Nível técnico	11,5	10,0	10,8	12,1
	Servidores Administrativos	6,0	5,5	4,7	3,3
	Outros	58,2	51,7	52,2	41,5
	Total	21.281	15.526	8.620	8.475
Outros-SP	Diretores e gerentes	8,1	5,0	8,1	9,2
	Intelectuais	13,7	22,7	9,0	14,4
	Nível técnico	9,1	8,2	8,5	7,1
	Servidores Administrativos	7,2	5,4	3,9	3,8
	Outros	61,8	58,6	70,6	65,5
	Total	9.621	6.790	7.147	5.026
Minas Gerais	Diretores e gerentes	6,0	6,1	9,8	7,9
	Intelectuais	10,4	12,0	13,3	14,3
	Nível técnico	8,6	7,2	6,2	8,1
	Servidores Administrativos	4,4	4,1	4,0	4,1
	Outros	70,5	70,6	66,8	65,6
	Total	3.953	4.160	3.247	2.447
Paraná	Diretores e gerentes	3,9	3,9	7,7	5,4
	Intelectuais	2,9	15,2	12,4	14,0
	Nível técnico	4,2	8,9	8,5	9,9
	Servidores Administrativos	4,5	5,1	2,5	4,7
	Outros	84,6	66,9	68,9	66,0
	Total	5.123	2.387	2.289	2.001

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000; 2010). Tabulação especiais.

De acordo com Reolon (2015), ao analisar os dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais dos trabalhadores, elaborada pelo Ministério do Trabalho), percebe-se uma involução de empregos nas atividades de comando, frente ao aumento no número de estabelecimentos que empregam no Brasil. Ainda assim estas atividades aumentam na Região Metropolitana de São Paulo e no estado como um todo:

¹⁰⁶ Os valores totais utilizados para a construção desta Tabela, encontram-se em anexo na Tabela 24.

[...] os dados indicam que houve uma centralização espacial no período analisado, cujo resultado pode ser constatado pela redução da zona de adensamento, fechando-se ainda mais sobre a Região Metropolitana e a capital paulista (REOLON, 2015, p. 426).

gerando um movimento contrário ao analisado nas indústrias, ou seja de concentração e não de expansão. Cabe ressaltar, como já observado, o próprio desenvolvimento econômico de uma região estimula a imigração, não é necessário a criação de vagas de empregos para atrair migrantes.

Através de uma pesquisa interessante realizada através de entrevistas com funcionários de alto escalão de empresas no centro de Vancouver, Hutton e Ley (1987) conclui que poucas empresas estariam dispostas a mover os escritórios para áreas descentralizadas. Um dos motivos levantados na pesquisa para ficar no centro é a proximidade com contatos de negócios, com o consumidor e com prestadores de serviços. Neste sentido, algumas empresas da capital de São Paulo tiveram que abrir filiais em Campinas para suprir necessidades que São Paulo já não supria, e que a necessidade de proximidade pediam, como empresas de vendas de componentes tecnológicos importados e empresas de recrutamento e seleção. Neste sentido, “[...] both capital intensification *and* the growing concentration of non-standardized jobs are occupying simultaneously in the downtown corporate complex”¹⁰⁷ (HUTTON; LEY, 1987, p. 137).

Em sendo assim, “O urbano, de certa forma, é hoje a expressão da forma de organização da atividade econômica, de um lado, que cria uma certa estrutura de classes e, do outro lado do regime político, da falta de voz das classes populares [...]” (OLIVEIRA, 1982, p. 51). Neste sentido, a região de Campinas, que inicialmente desenvolveu-se através da lógica do setor rural, de produção cafeeira, encontra na metropolização do seu espaço urbano – considerando o processo de desenvolvimento do setor industrial tecnológico, beneficiado pela reestruturação produtiva – o principal motivo pelo qual as opções dos migrantes acabam por implicar numa migração bem mais seletiva e, sobretudo, muito distinta daquela observada nas décadas anteriores quando ainda os grandes fluxos migratórios interestaduais e, conseqüentemente, majoritariamente composto de pessoas de mais baixa qualificação, ainda persistiam.

¹⁰⁷ Tradução livre: “[...] tanto a intensificação do capital quanto a concentração dos empregos não padronizados estão ocupando simultaneamente os complexos corporativos no centro das cidades”.

CONCLUSÕES

O objetivo principal desta tese foi analisar a mudança das características do perfil socioeconômico dos migrantes da Região Metropolitana de Campinas, após os anos 1990. Apesar da diminuição da migração em todo o Estado de São Paulo, a RMC continua a ser um importante centro de recepção de migrantes e possui uma dinâmica interna relevante. De fato, na comparação dos três Censos Demográficos analisados (1991, 2000 e 2010) pouco mais da metade do crescimento populacional total da região foi de responsabilidade dos imigrantes, sejam aqueles originários de fora da região, sejam os que resultam da dinâmica intrametropolitana.

Tal resultado demonstra não apenas a capacidade de atração migratória ainda existentes na região e nos seus municípios, mas também e, especialmente, a existência de um grande “potencial endógeno de crescimento” (CUNHA, 2018) existente fruto da inevitável redistribuição espacial da população ao longo do seu território. Compreende-se que esta capacidade é devida, principalmente, ao desenvolvimento econômico industrial e do setor de serviços dos municípios da região, além é claro da complexidade do processo de uso e ocupação do solo urbano na área, aspecto que não foi abordado neste estudo. Na verdade, o que as análises realizadas mostram é que mesmo frente à forte redução da migração interestadual no país em geral, e no Estado de São Paulo em particular, ainda assim, nos anos 2000, esta modalidade mantinha sua relevância na região, especialmente para o município de Campinas, aspecto que apenas revela o dinamismo regional seja em termos de mercado de trabalho, seja, em termos das oportunidades educativas e inovação tecnológica.

Como trabalhado em diversos momentos desta tese, os principais fluxos interestaduais da RMC foram de migrantes do Sul e Sudeste (descontando o estado de São Paulo), especificamente dos estados do Paraná e de Minas Gerais. De maneira geral os migrantes do Paraná vêm diminuindo o fluxos de migrantes que rumam para a RMC, tanto em termos de participação quanto em termos de volume. Além disso, há que se ressaltar que estes migrantes têm se tornando mais escolarizados, constatado também pelo aumento de trabalhadores no setor em serviços de alta complexidade, além do aumento dos profissionais intelectuais e de nível técnico. Já os migrantes de Minas Gerias, aumentaram a sua participação de migrantes no período analisado. Em termos de volume houve uma queda do período 1986/1991 para o 1995/2000, mas uma retomada no período 2005/2010. O aumento da

escolaridade dos mineiros é um pouco menor, e o principal aumento na participação das atividades econômicas vem dos setores que requerem baixa qualificação.

Em termos de volume, ao mesmo tempo em que se observou uma queda de imigrantes do período 1986/1991 para o 2005/2010, também se observou uma diminuição de emigrantes no mesmo período, implicando uma diminuição no saldo migratório de toda a região. Mesmo assim, o saldo continuou positivo para todos os municípios da RMC com exceção da cidade de Campinas, não obstante este fenômeno possa ser explicado pela intensificação da mobilidade residencial intrametropolitana entre os municípios da região. De fato, como se pode mostrar, Campinas contribui com quase metade do total de emigrantes da RMC.

Além de seu papel histórico como uma das principais regiões do interior paulista, outro aspecto enfatizado nesse estudo diz respeito à inserção da RMC numa nova forma de organização socioespacial que vem se configurando lenta e gradativamente no Estado de São Paulo, a Macrometrópole Paulista (MMP) ou como recentemente denominada por Silva (2018), a “cidade-região paulista”. De fato, os dados mostram que mais de ¼ dos volumes totais de imigrantes da região no período 2005/2010 provinham desta área; se considerados apenas os imigrantes com origem no Estado de São Paulo, a origem na MMP representava mais de 70%. Obviamente que a relação com a RM de São Paulo tem grande impacto sobre estas características, sendo que historicamente tem sido um dos grandes “provedores” de migração para a região. No entanto, o que até umas décadas atrás poder-se-ia imaginar ser um processo totalmente autônomo de surgimento de uma nova área metropolitana, hoje, sem que esta especificidade se perca, já se pode vislumbrar a RMC como parte de uma nova forma urbana muito mais complexa. No que diz respeito aos emigrantes, a RMC exporta 43,1% para o restante do Estado, portanto o interior demanda mais migrantes da RMC que o restante da MMP.

Dentro das linhas gerais que nortearam este estudo, entre elas, a preocupação por entender o papel da RMC na rede urbana brasileira e paulista e a repercussão desta posição no processo migratório regional, o estudo da transformação do perfil socioeconômico dos trabalhadores migrantes da RMC mostrou-se essencial para se compreender, sobretudo, os impactos das grandes transformações socioeconômicas ocorridas a partir dos anos 1990, no mundo em geral, e no Brasil e no Estado de São Paulo em particular.

No caso da Região Metropolitana de Campinas este processo deveu-se sim ao seu desenvolvimento produtivo endógeno, mas também, como trabalhado nesta tese, considerando o processo de desconcentração industrial da capital do estado de São Paulo em direção ao

interior, principalmente após os anos 1970, que beneficiou em muito o crescimento econômico industrial da região. Neste sentido há uma transformação nos empregos da região, beneficiando trabalhadores da indústria além de altos cargos de direção. Após este período nos anos 1990, de maneira geral houve uma manutenção da participação dos ocupados como diretores e gerentes, nível técnico e serviços administrativos, e um aumento da ocupação de intelectuais em detrimento das categorias aglutinadas como “outros”. É claro que estas participações diferem de acordo com a origem dos migrantes, aqueles do Nordeste, por exemplo tem uma participação muito maior na categoria “outros”.

Desta maneira, o que se observa através dos dados desta tese é a importância da questão estrutural da dinâmica migratória da RMC. Isto fica evidente quando se observa a dinâmica do mercado de trabalho e o processo de reestruturação produtiva da indústria na região. Neste sentido, os dados relacionados à atividade econômica dos migrantes e ‘não migrantes’ da RMC evidenciam a mudança no perfil dos empregos. De maneira geral, os serviços de alta complexidade têm aumentado a sua importância na região, além de quase dobrar o volume de imigrantes que trabalham nesta área, em detrimento dos empregos na indústria de transformação, muito considerando o processo de automação cada vez mais evidente, ocasionado pelo processo de reestruturação produtiva. A própria participação do PIB industrial brasileiro no PIB total é declinante, o mesmo se observa na RMC, em benefício do aumento do PIB do setor terciário.

A principal contribuição desta tese é o olhar sobre a dinâmica sociodemográfica da RMC, especialmente de seus fluxos migratórios, à luz de sua inserção na rede urbana paulista e nacional. Observou-se durante os 3 capítulos, a relevância da Região Metropolitana de Campinas no desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo. A pequena cidade de passagem que ligava o litoral à região do que hoje é o estado do Mato Grosso do Sul, teve seu desenvolvimento como entreposto comercial a importante produtora agrícola. Suas matas de terra roxa deram lugar aos canaviais e grandes usinas que, por sua vez, deram lugar aos históricos cafezais do interior paulista, movidos primeiramente por migrantes africanos trazidos ao Brasil na condição de escravos, e depois por migrantes europeus, principalmente italianos, ambos fluxos motrizes do desenvolvimento regional. Portanto, desde seu princípio a região, que hoje é a RMC, teve nos processos migratórios a fonte de seu desenvolvimento econômico e populacional.

A origem agrícola da região foi quem proporcionou o desenvolvimento da indústria e da urbanização, especialmente da cidade de Campinas. Os grandes casarões dos barões do café contrastavam-se com as modernas estações de trem, que contribuía para o avanço da

cidade. As indústrias, instaladas inicialmente para suprir a tecnificação do campo, se espalharam principalmente na cidade de Campinas. Ademais, desse incentivo à industrialização, o transbordamento do capital cafeeiro também foi destinado à constituição do setor bancário, responsáveis pela transformação da metrópole Campineira em uma região urbana e industrial, com relevância incontestável no cenário estadual e nacional. As indústrias de base para a produção agrícola cafeeira deram lugar às indústrias de tecnologia no início do século XX; aos institutos de pesquisa, como o Instituto Agrônomo de Campinas, fundado ainda no século XIX para levar inovações ao campo, juntaram-se os centros de pesquisa em tecnologia de ponta, como a Universidade Estadual de Campinas nos anos 1960; os migrantes antes relacionados ao processo de migração rural-urbana, foram substituídos por trabalhadores da indústria de outras cidades; e a terra roxa de qualidade, perfeita para a produção rural, deu lugar à expansão urbana principalmente a partir dos anos 1940, à ocupação desordenada nos anos 1970, e mais recentemente, a condomínios fechados, que apesar da tentativa, de longe lembram a experiência da vida rural que deu origem à região.

A relevância da RMC vem, portanto, atrelada aos diversos processos de reestruturação produtiva, que se rebate na reestruturação urbana, e que não pode ser restringida ao tecido urbano metropolitano, mas vai além, para a rede de cidades do estado e do país. Como salientado, os fluxos migratórios são o reflexo e ao mesmo tempo estruturam este processo de reestruturação, já que se vinculam aos movimentos de divisão territorial do trabalho. Neste sentido os processos migratórios permitem este olhar macro, nacional, sobre o processo de urbanização do Brasil, além dos aspectos demográficos mais gerais.

Retomando as ideias de Santos (2011) a RMC seria um destes lugares “luminosos” graças as suas atividades tecnológicas, organização e acúmulo de capital. Neste sentido as luzes da cidade são aquelas que ainda mais atraem os migrantes. As transformações produtivas são fundamentais para compreender os fluxos e as características migratórias, neste sentido o futuro da produção deve influenciar cada vez mais o fenômeno da mobilidade populacional. Em sendo assim, apesar da atualização dos processos industriais considerados nesta tese, estes são cada vez mais dinâmicos e influenciam diretamente os processos de migração que, como observado no primeiro capítulo, estão pautados por processos estruturais. O rápido desenvolvimento tecnológico tem mudado os comportamentos populacionais, refletindo-se tanto nos fluxos de migrantes quanto nas demais características fundamentais para a Demografia, que contribuem também para a migração.

Neste sentido, as mudanças tecnológicas contribuem também para as mudanças na indústria, que sempre se renova e se reestrutura. É claro que as transformações tecnológicas

vinculadas à questão do emprego e da migração são uma importante agenda de pesquisa futura, mas para além disso, de curto a médio prazo, as implicações da crise econômica do país que afetou a região podem ser importante objeto de investigação para os dados do próximo Censo Demográfico. Além disso, cabe investigar como Campinas deve se inserir neste processo de macrometropolização, portanto o futuro de sua autonomia, tão importante na sua formação, neste contexto mais amplo.

REFERÊNCIAS

- AJONAS, A. C. S. **Metropolização do espaço: Itu, Salto e Sorocaba – SP**. 2015. 330f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2015.
- ALVES, M. A. S. Município de Indaiatuba. In: CANO, W.; BRANDÃO, C. A. (coord.). **A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finança e meio ambiente**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002a.
- ALVES, M. A. S. Município de Jaguariúna. In: CANO, W.; BRANDÃO, C. A. (coord.). **A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finança e meio ambiente**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002b.
- ANTUNES, H. F. O modo de vida urbano: pensando as metrópoles a partir das obras de Georg Simmel e Louis Wirth. **Ponto Urbe – Revista do Núcleo de Antropologia da USP**, São Paulo, SP, n 15, 2014.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo, SP: Boitempo, 1999.
- AROCA, P.; ATIENZA, M. Spatial concentration in Latin America and the role of institutions. **Journal of Regional Research**, [s. l.], v. 36, p. 233-253, 2016.
- AURELIANO, L. M. **No limiar da industrialização**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1981.
- BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. In: CUNHA, J. M. P. (org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2011.
- BAENINGER, R. **Região, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes – Brasil 1980-1996**. 1999. 243f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1999.
- BAENINGER, R. **Espaço e tempo em Campinas: migrantes e expansão do polo industrial paulista**. Campinas, SP: Centro de Memória/Unicamp, 1996. (Coleção Campiniana).
- BALÁN, J. Urbanização, migrações internas e desenvolvimento regional: notas para discussão. In: MOURA, H. A. (coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil S.A., Tomo 2, 1980.
- BECKER, B. Tendências de transformação do território no Brasil. Vetores e circuitos. **Revista Território**, Rio de Janeiro, RJ, n. 2, p. 5-17, 1997.
- BECKMAN, M. **Location theory**. New York, NY: Random House, 1968.
- BEGERES BISNETO, V. **Formação territorial e planejamento urbano: por um uso mais solidário do território de Campinas/SP**. 2009. 219f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2009.
- BEIGUELMAN, P. **A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos**. 3. ed. São Paulo, SP: Edusp, 2005.
- BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. 3. ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2002.
- BILSBORROW, R. E. Temas metodológicos claves en el estudio de la migración en países en desarrollo: teoría, recolección de datos políticas. In: CUNHA, J. M. P. (org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2011.

- BILSBORROW, R. E. The state of art and overview of the chapters”. In: BILSBORROW, R. E. **Migration, urbanization, and development: new directions and issues**. Massachusetts: Kluwer Academic Publishers, 1998.
- BRACHO, T. Exclusão educacional como dispositivo de exclusão social. In: OLIVEIRA, M. C. **Demografia da exclusão social**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- BRANDÃO, C. A. **Território & desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. 2. ed. Campinas, SP: Editoria da Unicamp, 2012.
- BRANDÃO, C. A. Município de Paulínia. In: CANO, W.; BRANDÃO, C. A. (coord.). **A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finança e meio ambiente**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.
- BUARQUE DE HOLANDA, S. **Raízes do Brasil**. 26. ed. Rio de Janeiro, RJ: Companhia das Letras, 1995.
- BUSNELLO, R. Reestruturação produtiva e flexibilização dos direitos trabalhistas. In: BEDIN, G. A. **Reestruturação produtiva, desemprego no Brasil e ética nas relações de econômicas**. Ijuí: Editora da Unijuí, 2000.
- CAIADO, M. C. S.; PIRES, M. C. S. Campinas metropolitana: transformações na estrutura urbana atual e desafios futuros. In: CUNHA, J. M. P. (org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2006.
- CANO, W. **Ensaio sobre a crise urbana no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- CANO, W. Base e superestrutura em São Paulo: 1886-1929. In: CANO, W. **Ensaio sobre a crise urbana no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- CANO, W. **Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970-2005**. São Paulo, SP: Editora da Unesp, 2007.
- CANO, W. et al. (org.). **Economia paulista: dinâmica econômica entre 1980 e 2005**. Campinas, SP: Alínea, 2007.
- CANO, W.; BRANDÃO, C. A. (coord.). **A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finança e meio ambiente**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.
- CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.
- CARLOS, A. F. A. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **Crise urbana**. São Paulo, SP: Contexto, 2015.
- CARTER, D. K. (ed.) **Remaking post-industrial cities: lessons from North America and Europe**. New York, NY: Routledge, 2016.
- CASTELLO BRANCO, M. L. G.; PEREIRA, R. H. M.; NADALIN, V. C. Rediscutindo a delimitação das Regiões Metropolitanas no Brasil: um exercício a partir dos critérios da década de 1970. In: FURTADO, B. A.; KRAUSE C.; FRANÇA, K. C. B. **Território metropolitano, políticas municipais: por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano**. Brasília, DF: Ipea, 2013.
- CASTELS, S.; DE HAAS, H.; MILLER, M. J. **The age of migration: international population movements in the modern world**. 5. ed. New York, NY: Palgrave Macmillan, 2014.
- CASTRO, A. B.; SOUZA, F. E. P. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1985.

- CEPAL. Industrialização na América Latina. In: PEREIRA, L. (org.). **Urbanização e desenvolvimento**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1973.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo, SP: Xamã, 1996.
- CORRÊA, R. L. **A rede urbana**. 2. ed. São Paulo, SP: Ática, 1994.
- CUNHA, J. M. P. (org.). **Dinâmica demográfica e socioespacial no Brasil metropolitano: convergências e especificidades regionais**. São Carlos, SP: Editora da Ufscar, 2018.
- CUNHA, J. M. P. et al. Faces demográficas da metropolização brasileira: algumas reflexões. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 21., 2018, Poços de Caldas. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2018.
- CUNHA, J. M. P.; FALCÃO, C. A. (org.). **Campinas metropolitana: diversidades socioespaciais na virada para o século XXI**. Campinas, SP: Librum Editora, 2017.
- CUNHA, J. M. P. Aglomerações urbanas e mobilidade populacional: o caso da Região Metropolitana de Campinas. **Revista Brasileira de Estudo de População**, Rio de Janeiro, RJ, v. 33, n. 1, p. 99-127, 2016.
- CUNHA, J. M. P. Dinâmica demográfica e migratória 1991-2010: realidades e mitos. In: MARQUES, E. (org.). **A metrópole de São Paulo no século XXI: espaços, heterogeneidades e desigualdades**. São Paulo, SP: Editora da Unesp, 2015a.
- CUNHA, J. M. P. A migração interna no Brasil nos últimos cinquenta anos: (des)continuidades e rupturas. In: ARRETCHÉ, M. **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo, SP: Editora da Unesp; CEM, 2015b.
- CUNHA, J. M. P. et al. A mobilidade pendular na Macrometrópole Paulista: diferenciação e complementariedade socioespacial. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, SP, v. 15, n. 30, p. 433-459, 2013.
- CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R. Cenários da migração no Brasil nos anos 90. **Caderno CRH**, Salvador, BA, v. 18, n. 43, p. 87-101, 2005.
- CUNHA, J. M. P.; DEDECCA, C. S. Migração e trabalho na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 90: uma abordagem sem preconceito. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, SP, v. 17, n. 1/2, p. 97-118, 2000.
- CUNHA, J. M. P. (Des)continuidades no padrão demográfico do fluxo São Paulo/Bahia no período de 1970/1991: qual o efeito da crise? **Revista Brasileira de Estudo de População**, Brasília, DF, v. 16, n. 3, p. 83-97, 1999.
- CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R. Processo de metropolização e migração: análise comparativa entre São Paulo e Campinas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 8, n. 4, p. 109-116, 1994.
- DA MATA, D. et al. Migração, qualificação e desempenho das cidades brasileiras. In: CARVALHO, A. X. Y. et al. (org.). **Dinâmica dos municípios**. Brasília, DF: IPEA, 2008.
- DAZANO, M. Q.; NEGREIROS, R. A gestão das regiões metropolitanas do interior paulista: Região Metropolitana de Campinas e Região Metropolitana da Baixada Santista. In: CUNHA, J. M. P. (org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2006.
- DE HAAS, H. What drives human migration? In: ANDERSON B.; COMPAS, M. K. (ed.). **Migration: a COMPAS anthology**. Oxford: University of Oxford, 2014a.

DE HAAS, H. Migration theory:who vadis? **Working Papers – Paper 100**, International Migration Institute, University of Oxford, 2014b.

DE HAAS, H. Migration and development: a theoretical perspective? **Working Papers – Paper 9**, International Migration Institute, University of Oxford, 2008.

DEDECCA, C. S.; CUNHA, J. M. P. Migração, trabalho e renda nos anos 90: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudo de População**, Campinas, SP, v. 21, n. 1, p. 49-66, 2004.

DINIZ, C. C. Impactos territoriais da reestruturação produtiva. In: RIBEIRO, L. C. Q. (org.). **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro, RJ: Revan, 2000.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil:nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia**, Belo Horizonte, MG, v. 3, n. 1, p. 35-64, 1993.

DOMENACH, H. Movilidad espacial de la población: desafíos teóricos y metodologías. In: CUNHA, J. M. P. (org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2011.

DOTA, E. M. **Mobilidade residencial intrametropolitana na RM de Campinas: uma abordagem a partir da distribuição espacial dos migrantes**. 2015. 234f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015.

DUPONT, V.; PUMAIN, D. Introducción: de la ciudad compacta a las metrópolis policéntricas. In: DUREAU, F. et al. (coord.). **Metrópolis en movimiento: una comparación internacional**. Bogotá: Alfaomega Colombiana S. A., 2000.

DUREAU, F. et al. Introducción general. In: DUREAU, F. et al. (coord.). **Metrópolis en movimiento: una comparación internacional**. Bogotá: Alfaomega Colombiana S. A., 2000.

EGLER, C. A. G. **Crise e questão regional no Brasil**. 1993. 253f. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1993.

ENGELS, F. **Para a questão da habitação**. Lisboa: Editorial Avante!, 2008.

FERNANDES, A. C. A.; BRANDÃO, C. A.; CANO, W. A Região Metropolitana de Campinas: análise integrada. In: CANO, W.; BRANDÃO, C. A. (coord.). **A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finança e meio ambiente**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

FERNANDES, A. C. A.; VENTURA, K. S. Município de Engenheiro Coelho. In: CANO, W.; BRANDÃO, C. A. (coord.). **A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finança e meio ambiente**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

FIRKOWSKI, O. L. C. F. Metrôpoles e Regiões Metropolitanas no Brasil: conciliação ou divórcio? In: FURTADO, B. A.; KRAUSE, C.; FRANÇA, K. C. B. **Território metropolitano, políticas municipais: por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano**. Brasília, DF: Ipea, 2013.

FIRKOWSKI, O. L. C. F. Por que as Regiões Metropolitanas no Brasil são regiões mas não são metropolitanas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, PR, n. 122, p. 19-38, 2012.

FUNDAÇÃO DOM CABRAL. **O que seria a indústria 4.0?: pesquisa sobre digitalização**. São Paulo, SP: FDC, 2016.

- FUNDAÇÃO SEADE. **Rede urbana e regionalização do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP: Fundação SEADE, 2011.
- GALVÃO, M. V. et al. Áreas de pesquisa para determinação de áreas metropolitanas. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, RJ, v. 31, n. 4, p. 53-140, 1969.
- GARCIA, R. A.; MIRANDA-RIBEIRO, A. Movimentos migratórios em Minas Gerais: efeitos diretos e indiretos da migração de retorno – 1970-1980, 1981-1991 e 1990-2000. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, SP, v. 22, n. 1, p. 159-175, 2005.
- GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa; Biblioteca de Economia Contemporânea, 1977.
- GOIS, J. C. S. A ampliação do trabalho intelectual e o setor de serviços na conjuntura da reestruturação produtiva. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICAS SOCIAIS, 2., 2017, Florianópolis, SC. **Anais...** Florianópolis, SC: UFSC, 2017.
- GRAZIANO DA SILVA, J. A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. In: GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: IE/Unicamp, 1996.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1981.
- HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.
- HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo, SP: Loyola, 1993.
- HERNANDEZ-LEÓN, R. **Metropolitan migrants: the migration of urban Mexicans to the United States**. London: University of California Press, 2008.
- HERRICK, B. H. **Urban migration and economic development in Chile**. London: The M.I.T. Press, 1965.
- HUTTON, T.; LEY, D. Location, linkages, and labor: the downtown complex of corporate activities in a medium size city, Vancouver, British Columbia. **Economic Geography**, US, v. 63, n. 2, p. 126-141, 1987.
- IPEA. Trajetórias do desenvolvimento no Brasil. In: IPEA. **Perspectivas do desenvolvimento brasileiro**. Brasília, DF: Ipea, 2010.
- JANUZZI, P. M. Perfis etários da migração por motivos e acompanhantes da mudança: evidências empíricas para São Paulo entre 1980 e 1993. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Brasília, DF, v. 15, n. 2, p. 19-44, 1998.
- JONAS, A. E. G.; McCANN, E.; THOMAS, M. **Urban geography: a critical introduction**. Oxford: Wiley Blackwell, 2015.
- KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 2006.
- LAPA, J. R. A. **A cidade: os cantos e os antros**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.
- LENCIONI, S. Urbanização difusa e a constituição de megaregiões: o caso de São Paulo-Rio de Janeiro. @METROPOLIS – **Caderno Eletrônico de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, RJ, n. 22, ano 6, p. 6-15, 2015a.

LENCIONI, S. Estado de São Paulo: lugar de concentração da inovação e da intensidade tecnológica da indústria brasileira. In: SPOSITO, E. S. (org.). **O novo mapa da indústria no início do século XIX: diferentes paradigmas para a leitura das dinâmicas territoriais do estado de São Paulo**. São Paulo, SP: Editora da Unesp, 2015b.

LENCIONI, S. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. In: FERRERIA, A. et al. **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro, RJ: Consequência, 2013.

LENCIONI, S. A metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, PR, n. 120, p. 133-148, 2011.

LENCIONI, S. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. **Revista de Geografia Norte Grande**, Santiago de Chile, Chile, n. 39, p. 7-20, 2008.

LENCIONI, S. Mudanças na metrópole de São Paulo (Brasil) e transformações industriais. **Revistas do Departamento de Geografia**, São Paulo, SP, n. 12, p. 27-42, 1998.

LESSA, C. **15 Anos de política econômica**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1983.

LIPIETZ, A. Fordismo, fordismo periférico e metropolização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, RS, v. 10, n. 2, p. 303-335, 1989.

LOBO, C.; MATOS, R. Migrações e a dispersão espacial da população nas regiões de influência das principais metrópoles brasileiras. **Revista Brasileira de Estudo de População**, Rio de Janeiro, RJ, v. 28, n. 1, p. 81-101, 2011.

MANFREDO, M. T. **Desigualdades e produção do espaço urbano: o caso de Hortolândia na Região Metropolitana de Campinas**. 2007. 203f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007.

MANHÃES, V. T.; ROSENDO, R. C. Evolução da densidade industrial nos Estados do Sudeste brasileiro (2000/2010): vivenciamos em um fenômeno de desindustrialização? **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, BA, v. 3, n. 35, p. 924-953, 2016.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MARKUSEN, A. **Regions: the economics and politics of territory**. 2. ed. New Jersey: Rowman & Littlefield, 1984.

MARQUES E.; REQUENA, C. Trajetórias demográficas diversas e heterogeneidade. In: MARQUES, E. (org.). **A metrópole de São Paulo no século XXI: espaços, heterogeneidades e desigualdades**. São Paulo, SP: Editora da Unesp, 2015.

MARTINE, G. Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola. In: MARTINE, G.; GARCIA, R. C. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo, SP: Caetés, 1987.

MARTINEZ, J. W. Município de Valinhos. In: CANO, W.; BRANDÃO, C. A. (coord.). **A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finança e meio ambiente**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

MATOS, R. Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. **Revista Brasileira de Estudo de População**, Campinas, SP, v. 12, n. 1/2, p. 35-58, 1995.

MATTOS, C. A. Reestructuración económica y metamorfosis urbana en América Latina: de la ciudad a la región urbana. In: NOYOLA, J.; MATTOS, C. A.; ORELLANA, A. (ed.).

Urbanización en tiempos de crisis: impactos, desafíos y propuestas. Santiago de Chile, Chile: Pontificia Universidad de Chile, 2013. (Colección Estudios Urbanos UC).

MATTOS, C. A. Globalização e metropolização: Santiago, uma história de mudança e continuidade. In: RIBEIRO, L. C. Q. (org.). **O futuro das metrópoles:** desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro, RJ: Revan, 2000.

MELLO, J. M. C. **O capitalismo tardio:** Contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira. 1975. 201f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1975.

MENEZES FILHO, N.; KIRSCHBAUM, C. Educação e desigualdade no Brasil. In: ARRETCHE, M. (org.). **Trajetórias das desigualdades:** como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo, SP: Editora da Unesp, 2015.

MIGLIORANZA, E. **Condomínios fechados:** Localização de pendularidade. Um estudo de caso no município de Valinhos, SP. 2005. 105f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005.

MOURA, R. **Arranjos urbano-regionais no Brasil:** uma análise com foco em Curitiba. 2009. 243f. Tese (Doutorado) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2009.

NEGREIROS, R.; TEIXEIRA, M. R. Município de Hortolândia. In: CANO, W.; BRANDÃO, C. A. (coord.). **A Região Metropolitana de Campinas:** urbanização, economia, finança e meio ambiente. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002a.

NEGREIROS, R. Município de Sumaré. In: CANO, W.; BRANDÃO, C. A. (coord.). **A Região Metropolitana de Campinas:** urbanização, economia, finança e meio ambiente. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002b.

NEGRI, B. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990).** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

NORTH, D. C. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARAZMAN, J. (org.). **Economia regional:** textos escolhidos. Belo Horizonte, MG: CEDEPLAR, CETREDE, Minter, 1977.

OLIVEIRA, F. Malthus e Marx: falso encanto e dificuldade radical. **Textos NEPO 4,** Campinas, SP, 1985.

OLIVEIRA, F. **O Estado e o urbano no Brasil.** São Paulo, SP: Cortez, 1982. (Espaço & Debates – Revista de Estudos Regionais e Urbanos, v. 6).

ORTEGA, A. C.; JESUS, C. M. **Café e território:** a cafeicultura do Cerrado Mineiro. Campinas, SP: Alínea Editora, 2012.

PACHECO, C. A. **Fragmentação da nação.** Campinas, SP: IE/Unicamp, 1998.

PELIANO, J. C. **Acumulação do trabalho e mobilidade do capital.** Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1990.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI.** Rio de Janeiro, RJ: Intrínseca, 2013.

PIRES, M. C. S. **Morar na metrópole:** expansão urbana e mercado imobiliário na Região Metropolitana de Campinas. 2007. 169f. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007.

PUPO, F. V. Município de Americana. In: CANO, W.; BRANDÃO, C. A. (coord.). **A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finança e meio ambiente**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

QUEIROGA, E. F.; BENFATTI, D. M. Entre o nó e a rede, dialíticas espaciais contemporâneas: o caso da metrópole de Campinas diante da megalópole do Sudeste do Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, SP, v. 9, n. 1, p. 41-52, 2007.

RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. In: MOURA, H. A. **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil S. A., v. 4, 1985.

REOLON, C. A. A dinâmica recente da dimensão espacial da reestruturação produtiva no Estado de São Paulo. In: SPOSITO, E. S. (org.). **O novo mapa da indústria no início do século XIX: diferentes paradigmas para a leitura das dinâmicas territoriais do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP: Editora da Unesp, 2015.

RIBEIRO, C. C.; CENEVIVA, R.; BRITO, M. M. A. Estratificação educacional entre jovens no Brasil: 1960 a 2010. In: ARRETCHE, M. (org.). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo, SP: Editora da Unesp, 2015.

RIBEIRO, L. C. Q.; DINIZ, N. Financeirização, mercantilização e reestruturação espaço-temporal: reflexões a partir do enfoque dos ciclos sistêmicos de acumulação e da teoria do duplo movimento. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, SP, v. 19, n. 39, p. 351-377, 2017.

RIGOTTI, J. I. R. Geografia dos fluxos populacionais segundo níveis de escolaridade dos migrantes. **Estudos Avançados**, São Paulo, SP, v. 20, n. 57, p. 237-254, 2006.

SANTOS, E. C. A reestruturação produtiva: do fordismo à produção flexível no Estado de São Paulo. In: SPOSITO, E. S. (org.). **O novo mapa da indústria no início do século XIX: diferentes paradigmas para a leitura das dinâmicas territoriais do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP: Editora da Unesp, 2015.

SANTOS, M. Divisão social do trabalho como uma nova pista para o estudo da organização espacial e da urbanização nos países subdesenvolvidos. In: SANTOS, M. **Da totalidade do lugar**. São Paulo, SP: Edusp, 2008.

SANTOS, M. O Brasil território e sociedade no início do século XXI. São Paulo, SP: Record, 2011.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. As diferenciações do território. In: SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2005.

SASSEN, S. O impacto urbano da globalização econômica. In: SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo, SP: Studio Nobel, 1998.

SEMEGHINI, U. C. **Do café à indústria: uma cidade e seu tempo**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1991.

SILVA, É. T. **Estrutura urbana e mobilidade espacial nas metrópoles**. Rio de Janeiro, RJ: Observatório das Metrópoles, 2013.

SILVA, K. A. A. **Novas formas urbanas e o olhar através da demografia: a estruturação da Cidade-Região Paulista**. 2018. 307f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2018.

SILVA, K. A. A. et al. Crescimento das cidades médias e interiorização da migração: realidade ou mito? **Revista Geografias**, Dossiê Migração, Edição Especial, Belo Horizonte, MG, 2017.

SILVA, K. A. A.; CUNHA, J. M. P.; ORTEGA, G. M. Um olhar demográfico sobre a constituição da macrometrópole paulista: fluxos populacionais, integração e complementaridade. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, SP, v. 19, n. 40, p. 721-748, 2017.

SILVA, R. A. Município de Pedreira. In: CANO, W.; BRANDÃO, C. A. (coord.). **A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finança e meio ambiente**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. (org.). **O fenômeno urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1973.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. A. **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil S. A., 1980.

SIQUEIRA, H. **Economia metropolitana e mercado de trabalho: um estudo das regiões metropolitanas do Estado de São Paulo**. 2008. 238f. Tese (Doutorado) –Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008.

SIQUEIRA, H. Novo desenvolvimento e dinâmica urbano-regional no Brasil (2004-2012). **Revista de Estudios Urbanos Regionales (EURE)**, [s. l.], v. 41, n. 122, p. 261-277, 2015.

SOJA, E. **Geografia pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 1993.

SPOSITO, E. S. Rede urbana e eixos de desenvolvimento: dinâmica territorial e localização da indústria e do emprego no Estado de São Paulo. In: SPOSITO, E. S. (org.). **O novo mapa da indústria no início do século XIX: diferentes paradigmas para a leitura das dinâmicas territoriais do estado de São Paulo**. São Paulo, SP, Editora da Unesp, 2015.

RODRIGUEZ VIGNOLI, J.; ROWE, F. How is internal migration reshaping metropolitan populations in Latin America? A new method and new evidence. **Population Studies**, London, v. 72, n. 2, p. 253-273, 2018.

RODRIGUEZ VIGNOLI, J. **Migración interna y asentamientos humanos en América Latina y el Caribe (1990-2010)**. Santiago, Chile: CEPAL, 2017. (Serie Población y Desarrollo, n. 121).

RODRIGUEZ VIGNOLI, J. Qué definiciones, que teorías, qué fuentes y qué metodologías precisamos para el estudio de la migración interna en la actualidad? In: CUNHA, J. M. P. (org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2011.

VIGNOLI, J. R.; ROWE, F. How is internal migration reshaping metropolitan populations in Latin America? A new method and new evidence. **Population Studies**, London, v. 72, n. 2, p. 253-573, 2018.

VIGNOLI, J. R. **Migración interna y asentamientos humanos en América Latina y el Caribe (1990-2010)**. Santiago de Chile, Chile: CEPAL, 2017. (Serie Población y Desarrollo, n. 121).

VIGNOLI, J. R. Qué definiciones, que teorías, qué fuentes y qué metodologías precisamos para el estudio de la migración interna en la actualidad? In: CUNHA, J. M. P. **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2011.

WEBER, A. **Theory of the location of industries**. 7. ed. London: The University of Chicago Press, 1969.

WERNEK, H. Reestruturação produtiva e desestruturação do mundo do trabalho. **Economia & Gestão**, Belo Horizonte, MG, v. 2, n. 3, p. 9-35, 2002.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O. G. (org.). **O fenômeno urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1973.

YAHNN FILHO, A. G. **Relações internacionais e atores subnacionais**. Campinas, SP: Alínea Editora, 2013.

ZELINSKY, W. The impasse in migration theory: a sketch map for potential escapes. In: IUSPP. **Population movements: their forms and functions in urbanization and development**. Liège: IUSPP, 1983.

ZELINSKY, W. The hypothesis of the mobility transition. **Geographical Review**, New York, NY, v. 61, n. 2, p. 219-249, 1971.

APÊNDICE METODOLÓGICO

Para esta tese foram utilizados os dados do Censo Demográfico Brasileiro da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dos anos de 1991, 2000 e 2010 na sua versão em microdados. O quesito do Censo de “data fixa” (pergunta da amostra a respeito da cidade de residência 5 anos antes da data de referência considerada para as respostas no Censo) foi utilizado para determinar os migrantes. Assim a categoria ‘migrantes’ foi resultado do cruzamento do município atual de residência com o município de residência 5 anos antes da data de referência. Os ‘não migrantes’ foram considerados aqueles com mais de 10 anos de residência no município atual em que vive.

A partir destas variáveis construiu-se matrizes migratórias para os anos de 1991, 2000 e 2010, referentes aos períodos de 1985/1991, 1995/2000 e 2005/2010. As matrizes foram construídas da seguinte forma:

$$M = \begin{bmatrix} a_{i1} & a_{ij} \\ a_{in} & a_{jn} \end{bmatrix}$$

Onde:

a_{ij} = Saída do migrante do município i para o município j .

$\sum_{j=1}^n a_{ij}$ = Total de pessoas que emigraram do município i .

$\sum_{i=1}^n a_{in}$ = Total de pessoas que imigraram para o município i .

A mesma lógica foi utilizada para a construção das matrizes de mobilidade pendular, exceto que utilizou-se as variáveis referentes a se o indivíduo realiza ou não mobilidade diária para estudo e/ou trabalho – no caso do Censo de 2000 – e se realiza ou não mobilidade, e para qual finalidade (se estudo ou trabalho) – no caso de Censo de 2010 – e em seguida para qual município. Como há essa diferença no quesito nos dois censos que investigaram o fenômeno, optou-se por juntar as respostas dos estudantes e trabalhadores do Censo de 2010, possibilitando a compatibilização das análises nos dois períodos.

As análises foram separadas em diferentes ‘modalidades migratórias’, já que compreende-se que este fenômeno pode ter características distintas, dependendo da origem do migrante. Assim, os migrantes foram categorizados em:

- **Intrametropolitano:** aqueles que migraram entre os municípios da Região Metropolitana de Campinas;

- **Intra-MMP:** aqueles que migraram entre os municípios da Macrometrópole Paulista, que não os da RMC;
- **Intraestadual:** aqueles que migraram entre os municípios do Estado de São Paulo que não os da MMP ou da RMC;
- **Interestaduais:** aqueles que migraram de municípios de outros Estados da Federação, que não o Estado de São Paulo.

Para esta tese não foram considerados os migrantes internacionais, por não representarem uma parcela significativa entre os migrantes da RMC.

Para a caracterização dos migrantes, foram necessários criar compatibilizações entre os 3 Censos utilizados neste tese. No caso da escolarização, até o Censo de 2000, o recenseamento era realizado através dos anos de estudos, já no ano de 2010, o Censo passou a perguntar qual a escolaridade do recenseado, portanto foi necessária uma adequação nos seguintes moldes:

Anos de estudo		Escolaridade
1991	2000	2010
0 a 3 anos		Sem instrução e ensino fundamental incompleto
4 a 7 anos		Ensino fundamental completo e ensino médio incompleto
8 a 14 anos		Ensino médio incompleto e superior incompleto
15 anos ou mais		Ensino superior completo

Em relação as Atividades Econômicas, estas são baseadas na CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas). É necessário inicialmente destacar que há uma diferença na coleta dos dados do Censo de 1991, este foi baseado considerando um período de 12 meses, já para os Censos de 2000 e 2010 utilizou uma semana específica como referência. Considerando a proposta de Siqueira (2008), optou por uma classificação da CNAE em 6 grupos, construídos a partir da seguinte compatibilização:

Tipo de ocupação	Códigos das Atividades econômicas		
	1991	2000	2010
Atividades Agrícolas e Indústria de Extração	011 a 059	01101 a 14004	01101 a 09000
Indústria de Transformação	100 a 300	15010 a 37000	10010 a 33002
Construção	340	5001 a 45999	41000 a 43999
Serviços de Baixa Complexidade	410 a 424, 463, 471 a 475, 477 a 481, 511 a 551, 577 a 613, 452 a 461, 615 a 619	50010 a 61000, 63010 a 64010, 66000 a 72020, 90000 a 92012, 90015 a 99000	45010 a 50000, 52010 a 56999, 68000, 77010 a 82009
Serviços de Alta Complexidade	451, 462, 464, 476, 482, 614, 552 a 576, 621 a 632	62000, 64020 a 65000, 73000 a 74090, 80011 a 85999, 92013 a 92014	51000, 58000 a 66002, 69000 a 75000, 85011 a 88000, 90000 a 99000

No quesito Ocupação, os dados foram compatibilizados em 5 categorias distintas considerando a CBO (Classificação Brasileira de Atividades). Não utilizou-se os dados de 1991 pela incompatibilidades das atividades da CBO, em relação ao período dos demais censos. Seguem os códigos das ocupações utilizadas para construir a classificação:

Ocupação	Código das ocupações	
	2000	2010
Diretores e gerentes	1111 a 1320	1111 a 1439
Intelectuais	2011 a 2631	2111 a 2659
Nível técnico	3011 a 3912	3111 a 3522
Servidores administrativos	4101 a 4241	4110 a 4419
Outras	5101 a 5243	5111 a 5419
	6110 a 6430	6111 a 6225
	7101 a 7842	7111 a 7549
	8101 a 8711	8111 a 8350
	9101 a 9922	9111 a 9629
	-	0110 a 0999

Cabe ressaltar que a variável “Outras” é heterogênea e contempla atividades de baixa qualificação e atividades manuais.

Por fim seguem as fórmulas base para os cálculos das taxas utilizadas na tese:

- **Taxa de Migração Líquida Média Anual:**

$$TML = \frac{SM^t}{P} * 100$$

Onde:

P = População média do período considerado¹⁰⁸.

SM^t = Saldo migratório no mesmo período.

t = Número de anos do período (no caso os anos transcorridos entre um censo e outro).

- **Taxa média anual de crescimento populacional:**

$$r = \left(\left(\left(\frac{PT1}{PT0} \right)^{\frac{1}{t}} \right) - 1 \right) * 100$$

Onde:

$PT0$ = População no momento inicial.

$PT1$ = População no momento final.

t = Anos transcorridos no período analisado (no caso do período 1991-2000, por exemplo, $t=9$).

¹⁰⁸ Utilizou-se a média da população no período como uma *proxy* da população do meio do período, que seria o denominador mais adequado por mais se aproximar da noção de “anos pessoas” vividos no período.

ANEXO

TABELA 1 – Distribuição da população total segundo idade e sexo. RMC – 1991

1991	RMC Total		
	Masculino	Feminino	Total
0 a 4	92.501	89.010	181.511
5 a 9	98.467	95.023	193.490
10 a 14	97.161	94.344	191.505
15 a 19	86.465	86.116	172.581
20 a 24	90.271	87.836	178.107
25 a 29	88.623	89.895	178.518
30 a 34	81.541	83.451	164.992
35 a 39	70.964	70.950	141.914
40 a 44	56.555	54.950	111.505
45 a 49	41.921	41.834	83.755
50 a 54	34.678	35.111	69.789
55 a 59	27.826	30.140	57.966
60 a 64	23.465	25.651	49.116
65 a 69	16.285	18.806	35.091
70 a 74	10.397	12.623	23.020
75+	11.528	16.599	28.127
Total	928.648	932.339	1.860.987

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991). Tabulação especiais.

TABELA 2 – Distribuição da população total segundo idade e sexo. RMC – 2000

2000	RMC Total		
	Masculino	Feminino	Total
0 a 4	97.396	93.395	190.791
5 a 9	99.914	96.409	196.323
10 a 14	107.114	104.615	211.729
15 a 19	113.943	113.230	227.173
20 a 24	113.292	113.111	226.403
25 a 29	103.431	102.956	206.387
30 a 34	98.667	100.507	199.174
35 a 39	92.876	97.177	190.053
40 a 44	82.916	86.806	169.722
45 a 49	68.185	70.804	138.989
50 a 54	53.168	54.119	107.287
55 a 59	37.733	40.337	78.070
60 a 64	30.371	34.016	64.387
65 a 69	23.264	27.632	50.896
70 a 74	17.335	21.710	39.045
75+	18.613	27.839	46.452
Total	1.158.218	1.184.663	2.342.881

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000). Tabulação especiais.

TABELA 3 – Distribuição da população total segundo idade e sexo. RMC – 2010

2010	RMC Total		
	Masculino	Feminino	Total
0 a 4	89.489	85.918	175.407
5 a 9	93.748	89.926	183.674
10 a 14	109.379	105.650	215.029
15 a 19	112.976	109.985	222.961
20 a 24	129.640	125.608	255.248
25 a 29	133.863	133.706	267.569
30 a 34	123.185	125.768	248.953
35 a 39	109.009	112.441	221.450
40 a 44	102.429	106.982	209.411
45 a 49	92.262	99.676	191.938
50 a 54	81.033	88.006	169.039
55 a 59	64.342	70.510	134.852
60 a 64	47.677	53.434	101.111
65 a 69	32.973	38.885	71.858
70 a 74	24.411	30.838	55.249
75+	31.433	49.425	80.858
Total	1.377.849	1.426.758	2.804.607

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010). Tabulação especiais.

TABELA 4 – Volume dos imigrantes e emigrantes “data fixa” segundo grande região. RMC – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010

Modalidade migratória	Volume imigrantes			Volume emigrantes		
	1986/1991	1995/2000	2005/2010	1986/1991	1995/2000	2005/2010
Interesdadual	111710	94567	84872	23487	44603	39850
Outros SP	48933	41768	27005	24842	31962	24710
Intra-MMP	74300	90624	66925	22653	34465	32566
Intrametropolitano	52723	65211	63349	52723	65211	63349
Total	287667	292171	242151	123705	176241	160475

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991; 2000; 2010). Tabulação especiais.

(*) Não considera o Estado de São Paulo.

TABELA 5 – Volume dos imigrantes “data fixa” por modalidade migratória e segundo municípios.
RMC –1986/1991

Município	Volume Modalidade Migratória 1991				Total
	Interestadual	Intraestadual	Intra-MMP	Intrametropolitano	
Americana	5.598	2.001	3.536	7.700	18.835
Artur Nogueira	2.580	1.211	1.621	677	6.090
Campinas	47.266	5.133	22.366	15.897	90.662
Cosmópolis	2.557	1.323	1.958	721	6.559
Engenheiro Coelho (*)	NA	NA	NA	NA	NA
Holambra (*)	NA	NA	NA	NA	NA
Hortolândia (*)	NA	NA	NA	NA	NA
Indaiatuba	20.355	1.188	9.319	1.785	32.648
Itatiba	7.698	487	3.397	805	12.387
Jaguariúna	4.330	1.432	640	854	7.256
Monte Mor	7.816	2.162	2.706	589	13.272
Morungaba	1.104	349	366	185	2.005
Nova Odessa	7.749	2.693	1.620	1.324	13.387
Paulínia	6.585	2.161	1.284	597	10.627
Pedreira	2.218	283	382	727	3.610
Santa Bárbara d'Oeste	30.625	8.641	5.654	8.145	53.064
Santo Antônio de Posse	1.939	456	280	500	3.175
Sumaré	61.063	20.062	15.482	6.315	102.922
Vinhedo	8.763	2.061	1.630	1.554	14.008
Valinhos	5.276	1.079	2.060	557	8.972
RMC	287.667	52.723	74.300	48.933	463.623

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991). Tabulação especiais.

(*) Estes municípios não existiam como tal quando da realização do Censo Demográfico de 1991, assim não é possível calcular os dados de migração para este ano.

TABELA 6 – Volume dos imigrantes “data fixa” por modalidade migratória e segundo municípios
RMC – 1995/2000

Município	Volume Modalidade Migratória 2000				Total
	Interestadual	Intraestadual	Intra-MMP	Intrametropolitano	
Americana	4.033	5.589	6.028	3.414	19.064
Artur Nogueira	1.923	2.264	2.126	817	7.131
Campinas	39.452	9.262	25.161	16.427	90.302
Cosmópolis	2.123	740	2.106	741	5.710
Engenheiro Coelho	1.208	304	793	189	2.494
Holambra	420	463	135	132	1.150
Hortolândia	7.278	13.417	6.452	3.305	30.451
Indaiatuba	7.100	2.346	12.024	2.745	24.215
Itatiba	3.566	853	5.129	432	9.980
Jaguariúna	1.308	1.060	1.764	779	4.911
Monte Mor	1.512	1.781	1.910	518	5.720
Morungaba	430	345	406	207	1.389
Nova Odessa	1.390	2.727	1.567	781	6.465
Paulínia	2.781	2.308	2.099	1.077	8.265
Pedreira	1.152	558	755	1.008	3.473
Santa Bárbara d'Oeste	3.916	4.778	5.873	3.443	18.010
Santo Antônio de Posse	751	421	280	364	1.816
Sumaré	9.137	10.297	9.087	3.582	32.103
Vinhedo	3.224	4.399	2.738	1.287	11.648
Valinhos	1.862	1.301	4.190	520	7.872
RMC	94.567	65.211	90.624	41.768	292.171

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000). Tabulação especiais.

(*) Estes municípios não existiam como tal quando da realização do Censo Demográfico de 1991, assim não é possível calcular os dados de migração para este ano.

TABELA 7 – Volume dos imigrantes “data fixa” por modalidade migratória e segundo municípios RMC – 2005/2010

Município	Volume Modalidade Migratória 2010				Total
	Interestadual	Intraestadual	Intra-MMP	Intrametropolitano	
Americana	4.200	5.280	4.392	2.660	16.531
Artur Nogueira	2.151	1.581	1.493	561	5.785
Campinas	31.301	7.202	16.056	8.858	63.417
Cosmópolis	2.653	1.486	929	270	5.338
Engenheiro Coelho	2.379	326	794	215	3.713
Holambra	580	653	354	413	2.000
Hortolândia	6.212	9.629	5.702	1.770	23.312
Indaiatuba	6.356	2.292	10.229	1.961	20.839
Itatiba	3.079	941	4.379	759	9.159
Jaguariúna	1.803	1.252	1.630	729	5.413
Monte Mor	1.555	2.933	1.587	329	6.403
Morungaba	322	267	367	116	1.071
Nova Odessa	1.185	2.160	1.273	556	5.174
Paulínia	4.156	5.186	2.031	910	12.283
Pedreira	977	296	657	590	2.519
Santa Bárbara d'Oeste	2.291	3.665	2.818	2.257	11.031
Santo Antônio de Posse	295	694	213	241	1.443
Sumaré	8.498	10.671	5.368	2.208	26.744
Vinhedo	3.020	5.462	3.415	602	12.499
Valinhos	1.860	1.376	3.241	999	7.476
RMC	84.872	63.349	66.925	27.005	242.151

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010). Tabulação especiais.

(*) Estes municípios não existiam como tal quando da realização do Censo Demográfico de 1991, assim não é possível calcular os dados de migração para este ano.

TABELA 8 – Volume imigrantes e emigrantes “data fixa” segundo grande região. RMC –1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010

Região	Imigrantes			Emigrantes		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Norte	3.998	3.684	2.368	663	1.836	1.732
Nordeste	29.689	35.125	39.783	3.321	8.161	8.484
Sudeste (*)	26.780	22.335	23.877	9.718	16.881	12.623
Sul	42.356	24.204	13.914	6.033	11.985	11.695
Centro-Oeste	8.887	9.218	4.931	3.753	5.740	5.317
Total	111.710	94.567	84.872	23.487	44.603	39.850

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991; 2000; 2010). Tabulação especiais.

(*) Não considera o Estado de São Paulo.

TABELA 9 – Volume dos imigrantes e emigrantes “data fixa” segundo grande região e estados selecionados. RMC –1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010

Região	Estado	Imigrantes			Emigrantes		
		1991	2000	2010	1991	2000	2010
Nordeste	Maranhão	1.210	3.058	5.952	190	299	642
	Piauí	1.225	1.756	3.441	67	745	396
	Ceará	3.370	2.945	3.499	663	1.299	944
	Rio Grande do Norte	1.456	1.029	379	502	528	361
	Paraíba	1.986	1.543	2.630	199	581	639
	Pernambuco	5.517	5.070	5.568	564	1.298	1.593
	Alagoas	2.774	4.079	3.417	76	502	452
	Sergipe	559	1.205	551	159	223	456
	Bahia	11.593	14.440	14.344	901	2.686	3.001
Sudeste	Minas Gerais	21.209	18.489	19.658	7.760	14.029	9.913
	Espírito Santo	747	882	731	231	586	654
	Rio de Janeiro	4.824	2.964	3.487	1.728	2.266	2.056
Sul	Paraná	39.825	21.578	10.417	5.002	9.770	8.172
	Santa Catarina	1.013	1.344	1.508	693	1.244	2.194
	Rio Grande do Sul	1.518	1.282	1.988	338	971	1.329

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991; 2000; 2010). Tabulação especiais.

(*) Participação referente a todos os estados do país, sem considerar a migração intrametropolitana, intra-MMP e intraestadual, portanto somente os interestaduais.

TABELA 10 – Volume dos imigrantes “data fixa” segundo grande região. RMC e RMSP – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010

Região	1991		2000		2010	
	RMC	RMSP	RMC	RMSP	RMC	RMSP
Norte	3.998	14.921	3.684	14.532	2.368	10.668
Nordeste	29.689	560.969	35.125	512.133	39.783	344.135
Sudeste (*)	26.780	140.867	22.335	102.348	23.877	87.206
Sul	42.356	64.773	24.204	49.793	13.914	37.027
Centro-Oeste	8.887	21.478	9.218	24.311	4.931	17.851
Total	111.710	803.008	94.567	703.118	84.872	496.887

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991; 2000; 2010). Tabulação especiais.

(*) Não considera o Estado de São Paulo.

TABELA 11 – Volume dos emigrantes “data fixa” segundo grande região. RMC e RMSP – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010

Região	1991		2000		2010	
	RMC	RMSP	RMC	RMSP	RMC	RMSP
Norte	663	27.750	1.836	14.988	1.732	10.396
Nordeste	3.321	168.458	8.161	254.391	8.484	199.788
Sudeste (*)	9.718	116.049	16.881	148.899	12.623	103.629
Sul	6.033	75.952	11.985	88.820	11.695	72.420
Centro-Oeste	3.753	38.220	5.740	37.327	5.317	31.925
Total	23.487	426.429	44.603	544.426	39.850	418.159

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991; 2000; 2010). Tabulação especiais.

(*) Não considera o Estado de São Paulo.

TABELA 12 – Volume dos imigrantes “data fixa” segundo modalidade migratória. RMC e RMSP – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010

Região	1991		2000		2010	
	RMC	RMSP	RMC	RMSP	RMC	RMSP
Intra-MMP (*)	74.300	51.933	90.624	69.963	66.925	69.975
Intraestadual (**)	48.933	82.510	41.768	102.170	27.005	56.120
Interestadual (***)	111.710	803.008	94.567	703.118	84.872	496.887
Total	234.944	937.451	226.959	875.251	178.802	622.982

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991; 2000; 2010). Tabulação especiais.

(*) Não considera os intrametropolitanos.

(**) Não considera os Intra-MMP.

(***) Não considera o Estado de São Paulo.

TABELA 13 – Volume dos emigrantes “data fixa” segundo modalidade migratória. RMC e RMSP – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010

Região	1991		2000		2010	
	RMC	RMSP	RMC	RMSP	RMC	RMSP
Intra-MMP (*)	22.653	230.950	32.566	282.612	32.566	231.599
Intraestadual (**)	24.842	169.044	31.962	185.684	24.710	124.783
Interestadual (***)	23.487	426.429	44.603	544.426	39.850	418.159
Total	70.982	826.423	109.131	1.012.721	97.126	774.541

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991; 2000; 2010). Tabulação especiais.

(*) Não considera os intrametropolitanos.

(**) Não considera os Intra-MMP.

(***) Não considera o Estado de São Paulo.

TABELA 14 – Volume dos imigrantes e emigrantes “data fixa” segundo região da MMP. RMC– 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010

Região	Imigrantes			Emigrantes		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
RMSP	53.015	66.332	45.386	7.579	12.957	12.301
RMBS	2.603	3.762	2.567	1.171	2.105	2.367
RMVPLN	2.329	2.471	2.553	1.751	3.042	2.132
RMS	4.127	4.562	4.136	2.834	4.335	5.543
AUP	6.292	7.871	6.600	5.368	6.864	5.485
AUJ	4.304	4.150	4.077	2.986	3.573	3.740
URB	1.632	1.476	1.608	963	1.590	998
Intra-MMP	74.302	90.624	66.925	22.652	34.465	32.566
Outros SP	48.933	41.768	27.005	24.842	31.962	24.710
Total	123.235	132.393	93.930	47.494	66.427	57.276

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991; 2000; 2010). Tabulação especiais.

TABELA 15 – Volume dos responsáveis pelo domicílio imigrantes e emigrantes “data fixa” segundo modalidade migratória e distribuição etária (%). RMC – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010

Modalidade migratória	Idade	Imigrantes			Emigrantes		
		1991	2000	2010	1991	2000	2010
Não Migrantes	15 a 19	1.194	1.647	5.091	1.194	1.647	5.091
	20 a 29	46.463	54.184	67.967	46.463	54.184	67.967
	30 a 39	95.113	120.940	148.748	95.113	120.940	148.748
	40 a 49	79.151	128.134	167.205	79.151	128.134	167.205
	50 a 59	58.181	88.696	149.706	58.181	88.696	149.706
	60 e mais	62.769	101.438	163.733	62.769	101.438	163.733
	Total	342.870	495.040	702.451	342.870	495.040	702.451
Intrametropolitano	15 a 19	120	131	278	120	131	278
	20 a 29	4.367	5.020	5.153	4.367	5.020	5.153
	30 a 39	5.599	7.678	6.970	5.599	7.678	6.970
	40 a 49	2.476	4.728	4.814	2.476	4.728	4.814
	50 a 59	1.403	2.039	2.610	1.403	2.039	2.610
	60 e mais	1.164	1.676	1.686	1.164	1.676	1.686
	Total	15.129	21.272	21.511	15.129	21.272	21.511
Intra-MMP	15 a 19	179	194	454	16	194	233
	20 a 29	4.942	5.792	5.414	1.893	3.218	3.007
	30 a 39	7.720	9.145	7.115	1.962	3.735	3.769
	40 a 49	4.170	7.058	4.275	1.166	2.244	2.114
	50 a 59	2.293	3.658	3.116	443	977	1.367
	60 e mais	2.218	2.968	2.814	700	946	1.145
	Total	21.522	28.815	23.188	6.180	11.314	11.635
Intraestadual	15 a 19	224	227	241	103	49	135
	20 a 29	4.316	3.996	3.541	1.317	1.772	1.637
	30 a 39	3.620	3.537	2.346	2.510	2.993	2.237
	40 a 49	2.121	2.294	1.484	1.566	2.450	1.542
	50 a 59	1.340	1.144	1.004	638	1.419	1.185
	60 e mais	751	976	989	761	1.094	1.125
	Total	12.372	12.173	9.605	6.895	9.777	7.861
Interestadual	15 a 19	420	421	732	150	197	248
	20 a 29	9.617	9.270	10.935	2.945	3.169	3.477
	30 a 39	8.338	7.082	6.743	5.159	4.860	4.673
	40 a 49	4.582	4.454	4.003	2.798	3.242	2.642
	50 a 59	2.395	2.073	1.478	1.172	1.733	1.782
	60 e mais	1.477	1.303	1.346	1.219	1.114	1.333
	Total	26.831	24.603	25.238	13.442	14.315	14.154
Total de migrantes	15 a 19	2.136	2.620	6.797	1.582	2.219	5.985
	20 a 29	69.705	78.262	93.009	56.985	67.363	81.240
	30 a 39	120.391	148.382	171.921	110.344	140.207	166.397
	40 a 49	92.500	146.668	181.782	87.156	140.798	178.318
	50 a 59	65.612	97.611	157.914	61.837	94.864	156.650
	60 e mais	68.378	108.361	170.568	66.612	106.267	169.022
	Total	418.723	581.903	781.993	384.516	551.717	757.612

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991; 2000; 2010). Tabulação especiais.

TABELA 16 – Volume dos responsáveis pelo domicílio imigrantes e emigrantes “data fixa” e nível de escolaridade. RMC –1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010

Nível de escolaridade	Imigrantes			Emigrantes		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Sem instrução e fundamental incompleto	49.924	43.295	23.622	14.629	27.319	16.054
Fundamental completo e médio incompleto	6.705	10.840	12.038	2.371	6.813	7.448
Médio completo e superior incompleto	8.797	17.806	26.578	2.698	10.973	17.228
Superior Completo	7.812	12.093	18.988	1.991	8.947	14.463
Total	73.238	84.033	81.227	21.689	54.051	55.194

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991; 2000; 2010). Tabulação especiais.

TABELA 17 – Volume dos responsáveis pelo domicílio imigrantes e emigrantes “data fixa” segundo grande região e nível de escolaridade. RMC –1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010

Região	Nível de escolaridade	Imigrantes			Emigrantes		
		1991	2000	2010	1991	2000	2010
Norte	Sem instrução e fundamental incompleto	649	449	234	131	248	102
	Fundamental completo e médio incompleto	43	66	111	21	87	61
	Médio completo e superior incompleto	83	123	187	79	93	260
	Superior Completo	150	198	201	29	216	201
	Total	925	836	733	260	645	624
Nordeste	Sem instrução e fundamental incompleto	4.727	5.730	5.612	521	1.506	1.313
	Fundamental completo e médio incompleto	390	939	2.222	57	207	386
	Médio completo e superior incompleto	406	938	2.741	147	430	748
	Superior Completo	609	344	476	210	378	429
	Total	6.132	7.950	11.051	936	2.522	2.877
Sudeste	Sem instrução e fundamental incompleto	4.077	2.967	1.963	1.425	2.323	1.535
	Fundamental completo e médio incompleto	449	713	1.044	158	617	748
	Médio completo e superior incompleto	729	1.116	2.305	370	929	1.250
	Superior Completo	1.045	1.131	1.806	565	1.060	1.231
	Total	6.301	5.926	7.118	2.518	4.929	4.763
Sul	Sem instrução e fundamental incompleto	8.084	4.045	1.234	903	1.750	1.387
	Fundamental completo e médio incompleto	732	799	657	206	384	594
	Médio completo e superior incompleto	798	1.368	1.578	187	836	1.096
	Superior Completo	399	514	1.210	269	747	951
	Total	10.014	6.726	4.679	1.565	3.716	4.028
Centro-Oeste	Sem instrução e fundamental incompleto	1.428	1.378	324	654	936	454
	Fundamental completo e médio incompleto	138	268	172	106	144	188
	Médio completo e superior incompleto	332	477	558	119	272	412
	Superior Completo	261	261	570	142	531	875
	Total	2.158	2.384	1.624	1.021	1.882	1.928

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991; 2000; 2010). Tabulação especiais.

TABELA 18 – Volume dos responsáveis pelo domicílio imigrantes e emigrantes “data fixa” segundo região ou estados selecionados e nível de escolaridade. RMC –1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010

Modalidade migratória	Nível de escolaridade	Imigrantes			Emigrantes		
		1991	2000	2010	1991	2000	2010
Não Migrante	Sem instrução e fundamental incompleto	230.367	276.631	301.490	230.367	276.631	301.490
	Fundamental completo e médio incompleto	33.249	63.061	116.729	33.249	63.061	116.729
	Médio completo e superior incompleto	41.503	90.672	184.801	41.503	90.672	184.801
	Superior Completo	29.616	48.799	98.054	29.616	48.799	98.054
	Total	334.735	479.163	701.074	334.735	479.163	701.074
Intra-MMP	Sem instrução e fundamental incompleto	12.300	12.018	5.820	268	4.499	2.679
	Fundamental completo e médio incompleto	2.163	3.567	3.322	49	1.125	1.192
	Médio completo e superior incompleto	3.003	6.444	7.765	20	2.107	3.285
	Superior Completo	3.015	5.079	6.229	22	2.744	4.468
	Total	20.480	27.108	23.135	360	10.476	11.624
Intraestadual	Sem instrução e fundamental incompleto	7.982	5.439	2.416	128	5.103	2.782
	Fundamental completo e médio incompleto	1.028	1.296	1.237	32	1.162	1.183
	Médio completo e superior incompleto	1.623	2.621	3.110	37	1.844	2.320
	Superior Completo	1.166	1.984	2.835	3	1.200	1.573
	Total	11.798	11.340	9.598	201	9.310	7.858
Minas Gerais	Sem instrução e fundamental incompleto	3.463	2.659	1.715	1.328	2.137	20.183
	Fundamental completo e médio incompleto	301	582	899	128	555	3.390
	Médio completo e superior incompleto	505	821	1.831	269	722	5.861
	Superior Completo	426	768	980	265	665	4.679
	Total	4.695	4.831	5.425	1.990	4.079	33.771
Paraná	Sem instrução e fundamental incompleto	7842	3.804	1.029	823	1.513	1.110
	Fundamental completo e médio incompleto	648	686	508	165	341	480
	Médio completo e superior incompleto	614	1.123	1.133	153	601	602
	Superior Completo	249	310	638	190	403	561
	Total	9.353	5.923	3.308	1.332	2.858	2.753
Paraná	Sem instrução e fundamental incompleto	39.247	32.026	17.602	4.030	16.366	10.251
	Fundamental completo e médio incompleto	4.944	7.647	8.764	629	3.726	4.351
	Médio completo e superior incompleto	6.973	13.087	18.244	960	6.511	9.371
	Superior Completo	6.645	9.511	13.328	1.239	6.876	9.728
	Total	57.808	62.270	57.939	6.859	33.479	33.701

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991; 2000; 2010). Tabulação especiais.

(*) Não considera os migrantes intrametropolitanos.

TABELA 19 – Volume dos responsáveis pelo domicílio imigrantes e emigrantes “data fixa” e setor de atividade econômica. RMC –1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010

Setor de atividade econômica	Imigrantes			Emigrantes		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Atv. agrícola e ind. extrativa	4.677	3.105	2.445	3.784	4.182	2.875
Indústria de Transformação	20.929	16.615	13.207	7.707	9.242	7.844
Construção	9.757	8.965	6.777	3.099	4.618	3.798
Serviços de baixa complexidade	22.425	26.131	22.308	11.013	16.511	14.338
Serviços de alta complexidade	5.776	10.596	9.747	2.889	6.659	8.197
Adm. e serviços utilidade pública	2.710	2.508	2.701	1.569	2.173	2.449
Total	66.274	67.920	57.185	30.060	43.384	39.502

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991; 2000; 2010). Tabulação especiais.

TABELA 20 – Volume dos responsáveis pelo domicílio imigrantes e emigrantes “data fixa” segundo grande região e setor de atividade econômica. RMC –1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010

Região	Setor de atividade econômica	Imigrantes			Emigrantes		
		1991	2000	2010	1991	2000	2010
Norte	Atv. agrícola e ind. extrativa	49	32	21	104	94	29
	Indústria de Transformação	218	112	119	31	64	76
	Construção	174	170	62	18	57	18
	Serviços de baixa complexidade	269	197	150	44	194	112
	Serviços de alta complexidade	150	102	75	40	99	144
	Adm. e serviços utilidade pública	0	44	45	22	47	54
	Total	859	657	472	260	554	433
Nordeste	Atv. agrícola e ind. extrativa	200	342	377	156	317	327
	Indústria de Transformação	1.646	1.457	1.833	89	241	240
	Construção	1.498	1.548	2.224	82	240	291
	Serviços de baixa complexidade	1.799	2.264	3.351	337	691	728
	Serviços de alta complexidade	495	712	504	102	254	349
	Adm. e serviços utilidade pública	101	114	142	52	83	71
	Total	5.738	6.436	8.431	818	1.827	2.006
Sudeste	Atv. agrícola e ind. extrativa	513	240	406	456	709	441
	Indústria de Transformação	1.774	964	1.087	388	741	360
	Construção	1.169	775	511	195	459	384
	Serviços de baixa complexidade	1.670	1.669	2.045	904	1.322	1.271
	Serviços de alta complexidade	564	983	969	215	583	633
	Adm. e serviços utilidade pública	250	183	301	70	246	214
	Total	5.939	4.814	5.318	2.228	4.060	3.303
Sul	Atv. agrícola e ind. extrativa	914	534	211	233	492	212
	Indústria de Transformação	2.862	1.315	831	237	522	789
	Construção	1.495	809	306	98	295	429
	Serviços de baixa complexidade	2.960	2.468	1.241	681	1.130	867
	Serviços de alta complexidade	427	556	603	185	417	444
	Adm. e serviços utilidade pública	281	66	62	87	154	174
	Total	8.938	5.747	3.254	1.520	3.009	2.915
Centro-Oeste	Atv. agrícola e ind. extrativa	85	92	70	213	230	109
	Indústria de Transformação	493	289	263	124	166	155
	Construção	454	383	130	140	144	146
	Serviços de baixa complexidade	778	834	306	330	575	357
	Serviços de alta complexidade	144	214	271	105	284	423
	Adm. e serviços utilidade pública	113	38	82	51	141	257
	Total	2.066	1.849	1.122	964	1.540	1.446

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991; 2000; 2010). Tabulação especiais.

TABELA 21 – Volume dos responsáveis pelo domicílio imigrantes e emigrantes “data fixa” segundo região ou estados selecionados e setor de atividade econômica. RMC –1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010

Modalidade migratória	Setor de atividade econômica	Imigrantes			Emigrantes		
		1991	2000	2010	1991	2000	2010
Não Migrante	Atv. agrícola e ind. extrativa	11.990	11.213	13.198	11.990	11.213	13.198
	Indústria de Transformação	89.196	88.294	95.476	89.196	88.294	95.476
	Construção	28.626	38.074	43.416	28.626	38.074	43.416
	Serviços de baixa complexidade	95.619	126.233	184.675	95.619	126.233	184.675
	Serviços de alta complexidade	25.349	51.802	66.209	25.349	51.802	66.209
	Adm. e serviços utilidade pública	17.234	17.202	24.200	17.234	17.202	24.200
	Total	268.013	332.818	427.174	268.013	332.818	427.174
Intra-MMP	Atv. agrícola e ind. extrativa	950	780	457	535	554	481
	Indústria de Transformação	5.517	5.763	3.748	1.291	1.934	1.462
	Construção	2.128	1.896	1.524	528	834	605
	Serviços de baixa complexidade	6.678	8.524	5.936	1.881	3.291	2.850
	Serviços de alta complexidade	1.854	3.485	2.722	791	1.725	2.752
	Adm. e serviços utilidade pública	820	798	665	217	265	442
	Total	17.947	21.246	15.052	5.243	8.604	8.593
Intraestadual	Atv. agrícola e ind. extrativa	959	374	263	1.111	1.117	661
	Indústria de Transformação	3.806	2.062	1.332	1.096	1.267	1.087
	Construção	1.235	1.376	479	449	691	467
	Serviços de baixa complexidade	3.388	3.247	2.552	2.149	2.558	1.849
	Serviços de alta complexidade	1.099	2.010	1.608	576	1.021	821
	Adm. e serviços utilidade pública	491	499	424	443	486	277
	Total	10.977	9.568	6.658	5.824	7.139	5.163
Minas Gerais	Atv. agrícola e ind. extrativa	482	240	343	418	694	408
	Indústria de Transformação	1.310	782	877	319	573	212
	Construção	964	688	407	158	412	324
	Serviços de baixa complexidade	1.210	1.373	1.622	690	1.049	930
	Serviços de alta complexidade	292	727	650	143	400	432
	Adm. e serviços utilidade pública	135	84	110	28	150	133
	Total	4.394	3.894	4.009	1.754	3.278	2.440
Paraná	Atv. agrícola e ind. extrativa	903	524	173	221	485	169
	Indústria de Transformação	2.697	1.158	658	191	437	583
	Construção	1.433	774	188	98	243	355
	Serviços de baixa complexidade	2.785	2.102	920	589	825	563
	Serviços de alta complexidade	295	449	280	120	246	226
	Adm. e serviços utilidade pública	242	57	54	40	60	84
	Total	8.355	5.064	2.272	1.258	2.295	1.980

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991; 2000; 2010). Tabulação especiais.

TABELA 22 – Volume dos responsáveis pelo domicílio imigrantes e emigrantes “data fixa” segundo modalidade migratória e ocupação. RMC –1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010

Ocupação	Imigrantes		Emigrantes	
	2000	2010	2000	2010
Diretores e gerentes	5.870	4.958	3.996	3.944
Intelectuais	6.499	10.200	5.153	7.972
Nível técnico	6.105	5.498	4.004	4.304
Servidores Administrativos	3.780	3.061	2.171	1.840
Outros	45.997	35.371	28.095	21.814
Total	68.251	59.088	43.420	39.874

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000; 2010). Tabulação especiais.

TABELA 23 – Volume dos responsáveis pelo domicílio imigrantes e emigrantes “data fixa” segundo grande região e ocupação. RMC –1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010

Região	Ocupação	Imigrantes		Emigrantes	
		2000	2010	2000	2010
Norte	Diretores e gerentes	23	15	49	55
	Intelectuais	112	84	103	116
	Nível técnico	20	37	16	48
	Servidores Administrativos	22	22	30	42
	Outros	435	314	356	193
	Total	611	471	554	455
Nordeste	Diretores e gerentes	150	141	142	225
	Intelectuais	244	360	227	299
	Nível técnico	182	334	174	103
	Servidores Administrativos	780	304	21	29
	Outros	5.129	7.401	1.268	1.321
	Total	6.484	8.540	1.831	1.977
Sudeste	Diretores e gerentes	336	444	402	350
	Intelectuais	591	866	625	692
	Nível técnico	491	477	283	285
	Servidores Administrativos	212	205	174	116
	Outros	3.242	3.524	2.534	1.920
	Total	4.871	5.516	4.019	3.361
Sul	Diretores e gerentes	336	220	235	245
	Intelectuais	247	706	469	387
	Nível técnico	253	314	347	281
	Servidores Administrativos	260	204	99	147
	Outros	4.718	1.974	1.873	1.846
	Total	5.814	3.417	3.022	2.905
Centro-Oeste	Diretores e gerentes	134	112	209	46
	Intelectuais	96	295	249	457
	Nível técnico	176	86	138	182
	Servidores Administrativos	31	125	88	92
	Outros	1.430	573	836	546
	Total	1.868	1.190	1.519	1.323

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000; 2010). Tabulação especiais.

TABELA 24 – Volume dos responsáveis pelo domicílio imigrantes e emigrantes “data fixa” segundo região ou estados selecionados e ocupação. RMC - 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010

Modalidade migratória	Ocupação	Imigrantes		Emigrantes	
		2000	2010	2000	2010
Não Migrante	Diretores e gerentes	27.041	28.194	27.041	28.194
	Intelectuais	25.770	52.359	25.770	52.359
	Nível técnico	31.882	39.891	31.882	39.891
	Servidores Administrativos	18.617	25.240	18.617	25.240
	Outros	230.605	288.719	230.605	288.719
	Total	333.915	434.403	333.915	434.403
Intra-MMP	Diretores e gerentes	2.691	1.916	1.177	1.036
	Intelectuais	2.479	3.173	1.615	2.612
	Nível técnico	2.449	1.546	930	1.028
	Servidores Administrativos	1.281	860	403	279
	Outros	12.382	8.030	4.495	3.520
	Total	21.281	15.526	8.620	8.475
Intraestadual	Diretores e gerentes	782	342	577	463
	Intelectuais	1.320	1.540	640	726
	Nível técnico	879	559	604	357
	Servidores Administrativos	690	368	281	190
	Outros	5.949	3.981	5.045	3.290
	Total	9.621	6.790	7.147	5.026
Minas Gerais	Diretores e gerentes	238	252	317	192
	Intelectuais	412	500	433	350
	Nível técnico	342	299	200	199
	Servidores Administrativos	173	170	129	101
	Outros	2.788	2.939	2.168	1.604
	Total	3.953	4.160	3.247	2.447
Paraná	Diretores e gerentes	199	93	175	109
	Intelectuais	150	363	284	280
	Nível técnico	213	211	194	199
	Servidores Administrativos	228	122	58	93
	Outros	4.333	1.598	1.578	1.320
	Total	5.123	2.387	2.289	2.001

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000; 2010). Tabulação especiais.